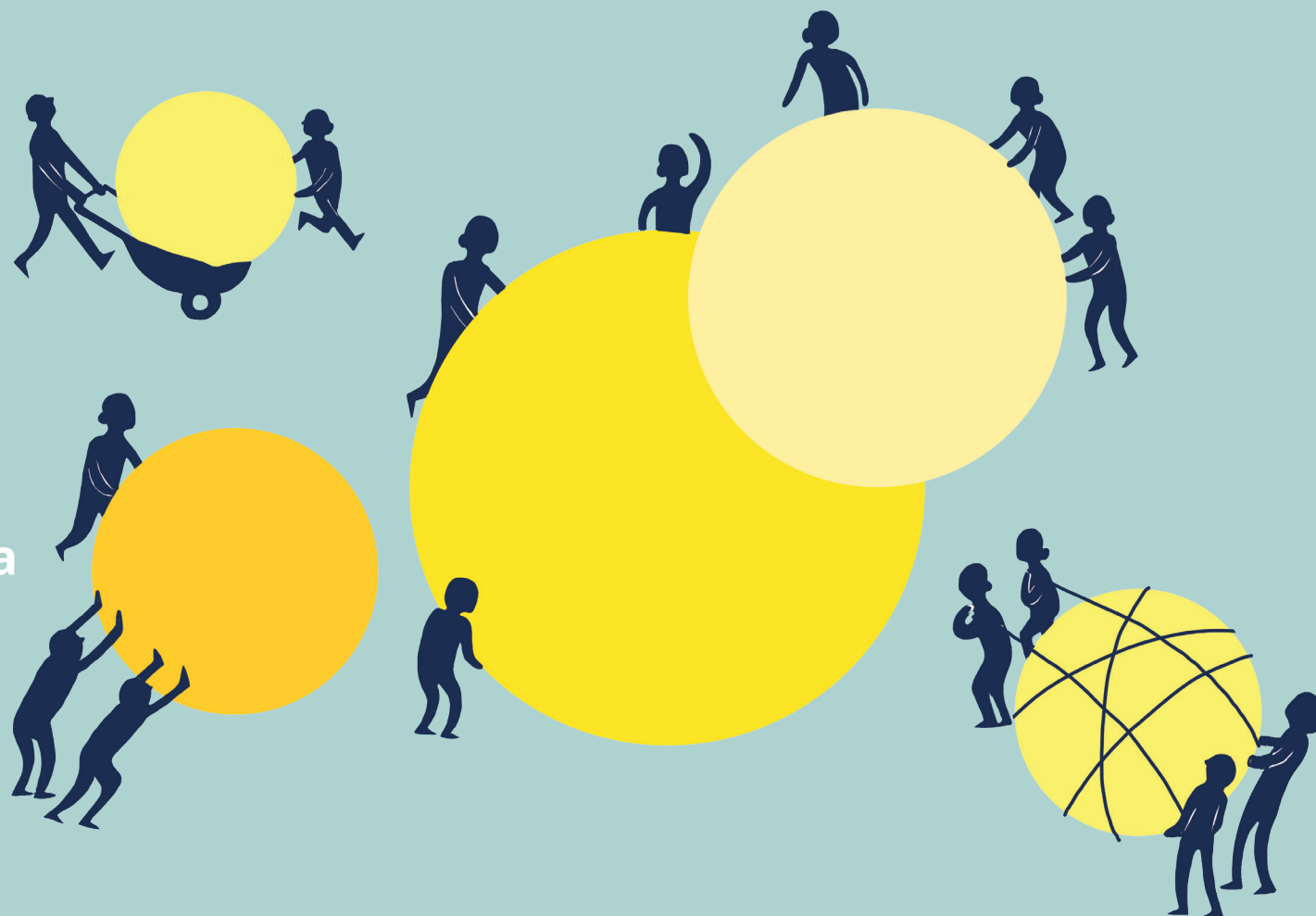


Análise final da investigação SSEDAS



A economia transformadora:

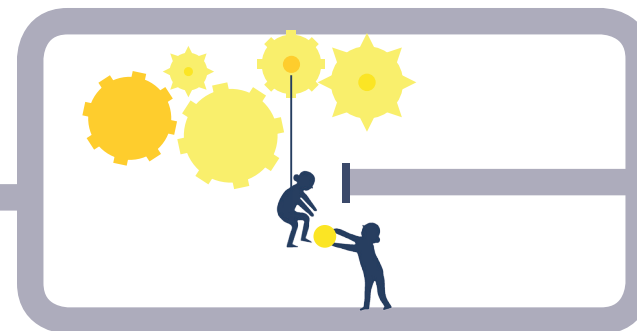
Desafios e limites da
Economia Social e Solidária
(ESS) em 55 territórios na
Europa e no mundo
(versão resumida)



O que é a Economia Social e Solidária

p 6

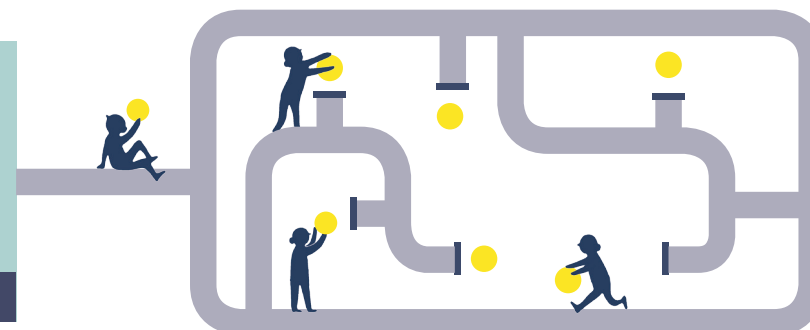
ler mais



SSEDAS: as atividades de pesquisa e a rede

p 8

ler mais



Apresentação da pesquisa

p 10

ler mais



Núcleo da pesquisa

Europa do Norte e Central

p 19

ler mais



Núcleo da pesquisa

Europa Mediterrânea

p 27

ler mais

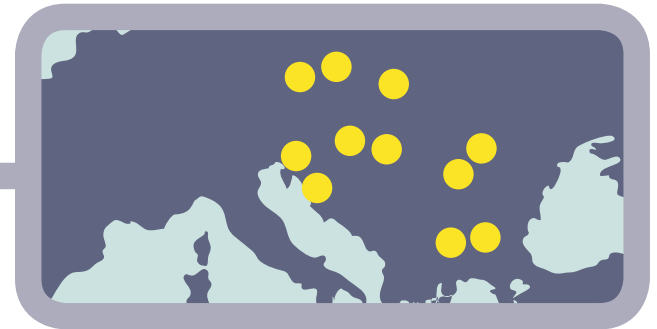


Núcleo da pesquisa

Europa do Leste

p 36

ler mais



Núcleo da pesquisa

Mundo

p 43

ler mais

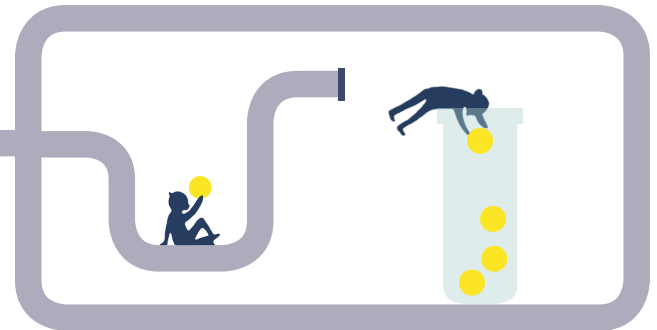


Núcleo da pesquisa

Conclusões

p 54

ler mais



ÍNDICE

Prefácio

O que é a Economia Social e Solidária

p. 6

SSEDAS: as atividades de pesquisa e a rede

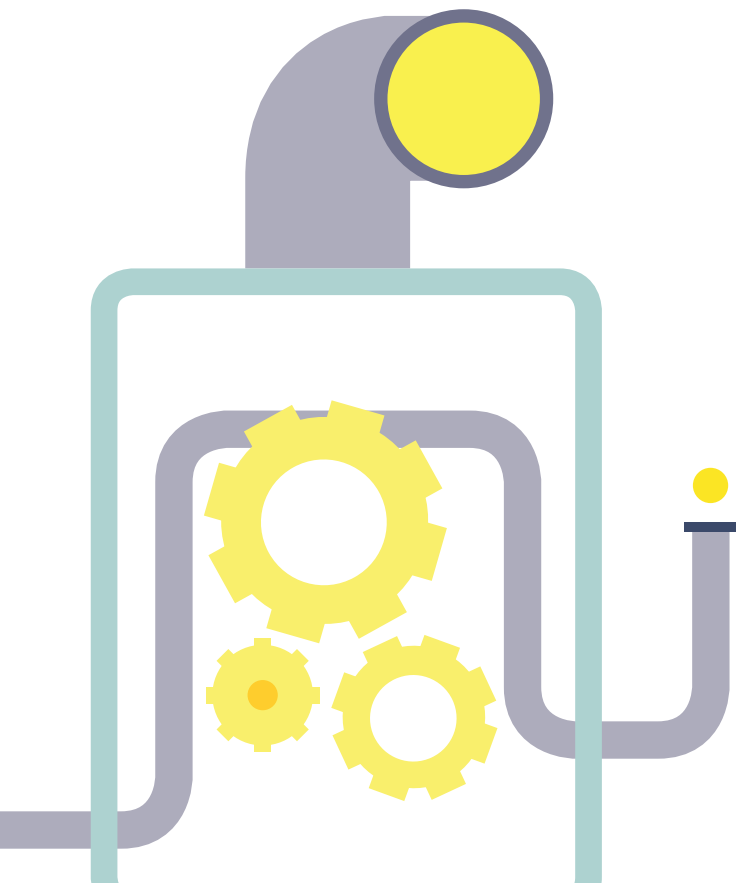
p. 8

- Metodologia da investigação
- Alguns factos e números

Apresentação da pesquisa

p. 10

- Encontrar uma definição comum
- Setores económicos mais presentes
- O princípio da participação
- Funções produtivas e formas legais das organizações
- O impacto no meio envolvente
- A ESS como um fator positivo em tempo de crise económica
- Norte e Sul do mundo face à globalização
- Fragilidades estruturais
- Desafios e pontos a reter



Núcleo da pesquisa

Europa do Norte e Central

O contexto da ESS nos países das boas práticas, Análise de dados, Setores, Participação, Impacto, Volume de negócios

Soluções para a crise económica, Intercâmbios Sul-Norte

- **Aspetos críticos:** Definição de ESS, Comunicação e advocacia, Políticas económicas estratégicas

- **Pontos de interesse:** Agricultura inovadora, Novas visões urbanas, Reverter os danos causados pelo processamento industrial da comida, Políticas alimentares, Sustentabilidade das atividades, Comunidades auto-organizadas, Comércio Justo e Solidário e direitos internacionais de Soberania Alimentar, Financiamento internacional solidário (projetos de desenvolvimento e proteção ambiental).

Europa Mediterrânea

O contexto da ESS nos países das boas práticas, Análise de dados, Setores, Participação, Impacto, Volume de negócios

Soluções para a crise económica, Intercâmbios Sul-Norte

- **Aspetos críticos:** Definição de ESS, Comunicação e advocacia, Políticas económicas estratégicas, Relações críticas com o Sul global

- **Pontos de interesse:** Agricultura inovadora, Sustentabilidade das atividades, Reduzir, reutilizar e reciclar pode ajudar comunidades, Iniciativas inovadoras de inclusão social, Redes em ação: *clusters* regionais e agrupamentos.

Europa do Leste

O contexto da ESS nos países das boas práticas, Análise de dados, Setores, Participação, Impacto, Volume de negócios

Soluções para a crise económica, Intercâmbios Sul-Norte

- **Aspetos críticos:** Definição de ESS, Comunicação e advocacia, Perspetivas e estratégias económicas

p. 19

- **Pontos de interesse:** Atividades produtivas inovadoras e ecológicas, Reduzir, reutilizar e reciclar pode ajudar comunidades, Sustentabilidade das atividades, Comércio Justo e Solidário e inclusão social

Mundo

O contexto da ESS nos países das boas práticas, Análise de dados, Setores, Participação, Impacto, Volume de negócios

Soluções para a crise económica, Intercâmbios Sul-Norte

- **Aspetos críticos:** Definição de ESS, Comunicação e advocacia, Perspetivas e estratégias económicas

- **Pontos de interesse:** Políticas de apoio à Soberania Alimentar e práticas agroecológicas, Reduzir, reutilizar e reciclar pode ajudar comunidades e combater a pobreza, Sustentabilidade das atividades, Iniciativas autogeridas e de propriedade coletiva, Igualdade de género, Mercados locais, Preservando heranças e culturas, Comércio Justo e Solidário e direitos internacionais de Soberania Alimentar

p. 43

p. 27

Conclusões

- Modelos emergentes que funcionam: Agricultura inovadora, Sustentabilidade energética, Reduzir, reutilizar e reciclar, Comunidades autogeridas, Governança e qualidade de emprego, Finanças éticas, Inclusão social inovadora, Redes em ação: *clusters* regionais e agrupamentos, Igualdade de género, Mercados locais, Preservando heranças e culturas.

- Desafios para o futuro próximo

- ESS e uma visão comum para todos.

p. 54

p. 36

Lista de siglas

- CMAF = cooperativas, mutualidades, associações e fundações
- CSA = agricultura apoiada pela comunidade (*community-supported agriculture*)
- DES = *distretti di economia solidale*
- EUA = Estados Unidos da América
- ESS = Economia Social e Solidária
- GCS = grupo de consumo solidário
- OBC = organização de base comunitária
- OCS = organização da sociedade civil
- ODS = objetivos de desenvolvimento sustentável
- OIT = Organização Internacional do Trabalho
- ONG = organização não governamental
- PIB = produto interno bruto
- PME = pequena e média empresa
- RSE = responsabilidade social das empresas
- TIC = tecnologias de informação e comunicação
- UE = União Europeia

Prefácio

O que é a Economia Social e Solidária

De acordo com a RIPESS, a rede mais relevante de ESS a nível global, “a Economia Social e Solidária é um movimento que pretende promover a mudança em todo o sistema social e económico, defendendo um paradigma de desenvolvimento diferente, assente nos princípios da Economia Solidária. A Economia Social e Solidária é assumida como uma dinâmica de reciprocidade e solidariedade que concilia os interesses individuais com os coletivos”.

Segundo um dos seus fundadores, Luis Razeto, “o princípio central ou fundamental da economia da solidariedade estabelece que a introdução de níveis quantitativamente e qualitativamente superiores de solidariedade nas atividades económicas, organizações e instituições, incluindo empresas, mercados e políticas públicas, aumenta a eficiência tanto micro- como macroeconómica, além de gerar um conjunto de benefícios sociais e culturais que contribuem para o desenvolvimento da sociedade em geral”¹.

“A expressão Economia Social e Solidária está a ser crescentemente usada para nos referirmos a uma ampla variedade de organizações que se distinguem das empresas convencionais, orientadas para o lucro, do empreendedorismo e da economia informal em dois aspetos centrais. Em primeiro lugar, têm explicitamente objetivos económicos e sociais (e, frequentemente, ambientais). Em segundo lugar, envolvem formas variáveis de relações cooperativas, associativas e solidárias. Incluem, por exemplo, cooperativas, associações mutualistas, ONG com atividades que geram rendimentos, grupos de autoajuda de mulheres, exploração florestal comunitária e outras organizações, associações de trabalhadores do setor informal, empresas sociais e organizações e redes de Comércio Justo.”²

Há fortes indícios de expansão.

Como se assinala no relatório da OIT de 2011, “a ESS parece estar a crescer para além do seu estatuto de nicho, periférico, de projeto ou ao nível da comunidade, tornando-se mais relevante em termos de indicadores macroeconómicos, comerciais e socioeconómicos: na Europa, 2 milhões de organizações de ESS representam cerca de 10% de todas as empresas; na Índia, mais de 30 milhões de pessoas (maioritariamente mulheres) estão organizadas em mais de 2,2 milhões de grupos

1 <http://www.luisrazeto.net/content/what-solidarity-economics>

2 <http://www.unrisd.org/>

de autoajuda; e o maior grupo empresarial de venda de produtos alimentares, a organização cooperativa Amul, tem 3,1 milhões de membros produtores e receitas anuais de 2,5 mil milhões de dólares (aproximadamente 2,3 mil milhões de euros); no Nepal, 5 milhões de silvicultores estão organizados na maior OBC do país; o mercado global de Comércio Justo cresceu para 4,9 mil milhões de euros (6,4 mil milhões de dólares) e envolve cerca de 1,2 milhões de trabalhadores e agricultores que produzem produtos certificados; as associações mutualistas fornecem serviços de saúde e segurança social a 170 milhões de pessoas no mundo inteiro”³.

O conceito de solidariedade, enquanto reciprocidade ativa, é estratégico para dar uma resposta positiva às preocupações da UE relativas ao poder crescente dos países emergentes no panorama político global. Na comunicação “Uma vida decente para todos”⁴, a UE considera que, “embora as economias desenvolvidas e emergentes sejam responsáveis pela maior parte do PIB global, as últimas tornaram-se o motor central do crescimento global e já têm um impacto forte na economia mundial. As tendências apontam para uma alteração ainda maior desse equilíbrio; em 2025, o crescimento económico global será gerado predominantemente em economias emergentes, com seis países a concentrarem, coletivamente, mais de metade de todo o crescimento global”.

Mas o mesmo documento também frisa que “ao mesmo tempo, as desigualdades entre países aumentaram na maior parte do mundo. A maioria dos pobres vive, atualmente, em países de rendimento médio, apesar do seu rápido crescimento. Erradicar a pobreza nestes países parece ser um dos principais desafios. No entanto, as projeções a longo prazo indicam que, em 2050, a localização da pobreza se concentrará novamente nos países mais pobres e frágeis”.

“O processo da Economia Solidária tem como objetivos:

- A auto-organização coletiva para sustentar a vida (humana e não humana);
- A coordenação democrática de empresas económicas e sociais;
- Empresas autogeridas;
- Propriedade dos trabalhadores e coletiva;
- Ação cívica e social participativa;
- Educação e aprendizagem para o progresso contínuas;
- Transformação social centrada nas necessidades humanas e do ambiente.”⁵

3 http://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---ed_emp/---emp_ent/---coop/documents/instructionalmaterial/wcms_166301.pdf

4 http://europa.eu/rapid/press-release_MEMO-13-143_en.htm

5 <http://womin.org.za>

“O processo da Economia Solidária tem potencial para se tornar o principal meio de alcançar as condições para que a sociedade e a natureza se autossustentem. O Estado e o mercado podem, potencialmente, subordinar-se à lógica da Economia Solidária. Esta visão é crucial para o ativismo, a construção de movimentos e todas as atividades englobadas no processo da Economia Solidária.”⁶

A pesquisa SSEDAS analisa as interdependências globais de muitos pontos de vista diferentes, sublinhando a forma como a pobreza extrema e a má gestão ambiental se podem dever a uma errada ou deficiente implementação de políticas europeias, e como estas podem ser influenciadas, direta ou indiretamente, por comportamentos dos cidadãos europeus. Mais uma vez, é possível mostrar aos cidadãos europeus um modelo positivo, tal como a ESS, que pode ser aplicada no Sul global e na Europa e que permite que os cidadãos tomem medidas para mudar os seus comportamentos, contribuindo para atingir os objetivos de erradicação da pobreza e desenvolvimento sustentável. A necessidade de aumentar a compreensão dos cidadãos em relação a bens e desafios comuns globais será alvo de uma ênfase especial.

6 <http://www.populareducation.co.za>

SSEDAS: as atividades de pesquisa e a rede

Metodologia da investigação

O objetivo específico do projeto “Social & Solidarity Economy as Development Approach for Sustainability (SSEDAS) in EYD 2015 and beyond”, financiado pela União Europeia, é alargar as competências de redes para o desenvolvimento e redes de Economia Social e Solidária em 55 territórios, tendo em conta o papel que a ESS pode desempenhar na luta global contra a pobreza e na promoção de um modo de vida sustentável. Um dos instrumentos utilizados para chegar a este objetivo tem sido a atividade de investigação, que permitiu identificar e analisar práticas de ESS significativas nos territórios implicados, aquelas que promovem inovação e que se orientam para a construção de um modelo de desenvolvimento alternativo ao modelo dominante. Graças a esta atividade, foi possível contribuir para:

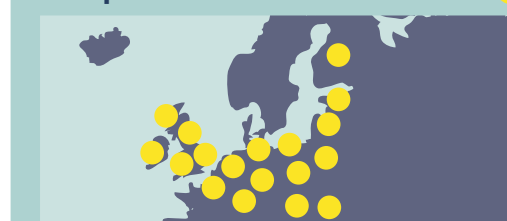
- revelar as diferentes experiências, com as características específicas dos seus contextos;
- comparar experiências de ESS na Europa e nos outros continentes, permitindo o intercâmbio de modelos, perspetivas e práticas;
- reduzir a disparidade entre diferentes conceções e planeamentos dos sujeitos presentes nos territórios envolvidos, tais como ONG, ESS, cooperativas, empresas sociais, comunidades e redes informais, criando também formas adicionais de interligação e possíveis colaborações;
- cultivar um melhor conhecimento entre os atores de ESS, tanto no Norte como no Sul do mundo, para analisar as suas experiências horizontalmente (dentro da mesma região, entre os diferentes tipos de abordagens) e de forma transversal (comparando boas práticas no Norte e no Sul do mundo);
- estabelecer uma ponte entre a cooperação para o desenvolvimento e a ESS, de forma a evidenciar uma estrutura comum a nível global para escolhas económicas alternativas;
- reforçar as competências dos atores de ESS para criar uma dinâmica de reciprocidade e solidariedade que ligue os interesses individuais aos coletivos.

A pesquisa foi realizada em 32 países, dos quais 23 são Estados-membros da UE (46 territórios) e 9 países em África, Ásia e América Latina, distribuídos da seguinte forma:

Europa do Norte e Central

4 territórios no Reino Unido: Nordeste, Noroeste, Sudeste e Grande Londres; 4 na Alemanha: Renânia do Norte-Vestefália, Baviera, Berlim e Hamburgo; 2 na Áustria: Leste e Oeste; 2 na Polónia: região Sudoeste da Polónia Central e região Sul; 1 território na Letónia; 1 território na Irlanda; 1 território na Finlândia; 1 território na Bélgica; 1 território na Estónia.

Europa do Norte e Central 18



Europa Mediterrânea

4 territórios em Itália: Toscana, Marche, Puglia e Emilia Romagna; 4 territórios em França: Midi- Pyrénées, Aquitânia, Languedoc-Roussillon e Paris; 3 territórios em Espanha: região de Valência, região de Aragão, Andaluzia; 2 territórios em Portugal: região de Lisboa e região do Alentejo; 2 territórios na Grécia: Atenas e Tessalónica; 1 território no Chipre; 1 território em Malta.

Europa Mediterrânea 17



Europa do Leste

2 territórios na Hungria: distrito de Baranaya e distrito de Pest; 2 territórios na Bulgária: região Central Norte e região Oeste Sul; 2 territórios na República Checa: Praga e Boémia Central; 2 territórios na Roménia: Muntenian Sul e Bucareste-Illovo; 1 território na Eslováquia; 1 território na Croácia; 1 território na Eslovénia.



Mundo

América Latina: Brasil, Bolívia, Uruguai; África: Tunísia, Maurícias, Moçambique; Ásia: Índia, Malásia, Palestina.



Alguns factos e números

A pesquisa SSEDAS figura, certamente, entre as mais relevantes investigações realizadas até hoje na área da Economia Social e Solidária. Aqui ficam alguns números:

- **Vários parceiros postos em contacto e a colaborar:**
 - COSPE and Fairwatch (Itália)
 - Südwind (Áustria)
 - INKOTA (Alemanha)
 - Deša Dubrovnik (Croácia)
 - KOPIN (Malta)
 - CERAI (Espanha)
 - Fundação da Coligação para o Comércio Justo (Polónia)
 - Ekumenicka Akademie Praha Europe (República Checa)
 - Comércio Justo Hellas (Grécia)
 - ONG Mondo (Estónia)
 - Instituto Balcânico para Políticas Laborais e Sociais (Bulgária)
 - CARDET (Chipre)
 - Pro Comércio Ético Finlândia (Finlândia)
 - Ressources Humaines Sans Frontières (França)
 - Faculdade Cooperativa e Pensar Global (Reino Unido)
 - Fundação Cromo e Fundação para o Desenvolvimento dos Direitos Democráticos – DemNet (Hungria)
 - Instituto Marquês de Valle Flôr (Portugal)
 - Terra Mileniul III Foundation (Roménia)
 - Centro Eslovaco para a Comunicação e Desenvolvimento (Eslováquia)
 - Peace Institute – Instituto de Estudos Contemporâneos e Sociais e Políticos (Eslovénia)
 - Action pour le Développement Asbl – SOS Faim (Bélgica)
 - Green Liberty (Letónia)
 - Centro Um Mundo de Waterford (Irlanda)

- **80 investigadores envolvidos pelos parceiros;**
- **Mais de 1100 práticas mapeadas;**
- **Mais de 550 entrevistas realizadas, envolvendo redes de ONG, membros de parlamentos, OBC e voluntários;**
- **Mais de 100 representantes das autoridades legais envolvidos;**
- **55 vídeos produzidos sobre práticas significativas dos territórios.**

A atividade de pesquisa levou a cabo uma análise detalhada, graças à metodologia partilhada, desenvolvida em 4 fases:

1. Mapeamento de, pelo menos, 20 agentes para cada território;
2. Identificação de 5 agentes-chave em diferentes setores (ativistas, voluntários, trabalhadores de ONG, consumidores, autoridades locais ou nacionais, universidades, etc.), que foram entrevistados para obter uma análise do contexto e um contributo com indicações úteis para a seleção da boa prática no território;
3. Após a seleção da boa prática, 5 entrevistas adicionais a atores envolvidos na prática (membros, associados ou participantes) foram realizadas para aprofundar a contribuição da experiência escolhida no contexto da investigação;
4. Proposta inicial do relatório final, com uma análise aprofundada das boas práticas ou experiências mais relevantes que apresentam mais condições de contribuir para os objetivos do projeto.

Apresentação da pesquisa

Encontrar uma definição comum

Um primeiro aspeto de grande importância é a adoção de definições pelos investigadores a trabalhar nos 55 territórios examinados. As condições locais, tanto no que toca às fontes de informação e dados, como relativamente ao conteúdo das numerosas boas práticas identificadas e selecionadas, sugeriram definições que nem sempre coincidem com as mesmas práticas. A ideia de economia da solidariedade, presente nos documentos oficiais da União Europeia, era, afinal, compreendida como Economia Social ou economia cooperativa. Não há falta de experiências para estudar nesta área, mas, dentro das instituições e das leis e regulamentos do setor, impera uma perspectiva mais lata, que destaca os valores sociais que incluem os da solidariedade. Além disso, em diversos territórios, quando os contextos legais-institucionais estavam claramente definidos, preferia-se adotar uma definição alargada que abrangesse todas as experiências emergentes, em detrimento de aderir a uma mais específica que poderia não ser apreendida corretamente ao nível local. A qualidade das experiências, quase sempre muito elevada, pode fornecer a informação de contexto necessária para uma comparação, em primeiro lugar, entre as experiências e, depois, entre os territórios. Considera-se que, na pesquisa, a definição mais amplamente aceite foi a de “Economia Social”, melhor descrita nas práticas analisadas nos países do Norte e Leste europeus, que, em alguns casos, podem, sem dúvida, afirmar ter regulação legal há mais tempo – como, por exemplo, o Reino Unido. O conceito de ESS com um ângulo mais social e de maior autonomia face aos modelos em vigor emergiu mais claramente de alguns países na Europa Mediterrânea, especialmente em França, Itália e Espanha. No resto do mundo, que inclui três países da América Latina (historicamente, onde se espalharam as primeiras experiências de uma economia orientada por princípios de solidariedade, no início dos anos 70), pode observar-se que, num período mais recente, enquanto o paradigma europeu se formalizava em tentativas de criar formas organizacionais de ESS (cooperativas, mutualidades, associações), o paradigma latino-americano se focava mais na inclusão substancial de diferentes atores na economia. A Economia Solidária, nesta perspectiva, é uma forma alternativa de economia, fortemente associada, na teoria e nas práticas, à mudança social e económica. Todas as realidades analisadas na primeira fase da pesquisa e as que foram selecionadas como boas práticas se enquadram dentro de um dos três setores principais incluídos na definição de ESS segundo a RIPESS. Em pormenor, estes são três métodos diferentes que partilham várias características e que têm um papel social cuja importância tem sido, durante muito tempo, subvalorizada, especialmente no que respeita à criação de emprego, numa época histórica em que os sistemas dominantes demonstram fraca capacidade de multiplicar as possibilidades de emprego duradouro.

A. Economia Social:

A Economia Social é geralmente vista como um “terceiro setor” da economia, complementando o “primeiro setor” (privado/orientado para o lucro) e o “segundo setor” (público/planeado). O terceiro setor inclui cooperativas, mutualidades, associações e fundações (ou CMAF). Estas entidades estão organizadas coletivamente e norteiam-se por fins sociais que são considerados a prioridade sobre os lucros ou retorno dos investidores. A preocupação de base das CMAF, enquanto sociedades de pessoas, não é maximizar lucros, mas atingir metas sociais (o que não exclui o lucro, quando este é necessário para reinvestimento). Algumas pessoas consideram a Economia Social a terceira área do capitalismo, em conjunto com os setores público e privado. Assim, os defensores da Economia Social insistem que lhe seja atribuída a mesma legitimidade que aos setores público e privado, e um nível de apoio correspondente em termos de recursos e políticas públicas. Outros, no extremo mais radical do espectro, veem a Economia Social como um passo na direção de uma transformação mais fundamental do sistema económico.

B. Economia Solidária:

A Economia Solidária procura mudar todo o sistema social e económico e propõe um paradigma diferente de desenvolvimento, que defende os princípios da Economia Solidária. O seu propósito é a transformação do sistema económico capitalista: de um sistema que dá primazia à maximização do lucro privado e ao crescimento cego para um sistema que põe as pessoas e o planeta no centro das suas preocupações. Como sistema económico alternativo, a Economia Solidária inclui, assim, todos os três setores – privado, público e terceiro setor. A Economia Solidária procura reorientar e aproveitar o Estado, políticas, comércio, produção, distribuição, consumo, investimento, dinheiro e finanças e as estruturas da propriedade para servirem o bem estar das pessoas e o ambiente. O que distingue o movimento da Economia Solidária de muitos outros movimentos pela mudança social e revolucionários do passado é ser pluralista nas suas abordagens – rejeitando planificações rígidas e a crença num caminho correto, único. A Economia Solidária também valoriza e se inspira em práticas concretas, muitas das quais são bem antigas. A Economia Solidária, em vez de procurar criar a utopia a partir do nada e de teoria, reconhece que já existe uma utopia concreta, uma utopia em ação. As suas raízes são as práticas de democracia participativa, promovendo uma nova perspetiva da economia, uma economia que põe as pessoas no centro do sistema e dá mais valor às ligações do que aos produtos. Assim, a Economia Solidária tem uma agenda explicitamente sistémica, transformadora, pós-capitalista. A Economia Social, por outro lado, refere-se a um setor da economia que pode ou não fazer parte de uma agenda transformadora, pós-capitalista, dependendo do nosso interlocutor.

C. Empresa social:

“Uma comparação da definição de empresa social usada por associações de empresas sociais no Reino Unido, EUA, Europa e Canadá revela que estas têm as seguintes características em comum: 1) a empresa serve um fim social, tal como o combate à pobreza ou à exclusão social; 2) gera rendimentos primariamente a partir da venda de bens e serviços, em vez de depender do financiamento de subsídios; 3) os lucros são reinvestidos numa missão social, em vez de maximizarem o lucro dos acionistas. Onde as definições diferem é em termos de propriedade e controlo. A corrente que se centra nos acionistas (*stockholders*) atribui o poder ao(s) proprietário(s), ou seja, um indivíduo ou um grupo de investidores que comprou quotas da empresa. Neste caso, o controlo é concedido ao capital – em função da quantidade de dinheiro que foi investido na empresa. A segunda corrente atribui o poder a algum coletivo das partes interessadas (*stakeholders*) que têm um interesse ou uma participação – não apenas monetária – na empresa. Isto pode incluir os trabalhadores, a comunidade, os beneficiários ou uma organização sem fins lucrativos. Enquanto as associações do Reino Unido e EUA incluem ambas as formas de empresas sociais, tanto a que outorga controlo/propriedade ao acionista como às partes interessadas, as associações europeias e canadianas restringem a sua definição para incluir apenas o modelo que se centra no controlo pelas partes interessadas.”⁷

Setores económicos mais presentes

As 55 práticas selecionadas lidam com diferentes setores ou áreas de competências da ESS. Os principais setores de referência são os seguintes: a cadeia agrícola e biológica, Comércio Justo, consumo crítico, finanças éticas, turismo responsável, reutilizar e reciclar, energias renováveis, artesanato amigo do ambiente, serviços de proteção social locais, sistemas de troca não-monetários, serviços de comunicação alternativos, *software* livre. Há setores produtivos (de bens e serviços), atividades culturais e campanhas. Esta categorização é claramente limitada e sintética, já que há algumas práticas que implementam as suas atividades em vários destes campos e que há práticas sistémicas/regionais ou redes multissetoriais que não se encaixam nesta classificação (porque trabalham em processos de integração e reorganização), que se foca mais no que é produzido ou trocado do que nos processos. Os setores económicos e sociais nos quais operam as boas práticas variam muito consoante os países analisados, por vezes por razões históricas ou culturais. As seguintes orientações devem ser, portanto, compreendidas como um conjunto de setores gerais nos quais as práticas operam, enquanto os capítulos sobre as práticas podem ser consultados por grupos diferentes, para uma análise mais profunda em

termos analíticos ou educacionais. A maioria das entidades analisadas opera na área da agricultura e atividades de produção alimentar (34 em 55) e inclui atividades de transformação de alimentos em pequena escala, tais como fornos de pão ou experiências gastronómicas, com mecanismos de distribuição de produtos que servem finalidades socialmente relevantes, em vez de seguirem as ordens do mercado. Relativamente aos métodos de produção adotados, é evidente a forte presença de métodos de produção biológica. As quatro áreas seguintes – Comércio Justo, consumo crítico, estilos de vida sustentáveis e reutilizar, reciclar, redistribuir (que compreendem 11 a 16 realidades cada) são, por seu lado, caracterizadas por uma atenção especial dedicada à sustentabilidade ambiental. Como se pode ver abaixo, seria muito difícil comparar os diferentes setores usando parâmetros tradicionais (tais como o volume de negócios ou as quantidades produzidas ou quanto é distribuído anualmente), visto que a lógica da solidariedade prevalece na determinação das atividades realizadas dentro de cada experiência. Entre os outros setores, há uma percentagem apreciável de práticas de Comércio Justo, várias experiências que lidam com o consumo crítico e que promovem estilos de vida mais sustentáveis, além de várias práticas que trabalham na área da reutilização e reciclagem.

O princípio da participação

Um dos elementos-chave mais importantes para testar a eficiência e especificidade da ESS é comparar a dimensão da participação nas 55 experiências. O cálculo não é simples, mas os números finais são bastante impressionantes. No total, registou-se que mais de 13.000 pessoas estavam envolvidas de modo diferente, enquanto mais de 1500 pessoas são, direta ou indiretamente, empregadas pelas entidades selecionadas. Contudo, este método de cálculo tende a ocultar uma realidade muito mais complexa no que toca às dimensões quantitativas. Na verdade, seria mais apropriado relacionar o peso de cada realidade com a população do país ou do território no qual a boa prática opera, já que o grau de impacto no ambiente externo pode ser bastante diferente, dependendo ainda da situação em que os atores agem – numa região periférica ou marginal do país ou em áreas urbanas. Adicionalmente, elementos como a capacidade de criar emprego podem ser importantes se a iniciativa nasceu numa zona com altas taxas de desemprego ou quando a região tem pouco dinamismo social. De qualquer forma, muitas das iniciativas caracterizam-se pela sua capacidade de se expandirem ou multiplicarem em função das necessidades mais profundas da solidariedade social.

Finalmente, deve destacar-se a presença de algumas experiências, como a organização moçambicana União Nacional de Camponeses, que reúne mais de 2500 cooperativas ou associações de camponeses, contando com mais de 100.000 camponeses como membros, bem como organizações como a *Shared Interest*, que tem mais de 9000 sócios apoiantes. As mesmas considerações se aplicam às estimativas relacionadas

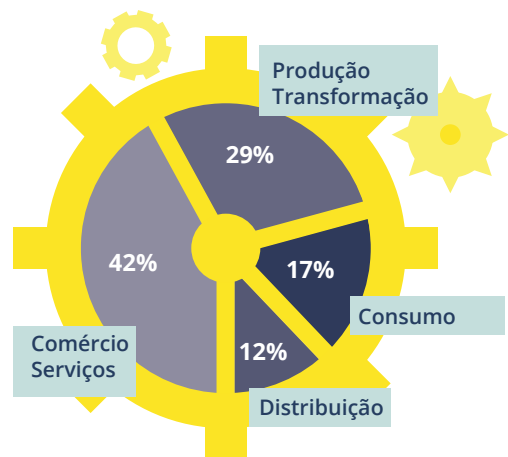
com os financiamentos recebidos ou usados nas atividades. Uma simples soma dos números disponíveis para todos os 55 territórios resulta no substancial número estimado de 90 milhões de euros, mas é muito importante fazer as distinções necessárias entre iniciativas como a *Shared Interest*, declarando um volume de negócios de 42,5 milhões de euros e a *Manchester Home Care*, que aponta para receitas brutas de 14,2 milhões de euros, ou outras entidades que indicam números de alguns milhões por ano. Na verdade, um número mais significativo a considerar é o volume de negócios médio de todas as experiências, que ronda os 300.000 euros.

Visão geral por setores



Funções produtivas e formas legais das organizações

Ao analisar as funções económicas tradicionais desempenhadas pelas práticas selecionadas, nota-se uma preponderância das funções relacionadas com o comércio e serviços (42%), subsequentemente as funções de produção e transformação (29%), consumo (17%) e distribuição (12%).

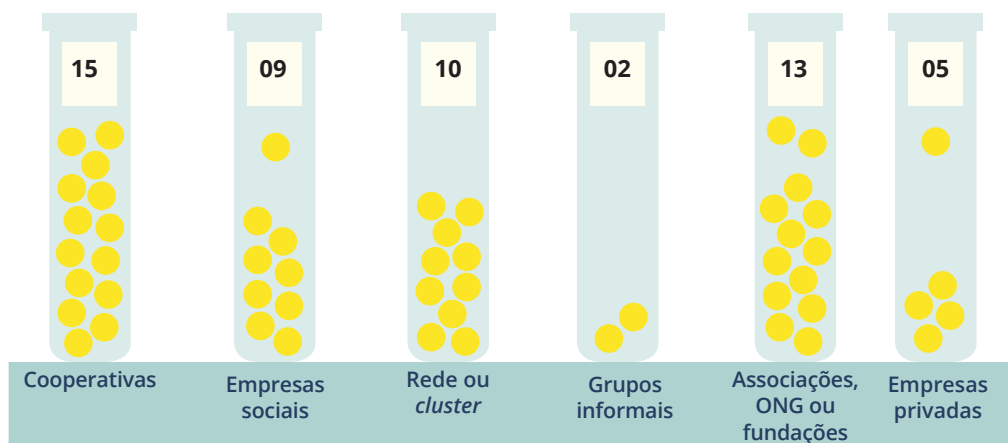


FUNÇÕES ECONÓMICAS

No que diz respeito às formas jurídicas destas organizações, é interessante observar que a maioria das práticas pode agrupar-se nas seguintes categorias principais: **cooperativas** (15) ou **associações, ONG ou fundações** (13), e, em menor medida, há ainda **empresas sociais** (9) e **empresas privadas** (5).

Além destas, há grupos regionais ou redes (10 com formas diferentes) e **duas experiências** sem uma forma jurídica definida (grupos informais).

FORMA LEGAL

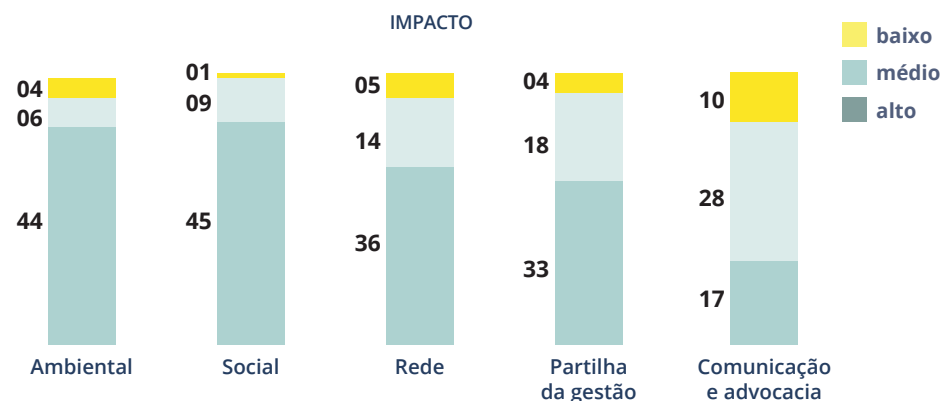


O impacto no meio envolvente

Em termos muito gerais, é bastante evidente que as práticas de ESS analisadas procuraram realizar objetivos de política pública para a promoção das relações entre diferentes entidades, para a manutenção de um uso de recursos apropriado, para a proteção e respeito do meio ambiente. Existe uma homogeneidade substancial entre os princípios que inspiram, em geral, muitas das experiências, mesmo que, por vezes, usem palavras diferentes para se descreverem ou definirem, sublinhando uns aspetos em detrimento de outros. Os termos mais utilizados são: cooperação, reciprocidade, responsabilidade, subsidiariedade, sustentabilidade e compatibilidade energética e ambiental.

Mais especificamente, foi observado que a maioria das práticas analisadas atribui um valor elevado às **dimensões social e ambiental**. Outro fator digno de nota relaciona-se com a **autogestão e a participação**, bem como a capacidade de trabalhar em **redes** e de criar relações com outras realidades no mesmo território e além deste, o que foi registado como algo de positivo por várias das práticas analisadas.

O desempenho mais fraco é observado nas capacidades de **comunicação e advocacia** destas entidades. Parece também digno de nota que, em muitas situações, as experiências analisadas consideram que estão permanentemente a mudar a realidade que estabeleceu metas, a traçar caminhos e empreender todos os esforços para alcançar os objetivos identificados com o seu trabalho. Assim, frequentemente, é importante avaliar os resultados obtidos na transformação em curso e dentro do potencial existente, em vez de descrever a situação como esta se mostra durante a realização da investigação. As indicações referidas acima estão representadas no seguinte gráfico, que mostra o impacto de alguns valores dentro das práticas.



A ESS como um fator positivo em tempo de crise económica

Ao longo do processo de pesquisa, foi frequentemente referido que muitas das experiências identificadas são atores relevantes no combate aos prejuízos sociais da crise económica global. Obviamente, o tamanho das iniciativas é muitas vezes limitado, o que não permite, nesta altura, considerá-las um fator crucial na solução para ou saída da crise. A ESS aparece claramente como a portadora de valores e de métodos que contrastam significativamente – em especial nos países ocidentais e naqueles que destes dependem devido a exportações – com as estratégias inspiradas pelas políticas de austeridade, que apresentam como primeiro resultado uma travagem da criação de emprego. Sendo maior do que o seu tamanho, portanto, a ESS desempenha um papel particularmente importante: uma direção no combate à crise económica, financeira e ambiental global. Em muitos países, apesar das estratégias de política económica adotadas pelos governos, a ESS abriu um espaço social considerável, consistindo na capacidade de promover, encorajar e apoiar as iniciativas e atividades inspiradas nos princípios de Economia Social e solidariedade, que, também a curto prazo, podem levar a cabo um papel de facilitação e apoio à população que sofre as consequências negativas da crise. Todas as experiências analisadas têm este potencial, cujos efeitos já têm sido produzidos nos últimos anos, e alguns exemplos são úteis para substanciar as afirmações anteriores.

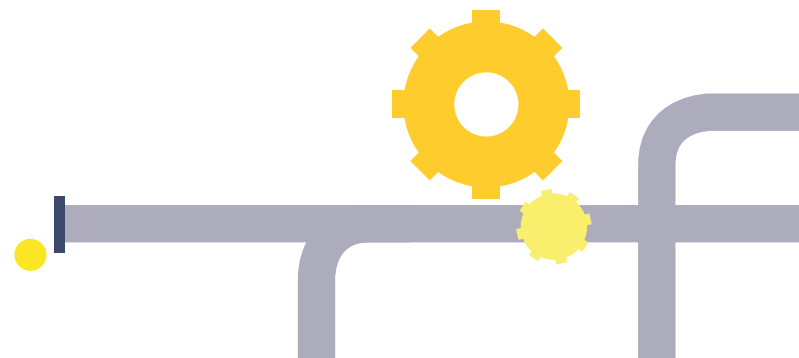
As práticas de CSA na Áustria, Finlândia, Irlanda e Alemanha têm um interesse especial porque constituem sistemas emergentes na direção da Soberania Alimentar, dispostos a demonstrar que é possível manter o rendimento e a qualidade de vida de várias pessoas ao optar por soluções de pequena escala a nível local. Esta é a razão principal pela qual estes são instrumentos importantes para reverter os impactos causados pela atual crise sistémica. Igualmente, na Europa Mediterrânea, todas as diferentes formas de ESS – como a agricultura biológica, os grupos de consumo solidário, as cooperativas de produção de energia renovável, o Comércio Justo – estão em crescimento, apesar de este ser mais lento do que no passado. Não são imunes à crise económica e podem ser esmagados por esta (especialmente se imitam o modelo competitivo), mas são muito mais dinâmicas. E a lição mais importante que foi aprendida é a de que, trabalhando em rede, juntas e cooperando de um modo mais holístico, a crise pode ser uma verdadeira oportunidade para mais pessoas se dedicarem e participarem na recriação de uma economia diferente, que reaja às necessidades de indivíduos e comunidades, não à ganância de quem quer lucros e aos interesses privados exclusivos.

Na Grécia, é de destacar, por exemplo, a organização *Solidarity for All* (Solidariedade para Todos), porque oferece coordenação e assistência prática a todo o tipo de

iniciativas, abrangendo desde clínicas sociais e farmácias, a cozinhas comunitárias e distribuição de comida. A *Solidarity for All* é “filha” da crise. Formou-se para responder às necessidades de interligação, comunicação, facilitação e coordenação de todas as estruturas, movimentos e iniciativas diversas que nasceram da crise e dos seus efeitos sobre as pessoas deste país.

Os trabalhadores de organizações da ESS aumentaram, nos últimos 10 anos, de 11 milhões em 2002-2003 para 15 milhões, totalizando cerca de 6,5% da população empregada na UE. Este número não inclui todos os modos de organização informais e as formas mistas de práticas e iniciativas de ESS (desde a autoprodução, à coconstrução, à troca, moedas sociais, bancos do tempo, etc.). Grupos de CSA, grupos solidários de consumidores e produtores estão a multiplicar-se sob diversas formas: desde umas poucas centenas, no final da década de 1990 em apenas dois ou três países, a dezenas de milhares em 2015.

Outro desafio emergente que a ESS pode ajudar a resolver é o número crescente de migrantes que migram para ou passam através dos países europeus, frequentemente recebendo escassa assistência ou apoio. Uma prática de ESS promovida na Eslovénia, chamada *Skuhna* ou *Slovenian World Cuisine* (Cozinha do Mundo Eslovena) é um projeto inovador de empresa social, que envolve migrantes e refugiados. A ideia assenta na ligação entre pessoas estabelecida à volta de uma necessidade básica: alimentação e nutrição. Também na questão de migrantes e refugiados, a Fundação do Banco Alimentar da Bulgária desempenha um papel importante. Juntamente com a sua abordagem clássica de assegurar cuidados básicos e apoio alimentar a migrantes, cria uma ligação entre a indústria alimentar e as organizações que prestam apoio alimentar dentro e fora dos abrigos para refugiados. Em 2014, mais 3480 pessoas receberam assistência, incluindo mais de 150 famílias alojadas em casas externas. Nestes exemplos, o que vemos é que o contributo concreto para tornar esta migração mais humana é decididamente modesto, mas as formas como é abordado podem decididamente ser imitadas por muitas das intervenções governamentais em todos os países recetores.



Norte e Sul do mundo face à globalização

As melhores experiências de ESS têm, muito frequentemente, relações estreitas com os países do Sul global, apesar de nem todas as áreas registarem um número elevado de atividades de cooperação internacional. Na região da Europa do Norte e Central, 8 realidades mostram um interesse forte na cooperação internacional, enquanto nas outras áreas geográficas consideradas a atenção prestada ao intercâmbio com o Sul global está menos presente (3 práticas da Europa Mediterrânea, 3 na região Mundo e ainda menos na Europa do Leste). Muitos dos projetos atuais estão ligados a atividades de Comércio Justo, muitas vezes em associação com iniciativas de “Educação Global” e consumo ético. Segundo a Organização Mundial de Comércio Justo (WFTO, na sigla em inglês), “o Comércio Justo é uma parceria comercial baseada em diálogo, transparência e respeito, que busca uma maior equidade nas trocas internacionais. Contribui para o desenvolvimento sustentável, proporcionando condições de negócio mais justas para os produtores e assegurando os direitos de trabalhadores e produtores marginalizados – especialmente no Sul. (...) As organizações de Comércio Justo (apoiadas pelos consumidores) estão ativamente envolvidas no apoio aos produtores, na sensibilização e em campanhas pela mudança de regras e práticas do comércio convencional internacional”.⁸ Além do Comércio Justo, há iniciativas que se enquadram no domínio da cooperação internacional para o desenvolvimento. Alguns projetos estão a ser implementados por organizações de ESS a trabalhar atualmente na Bélgica, Áustria, Inglaterra e Alemanha, na Europa do Norte e Central; em Espanha e França, na Europa Mediterrânea; na República Checa e Eslováquia, na Europa do Leste; e, finalmente, em Moçambique e Bolívia, no resto do mundo.

Fragilidades estruturais

Após uma análise mais detalhada das boas práticas identificadas, emergiram gradualmente fragilidades comuns, em vários territórios. Tais “fragilidades estruturais” parecem ter abrandado ou dificultado o aparecimento e a difusão das práticas. Esta parte da investigação e análise é particularmente importante, não tanto para a exatidão e exaustividade de todo o projeto, mas porque uma perspetiva inteligente que surja do trabalho crítico efetuado na pesquisa pode contribuir para o lançamento e proliferação de iniciativas de ESS. Nos textos apresentados pelos investigadores, afirma-se frequentemente que as iniciativas têm dificuldades em realizar atividades no campo da **comunicação e advocacia**; adicionalmente, experiências de grande interesse têm prestado pouca atenção à necessidade de comunicar com regularidade e consistentemente, e mesmo a nível nacional

encontram-se algumas dificuldades na obtenção de resultados satisfatórios no que toca ao fortalecimento e proliferação de práticas de ESS. O grau de eficácia das iniciativas neste campo precisa de um maior esforço, para alcançar efeitos mais adequados num período curto de tempo.

No que toca à **região Norte**, a opinião pública continua insuficientemente informada acerca das oportunidades criadas pela Economia Social, em grande parte devido à negligência relativa a esta questão por parte dos meios de comunicação social e ao fraco impacto das campanhas efetuadas. . As atividades de comunicação e advocacia realizadas por algumas das práticas selecionadas deviam ser ampliadas em larga escala, para que a lógica da Economia Solidária possa crescer o suficiente para mudar a economia nacional. Neste campo de atividades, é crítica a interação entre autoridades locais, universidades e organizações públicas para PME, por um lado, e a realidade específica da ESS, por outro.

Voltando-nos para a **Europa Mediterrânea**, há muitas iniciativas em curso na área da comunicação e advocacia, implementadas por algumas das organizações mais ativas, o que contribui para uma melhoria acentuada na reação do público, com a presença de algumas destas práticas nos jornais ou media sociais. No entanto, existe uma necessidade de envolver um maior número de pessoas e, além disso, em prazos muito curtos, já que, nesta região, se registam as mesmas dificuldades na área da comunicação e advocacia que se veem noutras regiões abrangidas pela pesquisa. E, nas outras duas regiões, a situação parece ser mesmo mais negativa. Uma segunda questão frequentemente referida está relacionada de forma crítica com as estratégias de política económica respeitantes à ESS, também porque, em fases de expansão, todas as atividades que se realizam nestes campos merecem ter algum apoio das autoridades públicas ou mesmo ser consideradas como beneficiárias de medidas de política económica, tendo em conta a sua relevância social. Por outro lado, não podemos subestimar alguns riscos: muitas vezes, os governos tendem a confiar a organizações empenhadas em questões sociais algumas das tarefas que deviam ser desenvolvidas por estruturas públicas; por vezes, um financiamento ou incentivos são acompanhados por condicionamentos ou controlos demasiado burocráticos; frequentemente, os organismos públicos tentam obter um retorno, em termos políticos ou em publicidade, de atividades que seguem uma lógica completamente diferente.

No que respeita à região da Europa do Norte e Central, devem ser feitas, previamente, algumas considerações relativas às medidas, nacionais e regionais, de política económica. A nível dos territórios individuais nos quais as boas práticas são

absolutamente essenciais, as entidades públicas sabem que a sua tarefa é criar um ambiente de capacitação para o nascimento e multiplicação da ESS.

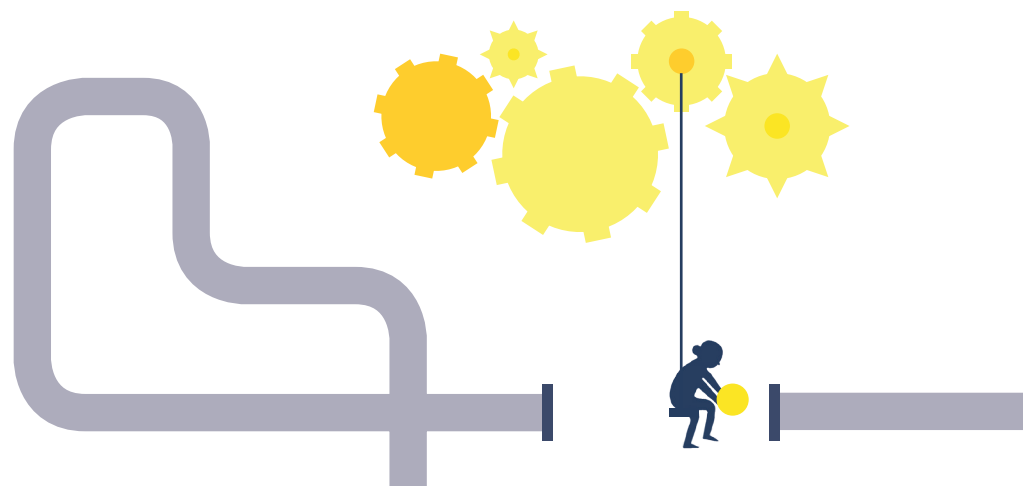
Na **Europa do Leste**, de uma forma geral, não podemos remeter para uma política pública articulada de acordo com as necessidades dos diferentes setores da ESS. Em alguns países, foram tomadas, recentemente, medidas específicas de regulação e apoio aos setores da ESS e atividades específicas. Uma primeira indicação para o futuro imediato é que seria muito útil que o governo e as autoridades locais preparassem e partilhassem uma regulamentação pública capaz de estimular a criação de novas entidades de ESS e, por outro lado, que incentivassem e apoiassem as atividades existentes, que são muitas vezes originais e interessantes, para que estas pudessem imediatamente ser replicadas em outras áreas e outros países. Várias soluções analisadas já oferecem soluções valiosas para questões sociais que devem ser abordadas e apresentam caminhos adequados para resolver os diferentes problemas nos territórios.

Uma sugestão possível que surge da pesquisa é a elaboração de um enquadramento regulamentar para a ESS que tome em consideração as atividades existentes e potenciais, observando cuidadosamente as experiências existentes noutros países europeus com tradições culturais semelhantes. Podiam ser elaboradas medidas valiosas na área da criação de emprego para pessoas com deficiência em atividades ligadas à sustentabilidade ambiental e às migrações. Estas medidas podiam pôr os países europeus em contacto direto com países que ainda estão a tentar encontrar a sua estratégia para um desenvolvimento sustentável. Sob este enquadramento legal, podia ser prestado apoio direto às fases iniciais de criação de redes e de cadeias de fornecimento, ligando as entidades de ESS às boas práticas existentes e incentivando a sua multiplicação e integração horizontal. Finalmente, é evidente que estas regulações apenas serão aprovadas se as entidades de ESS exercerem uma pressão adequada em setores que atualmente já são considerados necessários e urgentes para todo o planeta, como o são todas as atividades que dão importância a questões ambientais e à inclusão social.

Por último, mas não menos importante, na Europa Mediterrânea surgiram algumas situações críticas nas relações entre o Norte e o Sul. Observa-se que, apesar de a cooperação internacional estar bem desenvolvida e ser comum em muitos países, nesta área existem escassas experiências de uma parceria real e de partilha entre o Norte e o Sul. Muitas das experiências de ESS são originárias do Sul e podem ser imitadas e reproduzidas tanto no Norte como no Sul do mundo, mas a consciência do seu potencial transformador, que as levaria a partilhar e multiplicar-se de acordo com as necessidades reais dos parceiros, não abunda. Estas práticas também sustentam diversas organizações e projetos locais, promovendo a criação de novos

empregos, um espírito empreendedor e a recuperação de atividades locais tais como o turismo rural e o artesanato local. As principais externalidades dizem respeito à criação ou recuperação de emprego, bem como ao investimento em territórios rurais, prevenindo, por exemplo, a migração dos jovens.

Um dos impactos da sua ação mais dignos de nota foi a melhoria do uso de recursos locais e a recuperação de atividades económicas tradicionais com raízes nos territórios, tais como a agricultura e a pesca. A associação funciona como facilitadora de processos, promovendo o conceito de identidade local para estimular as relações entre produtores e consumidores, mas também entre produtores. Isto conduz a um ambiente semelhante ao de uma economia de partilha: os produtores partilham materiais e trabalham em pequenos grupos para assegurar preços justos e promover os produtos uns dos outros. A recuperação da agricultura num território periurbano foi muito relevante, com um impacto imediato a nível da criação de emprego, geração de rendimentos e prevenção do desemprego. Os consumidores ganharam um novo compromisso e consciência do impacto das suas ações, entre outras vantagens.



Desafios e pontos a reter

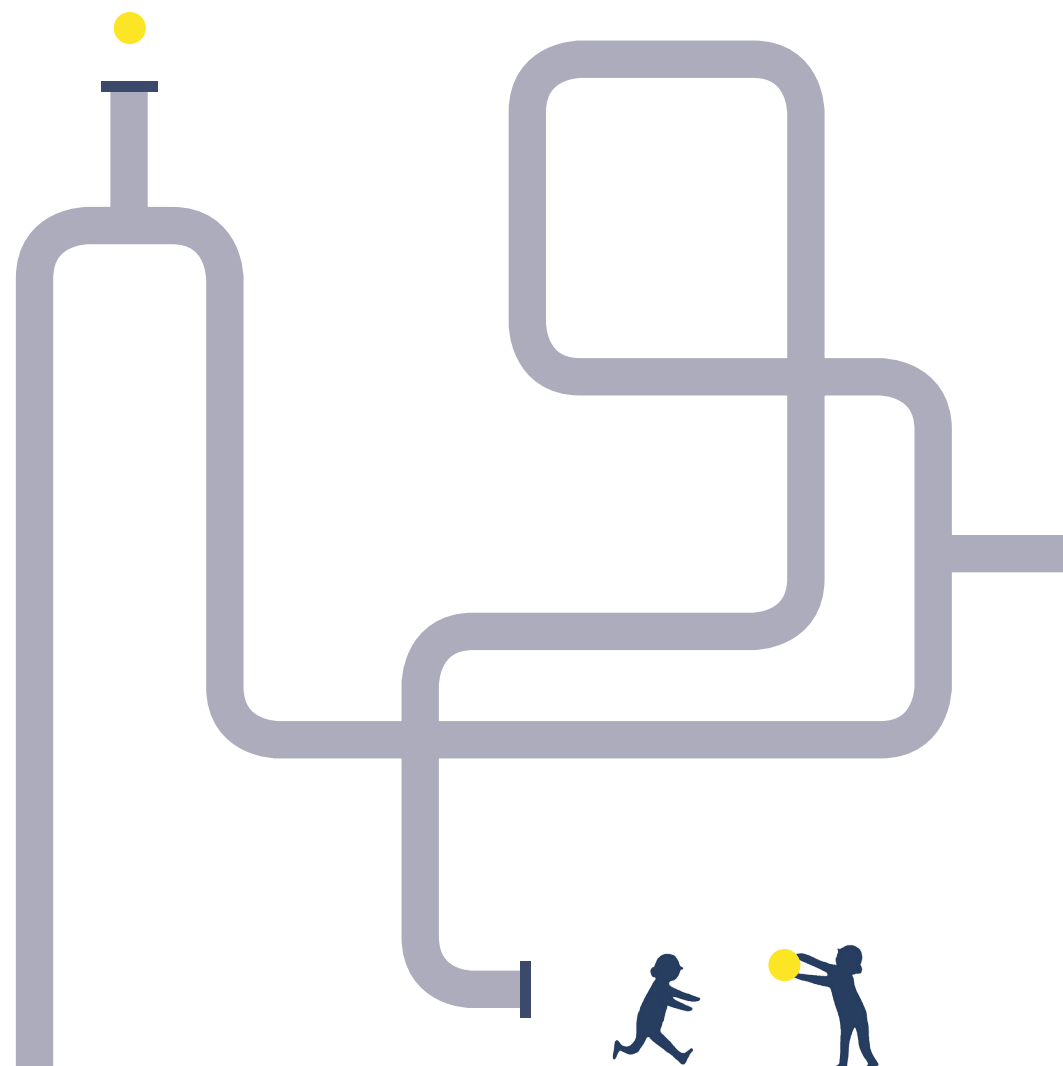
A informação recolhida das 55 práticas mostra claramente que 41 destas iniciativas são singulares, enquanto apenas algumas fazem parte de redes ou de outras formas de interligação (consórcios, federações, etc.). É evidente que, embora a autossuficiência e a concentração na missão sejam fatores indiscutivelmente positivos para todas as experiências, a participação em entidades federais ou redes é um elemento que pode ser útil para a difusão nos territórios, para a partilha de experiências e para o desenvolvimento de colaborações operacionais.

Além disso, grupos de coordenação maiores podem permitir a representação integral de interesses e desejos de setores da Economia Social e Solidária perante entidades públicas e governos. Estas formas de representação seriam também vantajosas perante organizações europeias ou internacionais. Será interessante avaliar, no futuro (além da vida do projeto), se o conhecimento revelado devido à investigação terá resultados a este nível. Como gerar modelos económicos territoriais alternativos? Como construir um desenvolvimento local orientado para a ESS? No contexto da investigação, já foram reveladas algumas experiências de colaboração mais ou menos intensas entre as organizações participantes. Refiram-se as sessões de formação comuns, os convites recíprocos para participar em iniciativas em alguns países, alguns exemplos de uma participação partilhada em outros projetos, mas existem outras atividades conjuntas em desenvolvimento.

Um segundo nível de colaboração potencial em territórios específicos e com objetivos que não podem ser estabelecidos a priori relaciona-se com a possibilidade de projetar e implementar sistemas integrados de colaboração económica e com relações interpessoais ou grupos que partilham o mesmo fim. Olhando mais de perto os contextos dos territórios envolvidos na pesquisa, vários investigadores realçaram a possibilidade de organização de cadeias de produção entre cidades e as zonas rurais próximas ou de alargamento das áreas de venda de produtos justos ou biológicos, ligando os produtores a grupos de consumidores que queiram formar grupos de consumo.

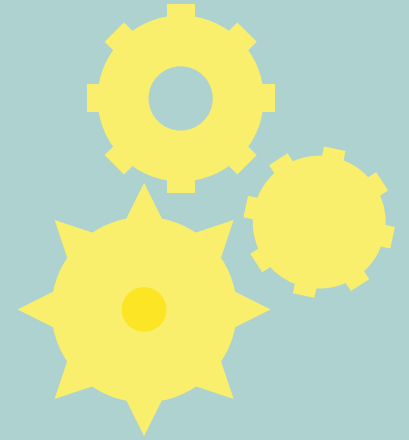
Especialmente nos territórios que apresentam muitas experiências alternativas e com boas práticas de dimensão considerável e com mais experiência, vislumbra-se a possibilidade de criação de sistemas económicos que incluam todo o território, trabalhando para modelos económicos realmente alternativos, mesmo que de uma forma experimental – mas começando com um conjunto de organizações que tenham um conhecimento mútuo e partilhem objetivos específicos (*clusters* regionais de Economia Solidária, planos de desenvolvimento agrícola, etc.). Estas perspetivas

para o futuro ultrapassam o âmbito desta investigação; contudo, podem encontrar nesta o ponto de partida para processos mais complexos e exigentes e ainda para a possibilidade de iniciar transformações de grande interesse para as populações locais e que sirvam de exemplo para serem replicadas noutros locais do mundo.



Núcleo da pesquisa

- Europa do Norte e Central
- Europa Mediterrânea
- Europa do Leste
- Mundo
- Conclusões



Europa do Norte e Central

O contexto da ESS nos países das boas práticas

Em toda a região da Europa do Norte e Central, o âmbito e os conteúdos do setor da Economia Solidária ainda não estão bem definidos.

A experiência austríaca, por exemplo, afirma que não existe um campo de ação específico da ESS; em todas as boas práticas, a análise parte de uma descrição do chamado “terceiro setor”, no qual é incluída a Economia Solidária. “Atualmente, a discussão da Economia Solidária sofre de deficiências no conhecimento.

O conhecimento relativo aos fatores de sucesso das entidades de Economia Solidária devia ser comunicado mais amplamente, bem como o conhecimento das formas legais adequadas para as Economias Solidárias.” O que é de assinalar é o seguinte: “A pertinência da Economia Solidária baseia-se na perspetiva de uma transformação societal abrangente. Esta transformação começa em nichos, onde as pessoas procuram uma forma de se relacionarem baseada na igualdade, democracia e solidariedade, com uma preocupação com todo o mundo e as gerações futuras. Tais nichos são, por exemplo, cooperativas alimentares, lojas de Comércio Justo, cozinhas populares e comunidades. O movimento pela Soberania Alimentar, ou seja, pelo direito dos povos a determinar a produção da sua comida à sua maneira, é um bom exemplo da Economia Solidária como um movimento transformador. Estes nichos existem dentro de um sistema de dominação social: de capitalismo, sexismo, racismo e outras formas de desigualdade e crueldade. Os nichos são contraditórios e conseguem mudar apenas partes das relações sociais em contextos específicos. A transformação é impulsionada pelo desenvolvimento das contradições da Economia Solidária.”

Portanto, as organizações estão conscientes de algumas das características distintas e importantes da ESS, mesmo que não lhes deem tanta relevância como noutros países. Na pesquisa no **Reino Unido**, algumas áreas da Economia Solidária são descritas como importantes (Movimento pelo Comércio Justo, aumento da produção biológica no movimento cooperativo, etc.), e, na área da Grande Londres, registam-se numerosas iniciativas comunitárias de formação de jovens, projetos locais e organizações a trabalhar em microcrédito mútuo e coletivo para iniciativas sustentáveis. A análise geral foi conduzida em relação a todo o campo da ESS, envolvendo mais de 70.000

iniciativas⁹, o que significa que há todo um âmbito de potencial expansão para as atividades económicas relacionadas. Um dos focos é o movimento cooperativo, que é também extenso.

Uma definição comum da ESS, porém, não é muito habitual. Por exemplo, na investigação da *Think Global*, sublinha-se que a terminologia “Economia Social e Solidária” tem pouca ou nenhuma relevância. Termos como “Economia Social”, “economia local”, “cooperativas” e “empresa social” são reconhecidos, relevantes e compreendidos. Mas, qualquer que seja o termo usado para a descrever, esta economia alternativa e colaborativa representa um leque de inúmeras empresas e entidades no Reino Unido, tais como cooperativas, mutualidades, empresas sociais, e tem uma história incrivelmente rica.

Como foi brevemente descrito na introdução deste relatório, nos últimos anos, o governo britânico tem introduzido numerosas medidas de privatização e externalização de serviços públicos a empresas privadas. Além de isto ter causado um forte descontentamento entre muitos cidadãos, devido a preocupações relativamente à qualidade dos serviços e ao pior tratamento de trabalhadores e utentes dos serviços, também constituiu uma oportunidade para mutualidades, cooperativas e empresas sociais emergirem como uma alternativa às empresas tradicionais, voltadas para o lucro. Muitas autoridades locais e instituições públicas, enfrentando cortes e privatizações, preferiram externalizar serviços a cooperativas ou mutualidades devido à sua dimensão democrática e centrada nas pessoas, em vez de se voltarem para empresas mais tradicionais, orientadas para o lucro.

Noutros países, particularmente na **Bélgica e Finlândia**, a pesquisa foi conduzida na sua totalidade tendo como referência todo o campo da ESS, sem distinções. Aliás, a **Bélgica** é o único país no grupo dos 17 territórios da Europa do Norte e Central a lembrar o campo da cooperação para o desenvolvimento, destacando que, desde 1994, tem tentado aumentar a presença ultramarina de projetos relacionados com a Economia Solidária. Na **Finlândia**, onde, historicamente, uma grande parte dos cidadãos realizam trabalho voluntário, têm surgido novas iniciativas que se podem assinalar como atividades de ESS. Neste contexto, contudo, são mais compreensíveis

9 BMG Research, Small Business Survey (2012): SME employers - https://www.gov.uk/government/uploads/system/uploads/attachment_data/file/193555/bis-13-p74-small-business-survey-2012-sme-employers.pdf

e estão mais difundidos. A situação económica da Finlândia não é particularmente boa, mas existe ainda um forte setor público e uma tradição de Estado Social que facilmente leva a uma forte presença do apoio do Estado nas atividades do terceiro setor. O setor público tem sido enfraquecido e isto pode abrir novas possibilidades para a ESS, como está a acontecer na **Alemanha**. A pesquisa neste país debruça-se sobre projetos relacionados com a agricultura e a alimentação, destacando o papel do modelo CSA, das hortas urbanas e dos conselhos alimentares locais. Em Berlim, o primeiro Conselho Alimentar Regional está ativo, trabalhando por uma organização e gestão da produção e consumo alimentares mais justas e sustentáveis. Na **Polónia**, o setor social inclui mais de 100.000 destas iniciativas e pelo menos 17.000 têm o estatuto legal de cooperativas, estando localizadas principalmente na capital e nos grandes centros urbanos, enquanto na **Irlanda**, **Letónia** e **Estónia** as dimensões dos setores sociais não são comparáveis às de outros países da região e, por isso, são ainda relativamente desconhecidas.

Análise de dados

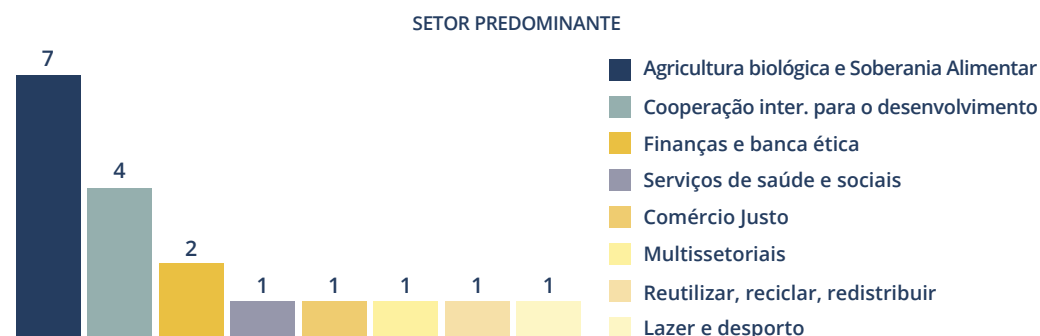
Nesta secção, desenvolvem-se alguns dos indicadores quantitativos e qualitativos a partir da informação recolhida nos relatórios de pesquisa, oferecendo ao leitor dados comparáveis sobre as boas práticas identificadas. Os indicadores qualitativos são baseados em alguns critérios comuns para a ESS: impacto ambiental, impacto social, autogestão/partilha da gestão, capacidade de trabalho em rede e atenção à comunicação e advocacia. Relativamente aos indicadores quantitativos, a análise diz respeito aos setores e atividades da ESS, estimativas do número de pessoas direta ou indiretamente envolvidas nas práticas (trabalhadores, membros, voluntários), do volume de negócios gerado pelas atividades realizadas e considerações sobre a forma legal/estrutura informal das práticas.

Através destes indicadores, é possível construir um sistema de monitorização e avaliação para as práticas consideradas, com vista não apenas a criar um instantâneo dos dados atuais, mas também a encontrar modos de consolidar o processo no sentido de uma maior eficácia dos componentes analisados.

Setores

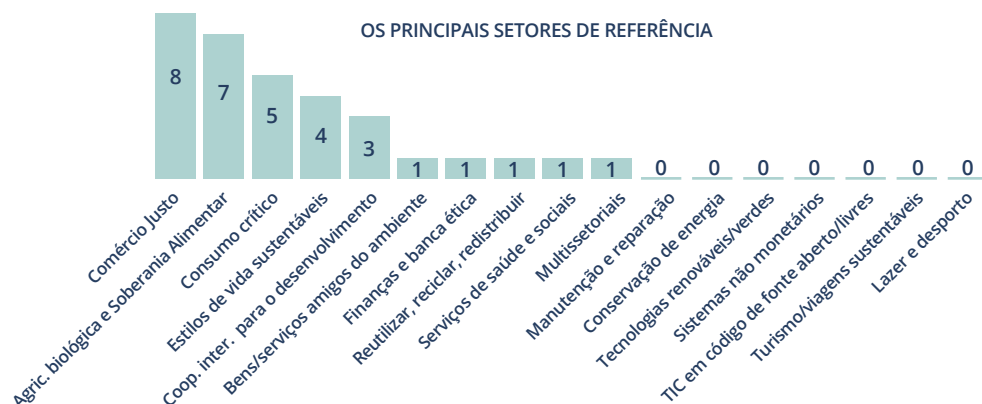
As 18 boas práticas selecionadas lidam com setores ou áreas de competência da ESS diferentes. Um primeiro resultado revelado pela análise é a prevalência de práticas identificadas no setor da agricultura/alimentação (7 práticas) e no setor do Comércio Justo (4 práticas). As outras boas práticas operam nos campos da cooperação internacional (2 práticas) e finanças éticas, reutilizar e reciclar, artesanato ecológico, serviços sociais locais e serviços multissetoriais (1 prática por setor). A preocupação com a alimentação continua a ser uma das prioridades máximas do

público em geral: um dos movimentos mais fortes tem como foco a mudança de hábitos alimentares, para que aumente o consumo de comida biológica e produtos do Comércio Justo. Esta tendência não é recente, como pode parecer, mas tem uma longa história. O bem-estar da humanidade e o ambiente são uma prioridade para o movimento biológico e de Comércio Justo, que procura fomentar um desenvolvimento sustentável para todas as partes envolvidas no processo. A agricultura em modo de produção biológico e o Comércio Justo incluem esta abordagem holística de requisitos e critérios, o que se traduz, frequentemente, também na devida atenção prestada às condições de produção dos membros. Um número crescente de consumidores está a juntar-se àqueles e a questionar as condições laborais.



Os movimentos internacionais pela agricultura orgânica e pelo Comércio Justo representam, em todo o mundo, iniciativas importantes para a melhoria da sustentabilidade ambiental e para a justiça social. Estes movimentos criticam a produção destrutiva e as práticas de consumo e lutam para criar um sistema alimentar global mais sustentável e justo. O movimento internacional pela agricultura orgânica centra-se na incorporação de “processos naturais” (por exemplo, a sazonalidade das colheitas) na produção alimentar, incentivando simultaneamente a produção alimentar em modo biológico e os mercados para produtos biológicos certificados. O movimento internacional pelo Comércio Justo centra-se na incorporação de “relações sociais igualitárias” nos mecanismos de produção e distribuição, desenvolvendo um comércio mais igualitário para produtos social e ambientalmente sustentáveis. É frequente que estes projetos se intersectem e complementem: o movimento pelo biológico, ao abordar práticas ecológicas, e o movimento pelo Comércio Justo, ao abordar práticas sociais. Embora os produtos certificados biológicos e de Comércio Justo representem uma fatia relativamente pequena do comércio mundial, a sua produção e consumo envolvem um grande número de pessoas, empresa e lojas, que está a crescer rapidamente. Os movimentos pelo biológico e pelo Comércio Justo estão a dar passos

significativos no sentido da melhoria da sustentabilidade ambiental global e da justiça social; no entanto, os seus sucessos recentes no mercado colocam-nos face ao desafio de expandir o seu alcance, permanecendo fiéis aos seus princípios essenciais. A análise das variadas atividades realizadas pelas práticas demonstra que, em muitos casos, estas dizem respeito a mais do que um setor. Ao agrupar todos estes campos de ação, é possível destacar os principais setores de referência por ordem de predominância, como se segue: **Comércio Justo** e a **cadeia agrícola e de distribuição biológica, consumo crítico**, finanças éticas, reutilizar e reciclar, energia renovável, artesanato ecológico, serviços sociais locais, multissetoriais. Existem ainda experiências em setores de bens e serviços, atividades culturais e campanhas. Esta categorização é claramente limitada e sintética, já que há práticas que implementam atividades em vários destes campos.



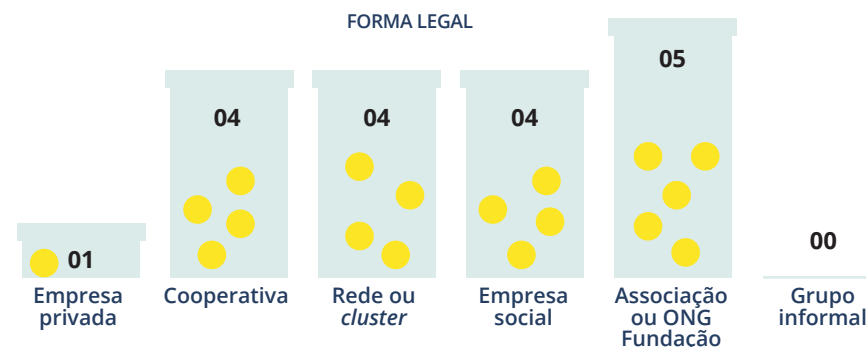
Não há provas que confirmem a existência de modelos que interliguem estas experiências de uma forma sistémica nos territórios. Experiências como as cadeias solidárias de distribuição, de produtores e consumidores, entre o campo e a cidade, as redes que trabalham no campo da comunicação social e campanhas, bem como experiências inovadoras, tais como os *clusters* regionais de Economia Solidária, não são tão divulgadas como, por exemplo, na América Latina ou na Europa do Sul. As únicas tentativas de criação de ligações sistémicas podem ser parcialmente encontradas nas práticas relacionadas com CSA e hortas urbanas.

Numa análise das funções económicas tradicionais desempenhadas pelas práticas selecionadas, a preponderância das funções relacionadas com comércio e serviços é evidente (37%), seguida pelas funções de produção e transformação (24%), consumo (22%) e distribuição (17%).



Participação

As práticas da Europa do Norte e Central analisadas envolvem milhares de pessoas de formas diversas, o que mostra a sua grande capacidade de atração e, simultaneamente, a capacidade de construir uma verdadeira economia alternativa, de criar emprego, garantir direitos, ampliar a consciência individual e coletiva sobre os atuais processos sociais e económicos, pensar numa comunidade de pessoas e não apenas de consumidores, clientes e produtores. Nesta área geográfica, há mais de 10.000 pessoas envolvidas de várias formas em entidades de ESS, ao passo que mais de 1000 pessoas estão nelas empregadas direta ou indiretamente. É uma das regiões analisadas com maior número de atores envolvidos, mas a capacidade de atração e a criação de emprego são duas coisas diferentes: há realidades com poucas pessoas empregadas e existem outras com mais trabalhadores ou membros, tais como o *Cooperative Manchester Home Care (Reino Unido)*, que emprega 800 pessoas. Outro exemplo é a organização *Shared Interest (Reino Unido)*, com 9000 membros participantes. No que toca à forma legal destas organizações, é interessante observar que a maioria das práticas corresponde a associações, ONG ou fundações (5), cooperativas (4) e empresas sociais (4), enquanto apenas 1 empresa privada foi selecionada como boa prática. Adicionalmente, há *clusters* e redes (4, sob formas diferentes).



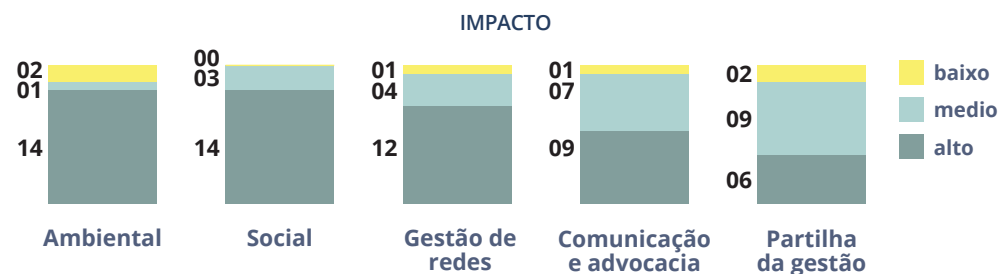
Impacto

Como já foi descrito, as práticas de ESS orientam-se para objetivos de interesse coletivo. A promoção de parcerias e redes, uma justa distribuição dos recursos, o respeito por e a proteção do ambiente, a prossecução de objetivos sociais são características que estão presentes em todas as experiências sociais. Estas experiências têm como finalidade a criação e o crescimento de iniciativas dedicadas à produção e à troca de bens e serviços, funcionando segundo os princípios de cooperação, reciprocidade, subsidiariedade responsável, sustentabilidade e compatibilidade energético- ambiental. Especificamente, se

olharmos para as práticas identificadas, é possível avaliar qualitativamente alguns indicadores de impacto de alguns critérios.

O gráfico seguinte mostra o impacto de alguns valores dentro das práticas. Por exemplo, pode observar-se a relevância da dimensão social e ambiental na maioria das práticas analisadas, não apenas nesta área geográfica. Outro fator positivo a destacar está relacionado com a presença notável de redes temáticas e campanhas partilhadas nesta área. Por outro lado, a existência de estruturas de gestão rígidas, o que, em muitos casos, se deve à forma legal das organizações, nem sempre permite a participação horizontal no processo de tomada de decisões.

Finalmente, na avaliação do impacto das boas práticas, é fundamental referir o ponto fraco existente na capacidade de praticar a advocacia e comunicação; porém, esta competência está presente e é certamente um fator de atração e educação, particularmente nos âmbitos da cooperação e Comércio Justo.



Volume de negócios

Relativamente ao volume de negócios gerado pelas práticas de ESS nesta região, é possível uma estimativa, apenas, já que os números não estão completos ou adequadamente determinados para todos os territórios e todas as entidades. O valor em causa, relativo às organizações de ESS identificadas, ultrapassa os 60 milhões de euros por ano. Os volumes de negócios apresentados pelas entidades de ESS nesta região são os mais elevados em todo o mapeamento realizado nesta investigação. Também é importante frisar que algumas das boas práticas selecionadas incluídas nesta região alcançam níveis de volumes de negócios que são mais elevados do que os de qualquer outra organização nesta investigação: a *Shared Interest*, com aproximadamente 42.500.000 euros por ano, e a *Manchester Home Care*, com cerca de 14.200.000 euros por ano.

Soluções para a crise económica

De uma forma geral, o papel e o desenvolvimento da ESS nestes países tem sido um elemento-chave no combate à gentrificação, taxas elevadas de desemprego e

os impactos ambientais da crise. De facto, existem muitas práticas que intervêm diretamente no contexto local para contrariar o crescimento da pobreza e dos mecanismos de marginalização nestas regiões, para criar oportunidades para novos negócios e, acima de tudo, para oferecer formação técnica e profissional que permita aos jovens aceder ao mercado de trabalho. Em todos estes campos de atuação, mutualidades, cooperativas e empresas sociais surgem como uma alternativa às empresas tradicionais, voltadas para o lucro.

A prática *Home Care* (Reino Unido), por exemplo, segue nesta direção, ao construir um serviço social local, de bairro, que não só oferece vantagens à comunidade, mas também contribui para a criação de emprego e uma forma inovadora de fazer negócios. As práticas de CSA na **Áustria, Finlândia, Irlanda e Alemanha** são particularmente interessantes, enquanto sistemas emergentes orientados para a Soberania Alimentar, que mostram que é possível criar rendimentos, bem como aumentar a qualidade de vida de várias pessoas, com soluções em pequena escala, ao nível local. Esta é a razão principal pela qual constituem instrumentos tão importantes para contrariar os impactos negativos causados pela atual crise sistémica.

Estes exemplos também representam o empoderamento de respostas holísticas, vindas da base, aos problemas da comunidade. Com os cortes realizados pelos governos nas despesas e as políticas de austeridade a afetar as populações mais vulneráveis, as comunidades locais estão, cada vez mais, a unir-se para preencher as lacunas do apoio social através da criação de oportunidades de formação, de emprego e de propostas de negócios verdes e éticos.

A *Foodsharing.de*, por exemplo, é uma plataforma online alemã, também usada na **Áustria** e **Suíça**, que estabelece ligações entre as pessoas a nível local para prevenir o desperdício de comida. Todos os anos, 18 milhões de toneladas de comida são desperdiçados na **Alemanha**, dos quais 10 milhões representam desperdício evitável¹⁰ – ou seja, comida que ainda é comestível. Na Letónia, a loja social identificada como boa prática procura cumprir o fim social de aumentar o bem-estar de grupos socialmente vulneráveis com a participação de jovens e através da reutilização de pertences. Todas estas são respostas eficazes a aspetos diferentes da crise.

Intercâmbios Sul-Norte

A região da Europa do Norte e Central está particularmente centrada nas relações entre o Norte e o Sul global. Algumas das práticas selecionadas têm contactos diretos com o hemisfério sul e implementam projetos de cooperação internacional. O movimento do Comércio Justo desempenha, decididamente, um papel excecional na abordagem aos diferentes níveis de disparidades de desenvolvimento em muitos

10 WWF, *Das große Wegschmeißen* (2014).

países do Sul, estando representado em 8 das práticas analisadas. As experiências identificadas na **Polónia, Reino Unido, Estónia e Áustria** representam um bom exemplo de como o Comércio Justo e a educação global podem reduzir a distância entre a ESS e a cooperação para o desenvolvimento. O Comércio Justo foi introduzido nesta região por diversas ONG que apresentaram a importância deste tipo de comércio no combate à pobreza, já que os consumidores têm um papel importante no comércio global. As suas decisões quanto ao que comprem podem ter um impacto direto nas condições laborais e de vida das pessoas no Sul global. O Comércio Justo pode ajudar os produtores certificados a unirem-se em organizações locais e a praticar modos de produção sustentáveis, com preocupações relativas à melhoria das suas condições laborais e de vida.

O Comércio Justo procura incentivar a adoção de modos de vida sustentáveis entre os pequenos produtores e os trabalhadores, ao permitir melhorias nos rendimentos, condições laborais dignas e ecossistemas sustentáveis. Como sistema, o Comércio Justo prova que o comércio pode ser um motor essencial da redução da pobreza e do desenvolvimento sustentável, mas apenas se for dirigido para esse propósito, com uma maior equidade e transparência. “O Comércio Justo consiste numa parceria comercial, baseada no diálogo, transparência e respeito, que busca maior igualdade no comércio internacional. Contribui para o desenvolvimento sustentável, ao oferecer aos produtores marginalizados – especialmente no Sul – melhores condições de troca e maiores garantias dos seus direitos. As organizações de Comércio Justo (apoiadas pelos consumidores) estão ativamente envolvidas no apoio aos produtores, na sensibilização e em campanhas pela mudança das regras e da prática do comércio internacional convencional.”¹¹

Há ainda diversas práticas (na **Bélgica, Áustria e Alemanha**) que trabalham no âmbito da cooperação internacional e que também têm em comum o apoio a projetos de agricultura sustentável, tanto no hemisfério Norte, como no hemisfério Sul. Do ponto de vista dos fluxos financeiros para o Sul, são claramente mais fortes nesta região, também graças ao caso britânico da *Shared Interest*, que apoia muitos dos projetos, usando as finanças éticas. Várias destas práticas que não têm uma relação direta com o Sul, como é o caso das CSA, podem ser bons exemplos a replicar noutros locais.



¹¹ Esta definição, criada pela organização *World Fair Trade*, foi adotada em 2001 pelo FINE, um grupo-chapéu informal que reúne as quatro principais redes de Comércio Justo.

Aspetos críticos

Definição de ESS

Como já foi enfatizado na introdução deste relatório, o conceito de “Economia Social e Solidária” tem pouca ou nenhuma relevância nesta área, enquanto termos como “Economia Social”, “economia local”, “cooperativas” e “empresas sociais” são reconhecidos, relevantes e compreendidos pelo público. Os representantes de organizações de ESS entrevistados pensam a ESS em termos de diferentes modelos de negócios que procuram colmatar necessidades sociais e investir nas comunidades locais. O Professor Francis Davis, fundador de uma das boas práticas selecionadas – o *Cathedral Innovation Centre* – acredita que a ESS exige invenções e criatividade na abordagem a necessidades sociais e pode ser considerada um instrumento poderoso na compensação das carências produzidas pelo dismantelamento do Estado Social. Este conceito é ainda reiterado pelos representantes de organizações do movimento social, que sublinham que a ESS pode incentivar a criação de iniciativas sustentáveis e inovadoras, cujo nascimento e razão de ser estariam sempre ligados à comunidade.

Assim, um movimento, empresa ou organização compromete-se a crescer num modelo sustentável e a manter uma economia de escala. Isto pode resultar na criação de numerosos pequenos negócios sem uma rede comum que os una. Por isso, é essencial ligar iniciativas que estão a ter sucesso, partilhar boas práticas e usar novas tecnologias para ultrapassar barreiras geográficas.

Comunicação e advocacia

O público geral continua insuficientemente informado acerca das oportunidades criadas pela Economia Social, em larga medida porque a comunicação social ignora frequentemente o assunto e porque as campanhas podem não gerar os impactos esperados. As empresas sociais emergentes têm dificuldades em assegurar a sua presença no mercado, mas as atividades de informação e educação não são suficientemente apoiadas pela administração pública.

Como mencionámos anteriormente, a propósito dos dados qualitativos sobre o impacto destas experiências em contextos diferentes, na verdade, parte das atividades que deviam ser levadas a cabo para apoiar as atividades práticas parecem demasiado limitadas e, portanto, ainda não desempenham o necessário papel de promover e até multiplicar as melhores experiências. As atividades de comunicação e advocacia realizadas por algumas das práticas selecionadas deviam ser ampliadas

em larga escala para que a lógica da Economia Solidária possa crescer o suficiente para mudar a economia nacional. Neste campo de atividades, é crítica a interação entre autoridades locais, universidades e organizações públicas para PME, por um lado, e a realidade específica da ESS, por outro.

Políticas económicas estratégicas

As mesmas avaliações podem aplicar-se a políticas económicas nacionais e regionais. A nível dos territórios individuais nos quais as boas práticas são absolutamente essenciais, as entidades públicas estão, de uma forma geral, conscientes de que a sua incumbência é criar um ambiente favorável à criação de multiplicação da ESS. É, portanto, fundamental o desenvolvimento de uma visão estratégica partilhada, dos territórios com uma concentração elevada de iniciativas de ESS, seja como *clusters* regionais ou áreas especiais ou como setores com produções altamente especializadas.

De facto, em alguns destes territórios, a importância destes fatores de capacitação e as diretrizes públicas são identificadas, mas existem muitos exemplos de boas práticas que já operam dentro de serviços públicos, apesar de estarem confinadas à lógica de emergência de práticas e de faltar a colaboração e o apoio específicos dentro das realidades de ESS. Em alguns territórios, a investigação assinala algumas experiências de colaboração genuína que deviam ser replicadas em todos os países, visto que mostraram provas sólidas de eficiência e eficácia. A título de exemplo, mencionamos os “conselhos alimentares” na Alemanha e os centros incubadores no Reino Unido.

Pontos de interesse

Estes constituem ideias e considerações que podem ser resumidas e destacadas a partir da pesquisa realizada nesta região.

Agricultura inovadora

A prevalência e a atenção dada às questões relacionadas com a alimentação permitem desenvolver propostas que vão para além da prática estudada. Por exemplo, as experiências de CSA e várias propostas de hortas urbanas na **Áustria, Finlândia, Irlanda e Alemanha** podem ser consideradas como modelos de práticas de ESS. Relativamente à **Alemanha**, as CSA procuram criar um modelo de desenvolvimento alternativo no setor agrícola, em harmonia com produtores, consumidores e natureza. A CSA é uma parceria entre agricultores e consumidores na qual as responsabilidades, os riscos e as recompensas da atividade agrícola são partilhados.

A CSA contribui para abordar as preocupações crescentes com a falta de transparência, sustentabilidade e resiliência dos nossos sistemas alimentares.

Numa CSA, a comida é distribuída não através do mercado, mas através do seu próprio ciclo transparente, organizado e financiado pelos próprios participantes. Os princípios das CSA são: solidariedade, comunidade, justiça e democracia de base. As explorações agrícolas de pequena dimensão poderiam, realmente, ir ao encontro de todas estas necessidades, mas são precisamente estas quintas que estão a desaparecer. Nas condições atuais, os agricultores são frequentemente confrontados com uma “escolha”: entre explorar a natureza ou autoexplorarem-se. Para sobreviverem enquanto agricultores, encontram-se dependentes de subsídios, dos preços nos mercados (globais) e das condições climáticas – fatores que os agricultores não podem influenciar. A pressão constante sobre os preços dos produtos agrícolas força-os, frequentemente, a ultrapassar limites de *stress*, a explorar o solo e os animais com os quais trabalham – e, em muitos casos, a abandonar completamente a atividade. A agricultura em modo de produção biológico também está sujeita a estes mecanismos.

Novas visões urbanas

Hortas urbanas, hortas partilhadas, quintas coletivas – criadas e mantidas por associações de bairro em pequenos terrenos disponibilizados pela cidade ou ocupados – constituem pedaços de campo dentro da cidade, cujo papel não se esgota em permitir aos cidadãos “sujar as mãos de terra”. Ao criarem espaços partilhados, as hortas urbanas tornam-se realmente locais que originam e promovem laços sociais e culturais, instrumentos que podem gerar bem-estar mental, físico e relacional e, ao mesmo tempo, oferecer uma oportunidade de exercício físico e, talvez até, plantar legumes adequados a uma alimentação saudável (Finlândia, Irlanda, Alemanha).

Reverter os danos causados pelo processamento industrial da comida

No setor agrícola, existem determinadas práticas que contribuem para os danos gerados pelo sistema alimentar global, baseado nos interesses económicos de empresas globais e nocivo para humanos, animais e meio ambiente. A concentração de quotas do mercado e de poderes no setor agrícola ajuda a alargar o fosso existente entre ricos e pobres, entre o Norte e o Sul global. Para mudar as políticas alimentares e agrícolas, devemos responder a este desafio: assegurar que a produção, distribuição e a eliminação dos resíduos da nossa comida é ambientalmente sustentável e socialmente justa. Há numerosos mecanismos



injustos e danosos, muitos dos quais relacionados com a predominância de plantações agrícolas destinadas a fins industriais, produtos que precisam de fertilizantes químicos e que, por isso, não são saudáveis para o consumo humano ou animal. Finalmente, todo o desperdício chega aos vários milhões de toneladas – 88 t apenas na Europa¹² –, não apenas no início da cadeia de uma concentração excessiva nos supermercados, mas também em resultado do consumo alimentar nos lares e comunidades (hospitais ou cadeias de restaurantes). É interessante notar, na pesquisa, que existem algumas experiências que procuram reduzir o desperdício de comida (plataforma antidesperdício na Alemanha) e este tipo de experiências devia ser um exemplo a imitar em todos os países.

Políticas alimentares

Os conselhos alimentares são uma ferramenta inovadora que pode ajudar-nos a democratizar e tornar mais sustentável o nosso sistema alimentar, para as gerações atuais e as futuras. Pessoas de diferentes origens juntam-se para projetar políticas nutricionais para a região. Os conselhos de política alimentar podem ser adaptados às necessidades das cidades e comunidades e já são utilizados em muitas partes do mundo, onde criaram infraestruturas e projetos para promover a participação e a horizontalidade nas decisões de política alimentar nas regiões a que pertencem.

Estes conselhos de política alimentar são organizações que reúnem diversos atores envolvidos nas questões da terra e da alimentação em áreas urbanas (agricultores, GCS, a distribuição em pequena escala, mercados locais, pomares urbanos, autoridades locais), no sentido de reterritorializar o sistema alimentar. A sua tarefa é integrar a agricultura urbana no planeamento urbano e facilitar o acesso à terra e à água. Mas os conselhos também lidam com a segurança e a Soberania Alimentar e, de modo geral, com políticas da alimentação. Os conselhos alimentares encontram-se em várias cidades da América do Norte e do Reino Unido, Alemanha e Holanda. Em Amesterdão, a alimentação tem estado na ordem do dia, nos últimos anos, com a cidade a ferver de iniciativas relacionadas com a alimentação e o município a escrever uma nova Política Alimentar.

Atualmente, estão a emergir conselhos alimentares locais na Alemanha. Os voluntários, em Berlim e Colónia, estão a trabalhar arduamente para os constituir nas suas regiões, com vista a estabelecer redes de zonas urbanas e rurais, promover o consumo na época de produtos alimentares plantados na região e colocar a alimentação e a agricultura na agenda política. O conselho alimentar de

Berlim assegura a sua ligação, através de reuniões e sessões de formação com a participação de partes interessadas, com os vários participantes no processo. Os investigadores indicam que intervenientes dos quatro territórios alemães identificaram os conselhos de política alimentar como um instrumento inovador que gostariam de implementar nas suas cidades no decurso deste projeto.

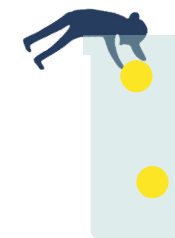
Sustentabilidade das atividades

Todas as experiências consideradas e selecionadas na pesquisa tiveram um importante impacto positivo na sustentabilidade. A maior parte destas realidades, na verdade, é sustentável em termos ambientais, sociais e económicos, pois tais práticas evitam substâncias químicas e organismos geneticamente modificados, agem em pequena escala e não estão orientadas para maximizar lucros, mas para a satisfação das necessidades de pessoas e da natureza. A sua gestão é autodeterminada e o trabalho obedece às capacidades e possibilidades dos participantes.

Comunidades auto-organizadas

Como foi descrito na introdução deste relatório, a Europa viveu, nos últimos anos, uma onda de privatizações e externalização de serviços públicos a empresas privadas, que cresceu também, devido às medidas de austeridade.

A experiência da *Manchester Home Care* é muito interessante: uma empresa social, que é propriedade dos seus trabalhadores, especializou-se em oferecer cuidados e apoio a pessoas que vivem nas suas próprias casas. Os trabalhadores podem participar em decisões que afetam as suas vidas profissionais e seis elementos, após se tornarem membros, podem receber uma parte dos lucros que a empresa gera, dependendo do desempenho do território e dos lucros do grupo. A estrutura única da organização oferece aos funcionários a oportunidade de participar quinzenalmente em reuniões gerais democráticas e na definição dos orçamentos, salários e condições da empresa. Podem também eleger ou ser eleitos para o Conselho Geral, que nomeia pessoas para o Conselho Executivo e aprova decisões-chave sobre o funcionamento do negócio. Este é, mais uma vez, um exemplo de uma iniciativa auto-organizada e autogerida, o que se traduz no reforço do aspeto de inclusão social. Parece óbvio que os exemplos selecionados e analisados tornam muito evidente que este tipo de iniciativa exige um nível elevado de compromisso político e público no desenvolvimento da ESS.



12 European Commission, Stop food waste – http://ec.europa.eu/food/safety/food_waste/stop_en

Comércio Justo e Solidário e direitos internacionais de Soberania Alimentar

O papel do Comércio Justo na transformação dos padrões vigentes está muito presente em práticas localizadas no **Reino Unido, Polónia, Estónia e Áustria**. O termo “Comércio Justo” surgiu na Europa do Norte, numa tentativa de implementar justiça e solidariedade no comércio entre os países do Norte e do Sul. Para milhares de produtores em países do Sul, tem sido – e continua a ser – uma excelente oportunidade de obter uma produção de melhor qualidade, melhores preços, melhores condições de trabalho e uma melhor qualidade de vida para os produtores e as suas famílias.

O Comércio Justo não deve ser reduzido a uma simples estratégia de vendas, já que pode também impulsionar a produção local sustentável, empregos dignos, a igualdade entre géneros, etc. Ao promover a criação de redes e a organização de pequenos produtores, ao valorizar o trabalho e a proteção do ambiente e ao apelar a que os consumidores escolham, no seu quotidiano, compras responsáveis, oferece uma base e um apoio às relações envolvidas na produção, vendas e consumo. É importante lembrar que, mais de 40 anos depois da primeira experiência, este universo ainda está a expandir e, nos diferentes países em que surgiu como uma nova fórmula de cooperação com o hemisfério sul (frequentemente articulado e enriquecido em países diferentes), é ainda uma forma notável de estabelecer relações entre países, de modo a introduzir elementos de solidariedade nos fluxos comerciais internacionais.

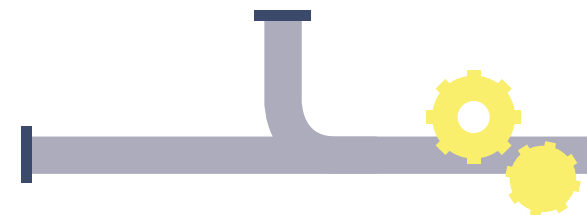
O reconhecimento recente, por parte do Comércio Justo, do comércio Sul-Sul e Norte-Norte significa que engloba também a dimensão local, recentrando-se no mercado local e incorporando noções como a soberania e a segurança alimentar, direitos humanos e produção ecológica. Porém, nem o Comércio Justo, nem as finanças solidárias ou as moedas locais podem resolver todos os problemas do desenvolvimento. Todos os intervenientes na cadeia de valor devem ser incluídos. Os produtores do Comércio Justo podem tornar-se um dos elos da cadeia de produção assente na solidariedade, que reúne instituições e redes que promovem a ESS junto de empresas sociais, grupos de consumidores organizados e, em alguns casos, políticas públicas que apoiam estas iniciativas. Isto envolveria ações como a reconfiguração das cadeias de produção baseadas na solidariedade, dando preferência a fornecedores que respeitam critérios ecológicos e de solidariedade e criando empresas, financiadas através de iniciativas de finanças solidárias, para evitar a supremacia das grandes empresas multinacionais, até chegar aos consumidores finais.

Financiamento internacional solidário (projetos de desenvolvimento e proteção ambiental)

Uma experiência de relevo nas finanças éticas é o da boa prática britânica *Shared Interest*, uma organização de investimento ético que oferece serviços financeiros e apoio à atividade empresarial para melhorar a subsistência e as condições de vida de comunidades desfavorecidas nos países mais pobres do mundo. Como frisam os investigadores, a organização promove uma abordagem justa e cooperativa às finanças e procura uma estratégia de investimento sustentável que assegure um resultado positivo tanto para os agricultores como para os investidores. Aqui, o foco é nos empréstimos a longo prazo e no apoio aos produtores, em vez de numa “solução instantânea”, assegurando que o dinheiro emprestado serve para algo tangível que ajudará os produtores a construir um negócio sustentável e bem-sucedido, com futuro. O impacto económico e social sobre os agricultores também pode ser observado no trabalho da organização-irmã *Shared Interest Foundation*. Esta instituição proporciona formação de organização de base a novas cooperativas, principalmente em África, aumentando os seus níveis de conhecimento e de competências em áreas como a contabilidade financeira e a construção de redes.

O impacto transformador nos países do Sul global é demonstrado pelo aumento no bem-estar e nos rendimentos dos produtores que a *Shared Interest* apoia, bem como no aumento da confiança e dignidade dos agricultores que beneficiam destes empréstimos. Eles podem orgulhar-se de ganhar dinheiro para sustentar as suas famílias e de não estarem dependentes de caridade ou de doações.

Num futuro próximo, estas práticas devem ser reproduzidas no Sul global, bem como noutras áreas do mundo afetadas pela crise. Existe um grande número de projetos muito interessantes que não estão a encontrar fontes de financiamento suficientes, portanto, a disponibilidade de esquemas de financiamento feitos à medida das necessidades da ESS pode ser essencial para o seu desenvolvimento e difusão, enquanto respostas eficazes aos efeitos secundários da crise global e das medidas de austeridade.



Europa Mediterrânea

O contexto da ESS nos países das boas práticas

A Europa Mediterrânea inclui 17 boas práticas em 7 países. Alguns territórios e países incluídos nesta região parecem conseguir identificá-las de forma mais precisa enquanto iniciativas a serem indicadas como de “Economia Solidária”, embora, por vezes, a definição “Economia Social” seja mais usada. Na **Itália**, por exemplo, a Economia Social é um dos setores com o maior valor acrescentado nas regiões do país. Desempenhou – e ainda desempenha – um papel fundamental a nível local, tanto em termos de coesão social como na facilitação do desenvolvimento local. Além disso, as organizações de Economia Social são excelentes na sua área; a presença e atividade de associações, cooperativas sociais e organizações de voluntários ajudam a criar e fortalecer o tecido económico e social regional. O crescimento destas organizações, em termos de importância, sublinhou a necessidade de medir o contributo específico que asseguram à comunidade que servem, em termos de coesão social e de inovação social. É possível identificar o contributo específico (ou valor acrescentado) que adicionam ao sistema de previdência social e também descrever as principais características do trabalho feito neste âmbito (criação de coesão social, cooperação com as autoridades locais, mudanças na lei da competição, resposta à crise).

Um estudo nacional realizado pelo Sindicato de Agricultores defende que 18% dos italianos (cerca de 7 milhões de pessoas) estão, alegadamente, envolvidos em formas coletivas de produção e de redes de distribuição. Cerca de 150.000 pessoas podem estar envolvidas em produções coletivas e redes de distribuição solidárias, tais como os GCS. Os GCS são redes de base que organizam coletivamente o aprovisionamento direto de comida e outros artigos de uso diário, mas, cada vez mais, também de têxteis e de serviços “alternativos”, como a energia renovável, turismo sustentável ou até seguros dentários. A *Retegas.org* é a rede italiana de GCS, para quem “solidariedade” significa cooperação e empatia com os produtores, com o ambiente e com outros membros dos GCS.

Estas redes evoluíram, em vários territórios, para modelos que são descritos como centros ou *clusters* regionais de Economia Solidária (em italiano, “*distretti di economia sociale*” ou DES). Estes são redes de associações, de fornecedores e consumidores que trocam bens e serviços em nome de princípios comuns de solidariedade. A *Retecosol.org* é o portal online dos DES italianos. *Tavolo RES* é o Grupo de Trabalho Nacional que promove, apoia e estabelece ligações entre projetos de DES. Hoje, existem 32 projetos de DES divulgados por todo o país.

Em **França**, as 200.000 empresas envolvidas no setor da ESS empregam mais de 2 milhões de pessoas, ou 1 em cada 8 trabalhadores do setor privado. As atividades do setor representam quase 10% do PIB. Nos últimos dez anos, a ESS criou 440.000 novos postos de trabalho – um aumento de 23%, comparado com um de 7% na economia tradicional. Em 2014, foi publicado o Decreto nº 2014-856, de 31 de julho, sobre a ESS. A lei define ESS, cria o Alto Conselho para a ESS, uma Câmara Nacional e Câmaras Regionais. O Decreto também altera e acrescenta numerosas disposições para o estabelecimento de entidades da Economia Social e a transferência de empresas para os seus trabalhadores, modifica o setor cooperativo e a lei das associações, etc. A lei reconhece que “a ESS é uma forma de manipular e incrementar a economia em todos os campos da atividade humana a que aderem as entidades legais de direito privado que reúnem as seguintes condições cumulativas: uma meta a alcançar não apenas pela partilha de lucros; governança democrática e gestão responsável”. Em países como França, as entidades de ESS partilham ainda alguns elementos adicionais, tais como limites ao lucro das organizações, a capacidade de mobilização de pessoas nos territórios nos quais operam e atingir externalidades positivas no interesse coletivo. Neste país, foram também criadas instituições competentes na regulação das iniciativas de solidariedade, especialmente a Câmara Francesa para a ESS e um instrumento financeiro que angaria fundos e financia projetos nos setores relevantes.

Em **Espanha**, a ESS surge como uma realidade possível e efetiva de uma outra economia. Reconhecida como derivada da e articulada com a tradição da Economia Social (composta, sobretudo, por cooperativas, mutualidades e associações), identifica-se com uma renovação de experiências socioeconómicas das últimas décadas. Em março de 2011, o país adotou uma Lei da Economia Social que estabelece como objetivo básico o estabelecimento de uma moldura legal que confira visibilidade e reconhecimento à Economia Social, garantindo-lhe uma maior certeza legal pela definição do setor de Economia Social. Segundo a Confederação Empresarial Espanhola da Economia Social (CEPES, na sigla em espanhol), “a Economia Social é um agente socioeconómico chave, com mais de 45.000 que geram 10% do PIB e 12% do emprego do país”. O movimento de ESS é amplo e está bem estabelecido, além de estar fortemente representado numa das mais importantes redes nacionais de redes de ESS: a *Red de Redes de Economía Alternativa y Solidaria* (REAS), que é uma parceria confederal composta por 18 redes (14 territoriais e setoriais), reunindo mais de 500 entidades e empresas e a participação de mais de 38.000 membros – além de

8300 pessoas empregadas para tarefas específicas – e um volume de negócios anual de 355 milhões de euros. A importância atribuída ao estabelecimento de redes de ESS é uma das suas principais características e, simultaneamente, um dos aspetos singulares que a fazem destacar-se no campo da Economia Social. Em Espanha, este setor caracteriza-se também por uma presença forte e generalizada de atividades agrícolas, cadeias de fornecimento sustentáveis e muitas iniciativas biológicas ou alternativas, empenhadas, principalmente, em estabelecer redes para criar laços estreitos, mesmo que informais, com outras experiências existentes.

Em países como a **Grécia**, a Economia Solidária cresceu enormemente após a crise de 2008, mas é vista como um campo muito recente e o setor informal é também muito ativo, mesmo que nem todas as suas atividades possam incluir-se no setor da ESS. As iniciativas de ESS têm um papel muito difícil, mas igualmente muito importante a desempenhar no futuro do país: devem assegurar respostas a necessidades sociais vitais, bem como ser a força motriz da mudança social, apesar de enfrentarem desafios num ambiente hostil. De qualquer modo, deve ser tomado em consideração que a maioria das iniciativas – com ou sem reconhecimento jurídico – tem menos de 3 anos, sendo, portanto, demasiado cedo para prever se serão sustentáveis como parte de um ecossistema de ESS.

No **Chipe**, a ESS tem tido um desenvolvimento forte, mas também problemas com cooperativas de crédito, recentemente. Além do movimento cooperativo, há um surto de novas atividades de Economia Social que incluem advocacia, assistência social a grupos vulneráveis, ambiente e outras iniciativas comunitárias. Contudo, a inexistência de uma estrutura, tanto em termos de reconhecimento pelo governo, como no conhecimento, por parte do público, acerca dos princípios da Economia Social ou da Economia Solidária, tem frequentemente levado a que estas iniciativas sejam criadas *ad hoc* e a que se desmoronem quando o entusiasmo inicial acaba. As iniciativas que conseguiram sobreviver até 2015 são melhor planeadas e estão muito mais conscientes de serem parte da Economia Social do que estavam antes da crise, com a solidariedade a formar uma parte cada vez mais importante da sua identidade.

Em **Malta**, não é possível identificar uma rede abrangente de organizações de ESS, embora existam alguns intervenientes na área da ESS. Infelizmente, a ausência de uma regulação adequada e de coordenação entre os atores não criou um ambiente para um apoio estatal suficiente, limitando, assim, a exploração de todo o potencial do setor. A ESS tem conquistado terreno nos últimos anos, atraindo mais atenção do Estado, sobretudo depois da adesão do país à UE. Malta está, atualmente, a tentar racionalizar a sua ação do setor, abrindo espaço a iniciativas privadas dentro do sistema de previdência social. Apesar de as empresas sociais não terem

uma regulação formal no país, as questões com que devem lidar fazem parte do compromisso de algumas organizações sem ou com fins lucrativos, que empregam muitas pessoas, mas que, frequentemente, dependem do trabalho voluntário. O contexto de Malta caracteriza-se por um setor de ONG vibrante e diverso, um setor de voluntariado desenvolvido e uma presença bastante generalizada de cooperativas. A imagem geral que se pode extrair de uma análise da ESS em Malta é que os diversos atores trabalham individualmente, com poucas oportunidades para trocarem conhecimento e experiências de boas práticas. Isto, por seu lado, traduz-se, muitas vezes, na duplicação de iniciativas e numa ausência geral de coordenação.

Nos últimos 30 anos, o setor da ESS em **Portugal** desenvolveu-se rapidamente, englobando agora mais de 200.000 apoiantes ativos e várias iniciativas de coordenação, especialmente nos principais setores. Mais de 94% das organizações ativas trabalham no campo da Economia Solidária e definem-se como associações, excluindo, portanto, a estrutura cooperativa. Em 2010, o setor foi incluído como componente do Orçamento do Estado e do PIB. A recém-criada Rede Portuguesa de Economia Solidária (RPES) inclui cerca de 45 profissionais, organizações e grupos informais, que querem promover uma economia alternativa, de acordo com o manifesto da rede. A RPES procura reunir organizações, instituições, grupos informais e indivíduos que se identificam com a visão e as práticas da Economia Solidária, para compreender processos de produção, comércio, consumo, distribuição, geração de rendimentos, poupanças e investimentos, que combinem a economia com solidariedade, uma perspetiva ambiental, diversidade cultural, reflexão crítica, democracia participativa e desenvolvimento local.

Análise de dados

Nesta secção, desenvolvem-se alguns indicadores quantitativos e qualitativos a partir da informação coligida nos relatórios de investigação, para providenciar ao leitor dados comparáveis acerca das boas práticas identificadas. Os indicadores qualitativos baseiam-se em alguns critérios comuns de ESS: impacto ambiental, impacto social, participação, autogestão/partilha da gestão, capacidade de estabelecer redes e atenção à comunicação e advocacia. No que toca aos indicadores quantitativos, a análise dos setores e atividades da ESS estima o número de pessoas direta ou indiretamente envolvidas nas práticas (trabalhadores, membros, voluntários), o volume de negócios gerado pelas atividades realizadas e reflexões sobre a forma legal/estrutura informal assumida pelas práticas. Estes indicadores permitem a construção de um sistema eficaz de monitorização e avaliação das práticas consideradas, não só para criar um instantâneo dos dados atuais, mas também para consolidar o processo, rumo a uma maior eficácia dos elementos analisados..

Setores

As 17 boas práticas selecionadas abrangem diferentes setores ou competências da ESS. Um primeiro resultado revelado pela análise é a prevalência de práticas identificadas **no setor da alimentação/agricultura** (9 práticas) e dos **serviços multissetoriais** (3 práticas). Os outros setores predominantes em que se movem estas práticas são: reutilizar, reciclar e redistribuir (2 práticas), finanças éticas, artesanato ecológico e tecnologias verdes (1 prática cada).



O gráfico acima reflete a dimensão local de uma tendência mundial: a crescente popularidade da alimentação biológica e de práticas agrícolas centradas nos potenciais impactos dos alimentos que comemos sobre o ambiente e sobre a saúde. Na Europa Mediterrânea, o movimento biológico internacional está a ganhar terreno rapidamente, promovendo a mudança nos hábitos alimentares e na sensibilização dos consumidores, que podem, com as suas compras, desempenhar um papel mais ativo no mercado. Analisando as diferentes práticas, constata-se que os principais setores de referência são: a cadeia de distribuição biológica e agrícola, consumo crítico, Comércio Justo, finanças éticas, reutilizar e reciclar, energia renovável, produtos ecológicos, serviços multissetoriais. Encontram-se, igualmente, experiências em setores produtivos (de bens e serviços), atividades culturais e campanhas. Esta categorização é claramente limitada e sintética, dado que existem práticas que realizam atividades em vários destes campos.



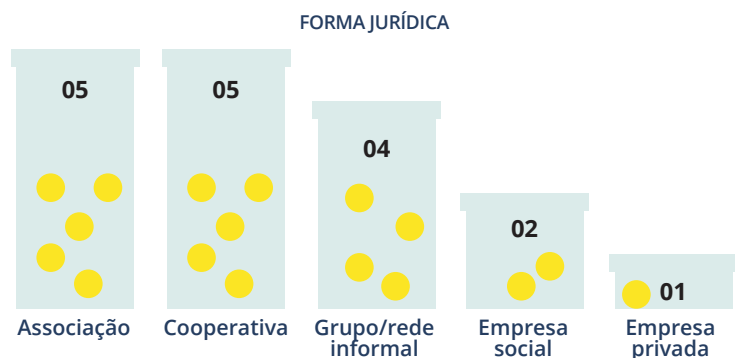
Muitas das práticas analisadas combinam estas experiências de forma sistemática nos territórios. Experiências como as cadeias de fornecimento solidárias – que ligam produtores e consumidores, entre a cidade e o campo –, bem como redes com atuação no campo das comunicações sociais e campanhas, e ainda experiências inovadoras como os “distretti” de Economia Solidária estão presentes nesta região. Tentativas de criar ligações sistémicas entre experiências podem ser parcialmente encontradas na **Itália, Espanha e Portugal**, especialmente no setor da alimentação e agricultura. Analisando as funções económicas tradicionais empreendidas pelas práticas selecionadas na região, verifica-se o predomínio das funções relacionadas com o comércio e serviços (42%), seguidas pelas funções de produção e transformação (28%), consumo (19%) e distribuição (11%).



Participação

Uma das características principais das entidades de ESS, que sobressai especialmente quando as comparamos com tipos mais tradicionais de organização na economia convencional, é o relevo atribuído à centralidade da pessoa sobre os lucros, que pode ser sintetizada na fórmula “*people before profit*” (“as pessoas antes dos lucros”). Este aspeto demonstra como o compromisso desempenha um papel preponderante na ESS, em que os valores sociais são uma prioridade e princípios como inclusão, democracia, atenção aos segmentos desfavorecidos da população são elementos essenciais. As práticas consideradas nesta área geográfica estão em linha com estas características, já que mais de 3500 pessoas estão envolvidas de várias formas e mais de 300 pessoas são empregadas direta ou indiretamente por estas entidades.

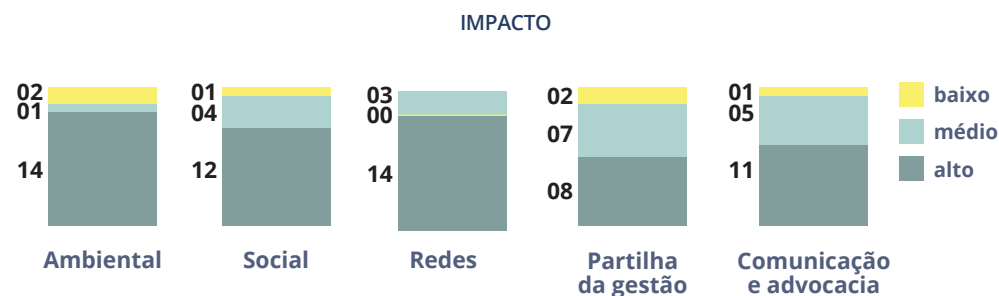
No que respeita à forma legal destas organizações, é interessante observar que a maioria das práticas está organizada como: cooperativas (5) ou associações sem fins lucrativos (5), enquanto poucas assumem a forma de empresas sociais ou privadas (2 práticas e 1, respetivamente). Adicionalmente, há redes e *clusters* ativos (4 sob diferentes formas).



Impacto

Como sabemos, as práticas de ESS orientam-se para objetivos de interesse coletivo. A promoção de relações entre diferentes entidades, uma justa alocação de recursos, o respeito e salvaguarda do ambiente, a prossecução de metas sociais são características que estão presentes em todas as experiências analisadas. Estas boas práticas estão, portanto, orientadas no sentido da criação e crescimento de iniciativas dedicadas à produção e troca de bens e serviços e trabalham de acordo com os princípios de cooperação, reciprocidade, subsidiariedade responsável, sustentabilidade e compatibilidade ambiental. Em particular, olhando para as práticas identificadas pela investigação, é possível observar o valor elevado que é atribuído aos aspetos ambientais e sociais na maioria das práticas analisadas. Nesta região, e mais do que nos outros locais, é atribuída uma grande consideração à dimensão do estabelecimento de redes, que tem a mesma importância da dimensão ambiental. Outro elemento-chave a mencionar é que a partilha da gestão das boas práticas consideradas é muito mais horizontal do que nas outras áreas geográficas analisadas, embora se registre uma dificuldade semelhante na comunicação e advocacia.

De uma forma mais geral, relativamente ao impacto das práticas, há um ponto fraco relativo na capacidade de advocacia e comunicação, mas, certamente, em comparação com outras regiões analisadas, esta competência está presente e constitui um fator de atração e educação, particularmente na área da cooperação e Comércio Justo.



Volume de negócios

No que se refere ao rendimento gerado por estas práticas, apenas se podem realizar estimativas, porque os números fornecidos não estão completos ou adequadamente definidos, mas, no total, referimo-nos a uma dimensão de mais de 23 milhões de euros. Esta região é a que apresenta um maior volume económico, embora seja também digno de nota que os volumes de negócios das práticas variam consideravelmente de dimensão.

Soluções para a crise económica

Em geral, o papel e o desenvolvimento da ESS nestes países têm sido incontornáveis como proteção contra a gentrificação, taxas de desemprego elevadas e impactos negativos sobre o ambiente gerados pela crise generalizada. Nesta região, as várias crises (económica, financeira, social, ambiental, política, cultural, do conhecimento) causaram provações e incertezas (social, ambiental, cultural, económica, política) e puseram em evidência os pontos fracos e os falhanços dos modelos económicos e políticos dominantes. A crise, nesta área geográfica, teve um impacto devastador no estilo de vida das populações: a opinião pública está agora muito mais consciente do que consome, dos custos e impacto da deslocalização e do “competitivo” comércio internacional em larga escala. As pessoas veem-se, cada vez mais, como cidadãos, não apenas como consumidores, e compreendem o seu poder na mudança de um consumo prejudicial à saúde e insustentável para uma coprodução na qual têm um papel ativo e uma relação com os produtores. Estão a empoderar-se, à medida que se apercebem das possibilidades de organizar a economia de um modo diferente.

Todas as diversas formas de ESS, como a agricultura biológica, grupos de consumo, produção de energia renovável, cooperativas e Comércio Justo, estão a crescer – embora a um ritmo mais lento do que no passado. Estes campos não são imunes à crise e podem ser esmagados por esta (especialmente se imitam o modelo

competitivo), mas são muito mais dinâmicos. A lição principal a retirar é a de que o estabelecimento de redes mais holísticas e a cooperação podem transformar a crise numa verdadeira oportunidade para envolver as pessoas e participar na recriação de uma economia diferente, que responda às necessidades de indivíduos e comunidades e não a interesses privados exclusivos ou à ganância de quem se centra nos lucros. Neste sentido, quando as diferentes experiências constroem pontes, são capazes não apenas de sobreviver ao naufrágio da crise, mas ainda de beneficiar da iniciativa mútua e ativa que a Economia Solidária representa. Muitos consideram que as práticas centram a sua ação na dimensão local, o que lhes permite dar uma atenção especial à dimensão microeconómica, promotora da capacidade das organizações de identificarem necessidades e intervirem em contextos de pobreza e marginalização da crise global. Estas atividades têm como objetivo a criação de empregos e a melhoria das condições de trabalho, simultaneamente prestando uma atenção particular à dimensão de inovação social presente no seu trabalho. As cooperativas e empresas sociais, bem como outras entidades de ESS, demonstram ser mais eficientes e eficazes do que as organizações convencionais com fins lucrativos.

Nos últimos 10 anos, o número de trabalhadores nas entidades de ESS aumentou de 11 milhões, em 2002-2003, para 15 milhões, representando agora 6,5% da população empregada da UE. Este número não inclui todas as formas informais e as formas mistas de práticas e iniciativas de ESS (desde a autoprodução à coconstrução, troca direta, moedas sociais, bancos do tempo, etc.). As CSA e os grupos de consumidores e produtores solidários multiplicam-se sob diversas formas: enquanto, no final da década de 90, havia apenas umas poucas centenas de exemplos ativos, num pequeno número de países, hoje existem dezenas de milhar destas experiências.

Na **Grécia**, a experiência da *Solidarity for All* é particularmente notável. Esta organização tem estado ativa a nível nacional, oferecendo coordenação e ajuda prática a topo o tipo de iniciativas em campos variados, desde clínicas e farmácias sociais a cozinhas comunitárias e distribuição de comida, desde mercearias sociais à partilha livre e Economia Social, etc. A *Solidarity for All* “nasceu” da crise: foi constituída para lidar com as necessidades de interligação, comunicação, facilitação e coordenação de todas as diversas estruturas, movimentos e iniciativas que surgiram devido à crise e aos seus efeitos nas pessoas deste país. Outra prática notável na Grécia é a *BioMe*, até agora o primeiro e único complexo industrial autogerido, a nível nacional. A iniciativa foi criada e é partilhada por metade dos trabalhadores da antiga empresa industrial especializada em materiais conjuntivos e produtos de limpeza fortes. O esforço de trabalhadores que não eram pagos para tomar o seu futuro nas suas mãos e tomar posse dos meios de produção, bem como da própria fábrica, fez nascer um movimento de solidariedade que não se limitou às fronteiras do país. Há

já quase quatro anos que a *BioMe* continua a evoluir, juntamente com as iniciativas que a apoiam, que desempenharam este papel de muitas formas diferentes.

Estas serviram como rede de apoio para os trabalhadores, como um movimento de solidariedade com os trabalhadores que ficaram desempregados devido ao abandono das fábricas e falência das empresas, também como uma rede de distribuição dos produtos da *BioMe*, e, finalmente, como apoiantes e como uma assembleia geral alargada. Há muitas lições a aprender com esta prática. A *BioMe* mostrou que trabalhar em estreita colaboração com as pessoas da solidariedade e incluí-las no funcionamento da iniciativa pode ter resultados muito positivos. A *BioMe* tem travado uma luta difícil para provar que a produção autogerida pode existir. Esta é a primeira iniciativa do seu género na Grécia e deixou bem claro que uma outra forma de fazer as coisas é possível. Para o conseguir, a *BioMe* usou, ao máximo, todos os recursos que pôde encontrar. Fossem estes a solidariedade, a produção autogerida ou a competência técnica, os trabalhadores/empregadores fizeram alguma coisa disso e este foi um fator-chave de sucesso.

Em **França**, de acordo com a *lÉS – Initiatives pour une Économie Solidaire*, as finanças e a economia local podem reconciliar-se para levar os cidadãos a participar num projeto económico local, por meio da propriedade individual de ações da empresa. Demonstra a relevância e o sucesso de um ciclo financeiro curto. Com os seus projetos financiados, inspira nos indivíduos a consciência de que podem tornar-se uma parte importante do processo. Além disso, todos os projetos financiados pela *lÉS* estão a ter um impacto ambiental significativo no território. Desde que foi criada, em 1998, foram financiadas 87 empresas (incluindo 14 empresas de inclusão social). Atualmente, estão a ser apoiadas 53 empresas. Estas empresas dedicam-se, geralmente, a atividades terciárias nos setores do ambiente, energias renováveis, Comércio Justo e biológico, construção, cultura e lazer, serviços sociais, produção de alimentos, transporte e catering. Em 17 anos de operações, criaram ou sustentaram mais de 800 empregos. Atualmente, a *lÉS* apoia mais de 600 empregos. Através da sua ação, a *lÉS* pretende revitalizar o território, aumentando o apoio ao emprego local. A *lÉS* realizou um trabalho significativo centrado na viabilidade financeira das empresas apoiadas. Foi levado a cabo trabalho de análise de problemas, para consolidar a fase de instruções, que se desenrola antes da tomada da decisão financeira.

Intercâmbios Sul-Norte

As relações Sul-Norte não estão muito desenvolvidas na Europa Mediterrânea. Na verdade, apenas algumas práticas têm contacto direto com o Sul global, através de projetos de cooperação para o desenvolvimento. Há várias práticas que lidam com a cooperação internacional (em **Espanha** e **Portugal**), tendo em comum o apoio a projetos de agricultura sustentável tanto no hemisfério norte como no hemisfério sul.

Outro bom exemplo é a loja *Almocafre*, em **Espanha**: uma cooperativa de consumidores sem fins lucrativos com cerca de 2500 artigos de Comércio Justo, dos quais 80% são locais ou regionais, sendo os restantes nacionais ou internacionais. É interessante destacar a campanha de apoio a produtos palestinos, com o programa ARCA. A ADREPES dedica-se à cooperação com Cabo Verde (projeto “Encurtar Distâncias”), numa atividade sob o protocolo estabelecido entre a Câmara Municipal de Palmela e a Câmara de Santo Antão, enquanto a ONG Monte trabalha em países africanos de expressão portuguesa como Guiné-Bissau e Cabo Verde.

Aspetos críticos

Definição de ESS

Os investigadores relatam que, nesta região, a “Economia Social e Solidária” é um conceito geralmente reconhecido e que definições como “Economia Social”, “economia local”, “cooperativa” e “empresa social” são reconhecidas, relevantes e entendidas pelo público em geral. As experiências de ESS têm, preferencialmente, uma dimensão local, centrando-se nas necessidades das comunidades para as fortalecer. Isto põe em relevo a necessidade de estabelecer redes, partilhar e colaborar para que as práticas possam crescer para modelos sustentáveis, mantendo dimensões e volumes de negócios sustentáveis.

Comunicação e advocacia

Como mencionado na análise de outras áreas geográficas, as atividades de comunicação e advocacia implementadas na Europa Mediterrânea não são sistemáticas e têm um alcance limitado. Muitas das boas práticas identificadas estão a experimentar formas inovadoras de comunicação, usando as plataformas de media sociais, apesar de não se verificar o seu uso uniformemente em todas as iniciativas. No entanto, é interessante registar a maior capacidade para a comunicação e advocacia das práticas que adotaram meios de organizar em rede as suas operações. A importância de tais atividades reside no seu potencial de atração e de sensibilização do público em geral, apesar de poderem ser postas de parte devido a constrangimentos orçamentais.

Políticas económicas estratégicas

Confrontados com a crise financeira, económica, social e ambiental, muitos territórios estão a implementar práticas que podem representar um caminho alternativo que incentive a criação de empregos, assegure direitos e aumente a consciência individual e coletiva relativamente aos processos económicos e sociais em curso. Neste sentido, é fundamental que as instituições locais e os organismos públicos construam uma estratégia partilhada que apoie iniciativas de ESS existentes e novas. Em algumas áreas, a pesquisa destaca algumas experiências de cooperação genuína e estas devem ser replicadas em todos os países, dado que já está razoavelmente demonstrada a sua eficácia e eficiência.

Relações críticas com o Sul global

Finalmente, analisando as relações com o Sul global, refira-se que, apesar de a cooperação internacional se encontrar bem desenvolvida e ser comum em muitos países, também nesta região são escassas as experiências de verdadeira parceria e partilha entre o Norte e o Sul. Muitas das experiências de ESS têm origem no Sul e muitas podem ser imitadas e divulgadas tanto no Norte como no Sul do mundo, mas a consciência do seu potencial transformador, que permitiria partilhá-las e multiplicá-las segundo as necessidades reais dos parceiros, é fraca. Estas práticas também apoiam diferentes organizações e projetos locais, promovendo a criação de novos empregos, o espírito empreendedor e a recuperação de atividades locais, como o turismo rural e o artesanato local. As principais externalidades sociais estão relacionadas com a criação ou recuperação de emprego, bem como com o investimento em territórios rurais, prevenindo, por exemplo, a migração dos jovens. Um dos impactos mais assinaláveis da sua ação é a melhoria na utilização de recursos locais e a recuperação de atividades económicas tradicionais enraizadas nos territórios, tais como a agricultura ou a pesca. A associação age como facilitadora de processos, promovendo o conceito de identidade local para estimular as relações entre produtores e consumidores, mas também entre produtores. Isto resulta num ambiente que é similar ao de uma economia de partilha: os produtores partilham materiais, ou trabalham em grupos pequenos para assegurar preços justos e promover os produtos de todos. A recuperação da agricultura num território periurbano foi muito relevante, já que teve um impacto imediato a nível da criação de emprego, geração de rendimentos e prevenção do desemprego. Os consumidores beneficiam de um novo compromisso com a sua comunidade e da consciência acerca do impacto das suas ações, entre outros.

Pontos de interesse

Nesta região, existem diversas ideias e reflexões que podem ser resumidas e destacadas a partir da investigação realizada.

Agricultura inovadora

O predomínio de atenção a questões relacionadas com a alimentação permite desenvolver propostas que são inovadoras e capazes de implementar soluções que vão além dessa prática. Por exemplo, as experiências de CSA e as várias propostas de mercados de produtores em **Itália, Espanha e Portugal** podem ser consideradas modelos do que identificamos como boas práticas em ESS.

Relativamente a **Itália e Espanha**, o modelo CSA pretende lidar com estas questões em harmonia com os produtores, os consumidores e a natureza. Uma CSA é uma parceria entre agricultores e consumidores na qual as responsabilidades, os riscos e as recompensas da agricultura são partilhadas. A *Arvaia*, em Itália, é uma das boas práticas mais interessantes. Trata-se de uma cooperativa agrícola formada por cidadãos e agricultores que produzem em modo de produção biológico. É a primeira CSA existente no país. Ao contrário de outras cooperativas similares, a *Arvaia* tem estado a experimentar num terreno municipal, que é público. Os principais objetivos da organização são: emprego, crescimento da participação social, monitorização e proteção do território, divulgação da agricultura/biodinâmica, recuperação de produtos agrícolas tradicionais, redução das trocas monetárias e em mercados, uso da autocertificação participada em produtos e desenvolvimento de uma rede de relações com as autoridades, associações e indivíduos, na **Itália** e outros países, interessados nos mesmo objetivos.

Algumas das boas práticas mais interessantes são também as entidades que estão a criar e organizar redes de produção local baseadas em práticas agrícolas ecológicas, que se apresentam aos consumidores em mercados de produtores agrícolas. Estes mercados são espaços públicos onde vários agricultores se juntam para vender os seus produtos agrícolas diretamente aos consumidores. Os mercados de produtores podem ser geridos pelo município ou por privados, e podem ser sazonais ou funcionar durante todo o ano. Em Itália, existe, em Salento, a rede *Oltre Mercato Salento* e, em Espanha, encontramos o *Mercado Agrícola Agroecológico de Zaragoza* (MAZ, na sigla em espanhol). Estas experiências apoiam circuitos de distribuição curtos, estabelecendo relações diretas entre produtores e consumidores. Além disso, numerosas atividades são realizadas simultaneamente com a implementação da prática: workshops, provas gastronómicas e balcões de informação sobre produtos locais e biodiversidade regional. Estas práticas geram, ainda, uma abordagem social inovadora e uma apropriação política de espaços públicos locais para a transição socioecológica.

Entretanto, foi criado um contexto económico sustentável, que permitiu a muitos pequenos produtores locais e regionais, que já tinham começado a investir na agricultura biológica, autoempregarem-se. Ficou demonstrado que uma produção sustentável e ética tem êxito e conduz a uma preferência por modos de produção biológicos e naturais, o que pode mudar os sistemas convencionais de produção e vendas. Estas experiências estão, atualmente, a construir novas relações económicas baseadas na confiança e trocas diretas, assim influenciando positivamente a consciência do papel de cada um, enquanto cidadão, na proteção do ambiente e na proatividade pelo desenvolvimento local. Por sua vez, isto aumenta o capital social e impulsiona processos de inovação social. As pessoas estão cada vez mais conscientes das diferenças entre agroecologia e agronegócio e da importância de tomar uma posição nesse debate, mesmo que isso se traduza apenas em compras conscientes.

Sustentabilidade das atividades

Um dos objetivos centrais das boas práticas analisadas é a atenção particular que é dedicada à questão da sustentabilidade, não apenas em termos económicos, mas também a nível societal, ambiental e comunitário. Muitos processos de produção tomados em consideração seguem um percurso de conversão ecológica e social, destacando a necessidade de uma orientação para a satisfação de necessidades e não para a maximização do lucro.

Em **França**, encontramos o exemplo da *Enercoop*, que é uma SCIC (associação cooperativa e participativa) formada em 2005 e que está ativa em todo o território nacional. A *Enercoop* é a única cooperativa, a nível nacional, fornecedora de eletricidade de fontes 100% renováveis, em contacto direto com os produtores. Foi formada por um grupo de trabalho composto por intervenientes no setor da energia renovável, associações de cidadãos e entidades de ESS, que se reuniram em 2004 para inventar um novo modelo de energia. Entre os fundadores da empresa estão a *Greenpeace*, *Biocoop*, *Hespul*, *CLER*, *Friends of the Earth* e *La Nef*. A *Enercoop* trabalha com agentes locais para implementar os locais de produção (desde a manufatura de máquinas à montagem) e as fases de produção e, ao mesmo tempo, promove o emprego local. A *Enercoop* compra eletricidade de 14 produtores: 7 produzem energia hidroelétrica, 1 é um produtor de energia de biomassa, 3 dedicam-se à energia eólica e 3 são produtores de energia fotovoltaica. O objetivo da organização é oferecer aos cidadãos a oportunidade de contribuir para a produção local de energia através de uma rede regional de cooperativas (que são criadas constantemente) e de se envolverem na gestão dessas cooperativas, seguindo uma abordagem de circuito curto para a distribuição de eletricidade. A *Enercoop Languedoc-Roussillon* realiza ações de sensibilização, em debates, conferências e projeções. Com a sua proposta de uma energia não poluente e cooperativa, distribuída por um circuito curto, a *Enercoop* tem um impacto ambiental positivo na região.

Reduzir, reutilizar e reciclar pode ajudar comunidades

Reduzir, reutilizar e reciclar pode ajudar as comunidades e o ambiente ao poupar dinheiro, energia e recursos naturais. A forma mais eficaz de reduzir o desperdício é não o criar logo à partida. Fazer um produto novo requer muitos materiais e energia; os materiais em bruto são extraídos da terra e o produto é manufaturado e depois transportado para onde será vendido. Em resultado, a redução e reutilização são as formas mais eficazes de poupar recursos naturais, proteger o ambiente e poupar dinheiro. No **Chipre**, a *Anakyklos Perivalontiki* é a mais antiga organização de solidariedade que não é uma cooperativa, tendo acumulado sucessos sobre sucessos nos últimos cinco anos. Também respondeu à crise económica que afetou o país,

responsabilizando-se por um papel mais ativo na solidariedade em comunidades do país, frequentemente assumindo a liderança em movimentos pela garantia de financiamentos. Adicionalmente, a boa prática em questão reúne o maior número de princípios da ESS tais como foram definidos pelo projeto. Recolhe roupas, sapatos, cintos e malas de mão, bem como têxteis para o lar, e gera rendimentos através da revenda e reciclagem. Assim, posiciona-se no setor da reciclagem ambiental, mas adicionou a isto fins sociais, na resposta a necessidades básicas das comunidades e no financiamento de projetos-piloto para as comunidades.

Outra experiência inovadora, em termos de sustentabilidade, é a *UpCycle*, em França, uma sociedade por ações que obteve o estatuto ESUS como “empresa de utilidade social”. A *UpCycle* propõe o desenvolvimento de um modelo económico inovador: a economia circular adaptada à agricultura urbana, projetada para ir ao encontro dos requisitos e limitações urbanos. O centro do negócio da empresa são borras de café. A organização *UpCycle* recolhe as borras de café usadas nas máquinas de café automáticas parisienses para as reciclar, produzindo os cogumelos do tipo *Pleurotus* Monte Cristo. As borras de café são enviadas para os workshops dos *Ateliers Sans Frontières* (ASF), que empregam pessoas sem qualificações em empregos de inserção. Os grãos de café que não desenvolveram cogumelos são separados, é-lhes acrescentada serradura, micélio e água e são embalados em sacos. Há duas formas de distribuição do produto. Os sacos podem ser vendidos a agricultores/jardineiros profissionais, que complementam os seus rendimentos durante épocas baixas com a venda dos cogumelos. Adicionalmente, a *UpCycle* lançou a sua “*boîte à champignons*” (kit de cogumelos), que pode ser utilizada por qualquer pessoa, em casa, para produzir cogumelos numa caixa. Depois de cultivar os cogumelos, os sacos remanescentes são vendidos como fertilizante para plantações agrícolas. O ciclo económico é, assim, fechado de uma forma sustentável e várias questões sociais são resolvidas ao longo do ciclo.

Iniciativas inovadoras de inclusão social

Para várias práticas, a Economia Social e o empreendedorismo social são, em primeiro lugar, iniciativas que empregam pessoas desfavorecidas. Assim, são chamadas entidades sociais de integração pelo trabalho. O empreendedorismo social é considerado um instrumento para a resolução de problemas no território e não é compreendido em todo o seu potencial. A atenção de muitas práticas de inclusão social é um fator importante a considerar, porque existem diferentes práticas na **Espanha**, **Itália** e **França** que têm um impacto enorme no apoio a grupos desfavorecidos. Todas estas práticas desempenham um papel único na educação e formação dos territórios, o que pode ser aproveitado como uma oportunidade para interligar as oportunidades da economia da ESS com as necessidades do território.

No setor alimentar, lembramos a quinta *Colombini*, em **Itália**, e a cooperativa *Terrabona*, em **Espanha**. A sua atividade centra-se na agricultura biológica, com a finalidade de promover a integração social e laboral de imigrantes e pessoas com deficiências físicas ou doenças mentais. Para alguns dos que enfrentam diariamente a discriminação baseada na sua nacionalidade ou nas suas deficiências, é a primeira vez que se sentem, em vez de postos de lado, como parte útil de “algo maior”. Não obstante estes aspetos positivos, a quinta social enfrenta desafios diários, sobretudo do ponto de vista financeiro. Para conseguir realizar todos os projetos sociais mencionados, além da produção de produtos orgânicos, a organização precisa de receber fundos suficientes para apoiar um grande número de pessoas vulneráveis no seu processo de reabilitação ou de integração no mercado laboral.

Redes em ação: *clusters* regionais e agrupamentos

Nesta região, encontramos exemplos bastante interessantes de redes organizadas que já foram descritas como “*clusters* de Economia Solidária” ou “agrupamentos regionais de Economia Solidária”: consistem em redes de associações, produtores e consumidores que trocam bens e serviços regendo-se pelos princípios da solidariedade. A gama varia entre a rede informal e a organização-chapéu, estão ativas em diversos setores, mas todas apresentam como objetivo específico a introdução, nos seus territórios locais, de relações, parcerias e cooperação mais próximas entre organizações locais, grupos e autoridades locais, orientadas para a inovação do desenvolvimento local sustentável. Organizam-se em estruturas legais diferentes, mas todas partilham certas características, tais como um forte foco sobre formas inovadoras de produção e consumo, e a capacidade de fornecer produtos, cuidados e serviços que respondem às necessidades de pequenos negócios dinâmicos e inovadores.

Em **Itália**, a *REES Marche* foi fundada, em 2006, por uma estrutura informal pré-existente chamada Mesa Regional de Economia Solidária, para possibilitar uma definição progressiva das condições para um desenvolvimento, definidas das bases para o topo, para a construção de um novo sistema económico e social centrado na ecologia, no bem comum, na justiça, na solidariedade e numa democracia genuína, de baixo para cima, na região de Marche. A REES é uma associação, mas também é uma rede, já que tenta reunir, numa rede de intercâmbios económicos e culturais, muitos agentes diferentes, para alcançar o projeto comum de uma economia e uma sociedade novas e melhores. Adicionalmente, tenciona ser uma rede de redes, visto que pretende envolver outras redes associativas (ambientais, culturais, económicas, de voluntariado, de promoção social, de previdência social, sindicatos, ONG, etc.) numa transformação social positiva. Atualmente, a *REES Marche* conta com cerca de 200 membros, que incluem muitos tipos de entidades legais (empresas,

cooperativas, associações, GCS, organizações sem fins lucrativos e organismos locais) e está, presentemente, envolvida na formação de “*distretti*” de Economia Solidária (SED) em várias áreas da região, captando intervenientes económicos, associações e instituições que trabalham em campos diversos. Mais especificamente, as atividades mais significativas são: atividades de estabelecimento de redes, atividades culturais, tentativas de constituir SED, e “*distretti*” biológicos, advocacia, mecenato e a promoção de um novo sistema económico.

Há também uma rede informal, identificada pela equipa de investigação no território italiano de Salento, que reúne várias boas práticas do setor agrícola. Podia ser considerada um agrupamento regional de ESS, estabelecendo ligações entre várias iniciativas que intervêm, sobretudo, no campo da agricultura, e assim criando um ciclo virtuoso desde a produção à distribuição. O agrupamento é composto por: *Casa delle Agricolture “Tullio e Gina” – Castiglione d’Otranto* e *OltreMercatoSalento – Lecce*, assim como pelo projeto *Salento Km0* da associação *MeditFilm* em Galatina. Este grupo de organizações representa uma cadeia de distribuição alimentar básica sustentável, ética e baseada na solidariedade, com uma visão comum do desenvolvimento local baseada na Soberania Alimentar. Esta rede abrange toda a província de Lecce, criando, efetivamente, fortes ligações num raio de 60 km, bem como além da própria província de Lecce (no que é conhecido como a Região de Salento).

Existem, igualmente, elementos de estabelecimento de redes e agrupamentos em várias das boas práticas que já foram mencionadas na análise dedicada a esta região. Estas são experiências-piloto nas quais entidades locais de diversos setores, quer de dimensão pública quer das autoridades locais, implementam atividades, oportunidades e ainda políticas que partilham princípios comuns, como, por exemplo:

- a economia deve ser justa e socialmente responsável: aos indivíduos que pertencem aos agrupamentos é pedido que ajam de acordo com as regras de justiça e de respeito pelas pessoas (condições de trabalho, saúde, educação, inclusão social, garantir bens e serviços essenciais);
- as empresas são incentivadas a realizar uma distribuição justa dos ganhos de atividades económicas (rendimentos de investimentos para trabalhadores do setor social, localmente e no Sul global), com critérios transparentes na fixação de preços para bens e serviços;
- as redes e *clusters* de ESS ajudam a multiplicar os contactos e a partilha entre experiências diferentes, no sentido da satisfação plena das necessidades locais na proteção do ambiente;
- as redes e *clusters* de ESS ensaiam e apoiam iniciativas locais também em formas ainda não reconhecidas pelas leis e regulamentos, para promover os direitos humanos e garantir condições de vida dignas a todos os habitantes.

Europa do Leste

O contexto da ESS nos países das boas práticas

As experiências de ESS na Europa do Leste estão a lutar por um espaço definido nas economias dos seus países. Em várias das análises realizadas pelos investigadores, a conceptualização da ESS sofre de uma certa marginalização, possivelmente com origem no preconceito cultural ligado à perceção destas experiências como consonantes com o “modelo socialista” que tem sido fortemente questionado desde a queda do Muro de Berlim. Consequentemente, o modelo tradicional da “Economia Social” é o mais consensual nesta região: age localmente no campo da previdência social, maioritariamente orientada para a inclusão social. As tentativas recentes de regulamentação deste setor são sinais importantes no que respeita à definição de ESS.

A **Hungria**, por exemplo, não possui uma lei para empresas sociais e para a Economia Solidária, mas, entre 2006 e 2013, foram emitidos vários decretos em setores diferentes: OSC, atividades de voluntariado em prol de objetivos de interesse público, cooperativas e cooperativas sociais. As empresas sociais podem escolher uma forma legal com fins lucrativos ou sem fins lucrativos; as últimas só podem desenvolver atividades económicas, mas estas não podem constituir a principal atividade a que se dedicam. As empresas sociais podem obter várias isenções e taxas reduzidas de tributação e taxas.

A **Bulgária** adotou recentemente um plano de ação para a Economia Social. Em outubro de 2014, foi assinada uma declaração que sublinhava o facto de as empresas sociais poderem desempenhar um papel importante no país, no sentido do desenvolvimento sustentável. Igualmente, em 2014, foi desenvolvido o roteiro “Promover e desenvolver o empreendedorismo social na **Bulgária**”, estando atualmente a ser realizado um inquérito destinado a todas as entidades ativas neste campo.

Na **República Checa**, a presença de iniciativas de Economia Social centralizadas é forte na cidade de Praga, onde foi criada por entidades sem fins lucrativos e sociais. Estas são muito diversas e não há sequer uma distinção clara entre entidades sociais e aquelas que se orientam para a solidariedade. Esta diversidade reflete-se nas diferentes definições das entidades de ESS, particularmente no caso das organizações sem fins lucrativos e predominantemente no campo do empreendedorismo social. Também se reflete nas perceções variáveis do seu papel social e económico e, obviamente, nas formas de apoio e nas estratégias do seu desenvolvimento.

Adicionalmente, a linha divisória entre ONG e empresas sociais não está suficientemente clara.

O país regista uma lista de 22.149 entidades sem fins lucrativos (fundações, fundos de pensões, organizações de beneficência, associações, Igrejas legalmente reconhecidas, coordenações de organizações). Dois ministérios desempenham papéis importantes na promoção e apoio a empresas sociais com e sem fins lucrativos, que também são sustentadas por alguns bancos internacionais. Até as universidades estão interessadas no setor e investigam e analisam diversos temas. De forma geral, a maioria das empresas sociais tem como objetivo a integração de pessoas com deficiências no mercado laboral. Visto que a Economia Social e o empreendedorismo social na **República Checa** são compreendidos fundamentalmente como iniciativas para empregar pessoas desfavorecidas, são entidades sociais de integração pelo trabalho. O empreendedorismo social é visto como um instrumento para a resolução de problemas nacionais e não como uma abordagem económica global.

Na **Roménia**, verifica-se uma grande concentração destas experiências. Na capital Bucareste, muitas entidades sociais desenvolvem numerosas experiências interessantes, mas nas áreas mais rurais estas experiências são limitadas.

O setor social da **Eslováquia** inclui sindicatos, cooperativas e outras formas de entidades sociais, grupos de apoio, OBC locais, associações de trabalhadores da economia informal, ONG prestadoras de serviços, programas de financiamento e muitas outras atividades.

Na **Croácia**, a Economia Social estava tipicamente mais associada a formas de empresas sociais, associações comunitárias e “terceiro setor”. Economia Solidária não é um conceito familiar para atores sociais, ativistas ou para o público. Neste país, a ESS ainda está numa fase inicial, parcialmente marginalizada pelas autoridades públicas, o que é visível nos documentos nacionais, nos quais apenas é mencionada na Estratégia Nacional pela Criação de Condições Favoráveis para a Sociedade Civil, entre 2006 e 2011. O processo de criação de uma nova Estratégia Nacional para o Desenvolvimento do Empreendedorismo Social 2014-2020 é muito lento e as dificuldades do setor emergem nas entrevistas realizadas junto de intervenientes das regiões de Dubrovnik e Neretva. A única forma de empreendedorismo social que tem um enquadramento institucional e legislativo é o cooperativismo, reconhecido

na Lei das Cooperativas. Para aproveitar ao máximo o potencial de desenvolvimento do empreendedorismo social, deve ser definido um quadro legal e institucional para as empresas sociais e a Economia Solidária, que deve também ser combinado com a Estratégia Nacional mencionada acima para dar um “grande impulso” ao desenvolvimento da ESS na Croácia.

Também na **Eslovénia**, a expressão “Economia Social” é pouco conhecida, enquanto o público em geral está mais informado sobre o conceito de “empreendedorismo social”. Até janeiro de 2015, o Ministério do Trabalho, Família, Assuntos Sociais e Igualdade de Oportunidades era responsável pelo setor, mas esta responsabilidade foi transferida para as mãos do Ministério de Desenvolvimento Económico e Tecnologia. Os documentos oficiais referem-se às iniciativas neste âmbito como “uma forma inovadora de empreendedorismo com um alto sentido de responsabilidade relativamente à sociedade e às pessoas”. “No empreendedorismo social, o negócio tem como objetivo a resolução de questões sociais, económicas, ambientais e outros problemas da sociedade de uma forma inovadora. O propósito fundamental destas formas alternativas de empreendedorismo é o funcionamento do mercado segundo os princípios do empreendedorismo social: criar empregos para grupos de pessoas vulneráveis e levar a cabo atividades socialmente úteis. Tal como as empresas convencionais, as empresas sociais funcionam no mercado, com a diferença de que o lucro não é, geralmente, partilhado entre os proprietários (e trabalhadores), mas sim devolvido ao funcionamento da empresa. O empreendedorismo social é um fator de ligação, já que incentiva o envolvimento das pessoas e o trabalho voluntário, fortalecendo, desta forma, a solidariedade na sociedade.”

Análise de dados

Nesta secção, desenvolvem-se alguns indicadores quantitativos e qualitativos a partir da informação recolhida nos relatórios da investigação, para expor ao leitor dados comparáveis acerca das boas práticas identificadas. Os indicadores qualitativos baseiam-se em alguns critérios comuns na ESS: impacto ambiental, impacto social, participação, autogestão/partilha da gestão, capacidade de estabelecer redes e atenção à comunicação e advocacia. No que toca aos indicadores quantitativos, a análise dos setores e atividades da ESS estima o número de pessoas direta ou indiretamente envolvidas nas práticas (trabalhadores, membros, voluntários), do volume de negócios gerado pelas atividades realizadas e reflexões sobre a forma legal/estrutura informal assumida pelas práticas. Estes indicadores permitem a construção de um sistema eficaz de monitorização e avaliação das práticas consideradas, não só para criar um instantâneo dos dados atuais, mas também para consolidar o processo, rumo a uma maior eficácia dos elementos analisados.

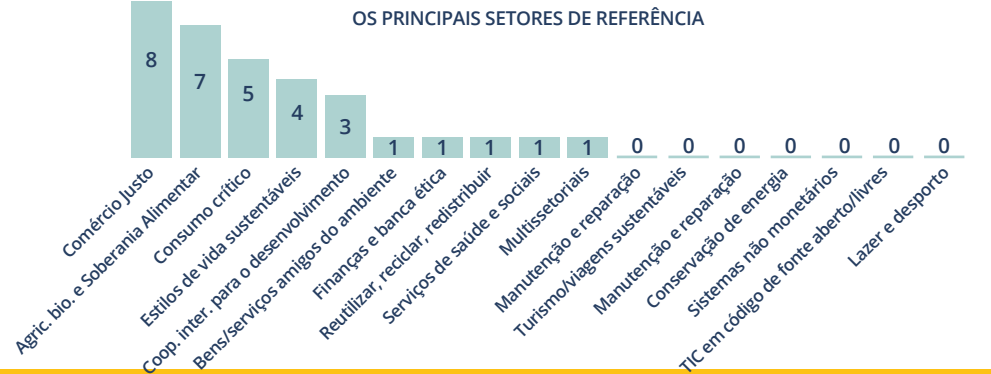


Setores

As 11 boas práticas selecionadas abrangem diferentes setores ou competências da ESS. Um primeiro resultado revelado pela análise é a prevalência de práticas identificadas **no setor da alimentação**, em particular em **bens/serviços ecológicos** (5 práticas) e no setor do **Comércio Justo** (2 práticas). Entre os outros setores, encontramos a redistribuição, reutilização e reciclagem (2 práticas), e uma prática no setor de estilos de vida sustentáveis e da agricultura biológica e Soberania Alimentar. É também de destacar que a maioria das experiências selecionadas se concentra em serviços alimentares/ distribuição alimentar que permitem a colaboração de outros setores de ESS, mesmo que existam preocupações em relação a algumas deficiências nas experiências de produção agrícola e em quintas, levadas a cabo por entidades de ESS.



Analisando as diferentes atividades das práticas identificadas, considera-se que os principais setores de referência de ESS nesta região são: **bens e serviços ecológicos** que, marcadamente, apelam a um compromisso com **estilos de vida sustentáveis e consumo crítico**. Mesmo as entidades de Comércio Justo e da agricultura e agricultura biológica estão bem representadas, assim como as experiências de reutilização e reciclagem, sendo também dada alguma atenção ao turismo sustentável. Não existem experiências relacionadas com uma ação direta na cooperação e solidariedade internacional, nas finanças éticas ou na energia renovável. Estas categorias são claramente limitadas e sintéticas, dado que existem práticas que realizam atividades em vários destes âmbitos.



Nesta região, ainda não se registam tentativas de interligação entre organizações de ESS com a finalidade de as tornar mais resilientes. Estes parecem ser alguns dos objetivos mais urgentes a partilhar com as organizações de ESS desta região. Esta investigação deve funcionar como um fator de estímulo para um modo mais colaborativo e de partilha que lhes permita alcançar maiores impactos sociais. De facto, a única tentativa de funcionar de uma forma mais sistemática pode ser parcialmente observada em práticas relacionadas com o setor de bens e serviços ecológicos.



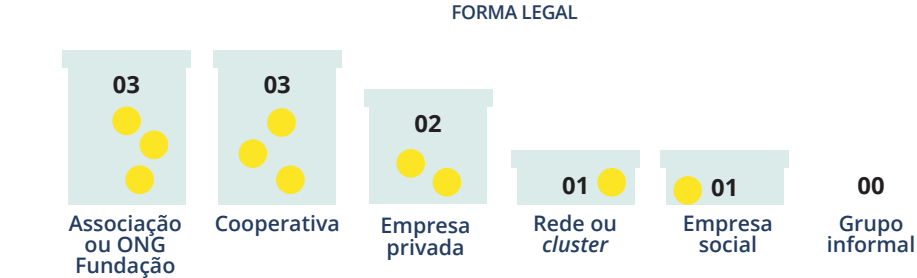
Analisando as funções económicas tradicionais que são desempenhadas pelas boas práticas selecionadas, pode registar-se uma preponderância das funções relacionadas com o **comércio e serviços** (43%), seguidas pelas funções de produção e transformação (35%), consumo (13%) e distribuição (9%). Este facto está estreitamente ligado à prevalência do setor alimentar, como foi referido.

Participação

A análise das práticas do Leste Europeu torna visível, de várias formas diferentes, a participação de milhares de pessoas na ESS e mostra a sua grande capacidade de gerar adesão. Estão a construir uma economia alternativa real capaz de criar emprego; de garantir direitos; de aumentar a consciência individual e coletiva acerca de processos sociais e económicos; de pensar numa comunidade feita de cidadãos e pessoas, e não de consumidores, clientes e produtores. No total, há mais de 500 pessoas envolvidas de diversas formas, enquanto mais de 150 pessoas são, direta ou indiretamente, empregadas por entidades de ESS.

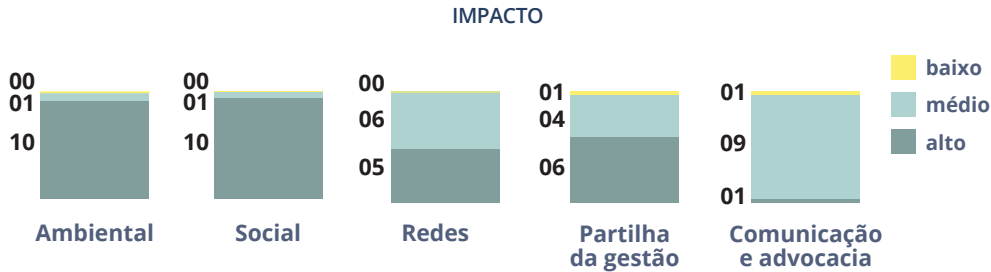
As capacidades de gerar adesão e de criar emprego são diferentes entre as entidades de ESS; por exemplo, a *Fundação do Banco Alimentar da Bulgária* (BFB) apoiou mais de 22.500 pessoas.

No que diz respeito à forma legal destas organizações, é interessante registar que a maioria das práticas corresponde a **associações, ONG ou fundações** (3) e cooperativas (3), empresas privadas (2) e apenas uma empresa social. Além disso, há ainda agrupamentos regionais ou redes (1 com formas diferentes).



Impacto

Tal como foi referido no que respeita à região da Europa do Norte e Central, as práticas de ESS estão geralmente orientadas para a satisfação de objetivos de interesse coletivo. A maior parte destas experiências está igualmente centrada na criação e desenvolvimento de iniciativas dedicadas à produção e troca de bens e serviços, trabalhando segundo princípios de cooperação, reciprocidade, subsidiariedade responsável, sustentabilidade e compatibilidade energético-ambiental. Em particular, olhando para as práticas identificadas na pesquisa, é possível avaliar qualitativamente alguns indicadores de impacto relacionados com alguns dos critérios. O gráfico seguinte mostra o impacto de alguns dos valores no âmbito das práticas. Por exemplo, pode observar-se o valor elevado atribuído à dimensão social e ambiental na maioria das práticas.



Nesta região, é de destacar um significativo impacto ambiental e social das práticas. É notório que, na maioria das experiências, ambos os aspetos são postos em prática simultaneamente e combinados de diferentes formas, mas no nível mais elevado de eficácia. Embora as práticas mostrem também um impacto na criação de redes e na autogestão, uma maior dificuldade é sentida nas suas competências de advocacia e comunicação, que são consideradas moderadamente importantes pelas organizações que foram analisadas. Estas considerações devem ser levadas em conta na avaliação de possíveis ações de apoio e/ou formação, numa fase mais tardia do projeto ou nos seus procedimentos.

Volume de negócios

Relativamente ao volume de negócios gerado por estas práticas, apenas se pode efetuar uma avaliação global, já que os números coligidos não estão completos ou adequadamente definidos. De qualquer forma, referimo-nos a um valor total de mais de 2 milhões de euros. Esta é a região que regista o maior volume económico do setor da ESS em termos percentuais. Além disso, neste caso, é apropriado distinguir práticas cujos volumes de negócios são de dimensão considerável, como é o caso da Fundação do *Banco Alimentar da Bulgária* (BFB).

Soluções para a crise económica

Em termos de soluções para a atual crise económica e social, o papel da ESS nesta região é desempenhado em diferentes direções. Por um lado, o papel das entidades de Economia Social e Solidária consiste no cumprimento direto das suas missões, ou seja, os objetivos sociais e ambientais atingidos através das suas atividades sem fins lucrativos ou empresariais. Não obstante, as maiores entidades da Economia Social e Solidária também desempenham um papel-chave, ao contribuírem para o desenvolvimento das organizações de ESS a nível local. Isto inclui várias formas de financiamento e serviços de consultoria, patrocínios, mecenato legislativo e político, mentoria e, não menos importante, pesquisa, educação e sensibilização.

A atenção dedicada por muitas das práticas à inclusão social é outro fator distintivo desta região. Na **Roménia**, **Bulgária**, **Eslovénia** e **Croácia**, existem várias experiências que alcançam um impacto relevante no apoio a pessoas desfavorecidas. Estas promovem a criação de emprego, além de trabalharem no campo da educação e formação, seguindo um esquema de atuação que deve ser usado como modelo a ser reproduzido e adaptado às atividades de ESS segundo as necessidades dos territórios.

Sem esquecer a situação de emergência que se desenrola na migração para a Europa, registre-se a prática de ESS na **Eslovénia** cujo nome é *Skuhna* ou “Cozinha do Mundo Eslovena”. É um projeto inovador, que envolve migrantes e refugiados. O seu objetivo é contribuir para a melhoria das condições sociais de migrantes e refugiados e para o enriquecimento cultural da sociedade eslovena. O conceito baseia-se na ligação entre pessoas reunidas em torno de uma necessidade básica: alimentação e nutrição.

Ainda no que toca a migrantes e refugiados, a *Fundação do Banco Alimentar da Bulgária* tem um papel importante. Além da sua abordagem clássica, no cuidado e apoio alimentar a migrantes, cria ligações entre a indústria alimentar e as organizações que fornecem apoio alimentar dentro e fora dos abrigos para refugiados. Em 2014, mais de 3480 refugiados receberam apoio, incluindo 150 famílias alojadas em casas fora dos abrigos.

Intercâmbios Sul-Norte

A Europa do Leste é uma das regiões que apresentam menos relações diretas com o Sul global. Há poucas práticas de ESS que tenham projetos ligados à realidade do Sul global ou projetos de cooperação para o desenvolvimento.

O Comércio Justo é um modelo que estabelece uma relação diferente com muitos países do Sul, observável em duas experiências localizadas na **República Checa** (*Fair & Bio Pražirna*) e na **Eslováquia** (*Lyra Chocolate sro*), cuja atividade central é a transformação de produtos de Comércio Justo como o cacau e o café. Os grãos de café vêm da América Latina e África, sendo originários da Guatemala, Nicarágua, Honduras e Uganda, ao passo que o cacau é produzido em explorações familiares na Colômbia e República Dominicana. O Comércio Justo é uma forma de combater a pobreza global, devido ao papel decisivo de consumidores conscientes, que sabem que as suas escolhas de consumo afetam diretamente as condições laborais e de vida dos produtores no Sul global. Graças à sua perspetiva e objetivos, o Comércio Justo pode ser considerado uma ponte entre a ESS e a cooperação para o desenvolvimento.

Mesmo na **Eslovénia**, a *Skuhna* ou “Cozinha do Mundo Eslovena” é, de certa forma, uma tentativa de construir uma ponte entre migrantes e refugiados e as comunidades locais. A integração bem-sucedida de migrantes nas sociedades que os acolhem é essencial para maximizar as vantagens da imigração. Tendo em consideração que os *chefs* e empregados que participam nos projetos são migrantes e refugiados que vêm dos quatro cantos do mundo, a *Skuhna* propõe pratos típicos da América do Sul e Central, Ásia e África.

O trabalho dos migrantes é sobretudo cultural, mas também assegura o pagamento do valor justo do trabalho e um fluxo de remessas, estabelecendo laços de cooperação e solidariedade entre os países de origem e as comunidades onde vivem.

Aspetos críticos

Definição de ESS

Em relação ao conceito de ESS adotado, os investigadores relatam que, nesta região, a definição “Economia Social e Solidária” não é usada de todo. Expressões como “Economia Social” e “empresa social” são reconhecidas, consideradas relevantes e compreendidas em toda a sua profundidade.

Nesta região, a Economia Social é geralmente vista como um “terceiro setor” da economia formal, complementando o “primeiro setor” (privado/com fins lucrativos) e o “segundo setor” (público/planeado). O terceiro setor inclui cooperativas, mutualidades, associações e fundações. Estas entidades estão organizadas de forma coletiva e orientadas para fins sociais, aos quais é dada prioridade, em detrimento dos lucros ou do retorno para os investidores. A preocupação central destas entidades, como sociedades constituídas por pessoas e não por capitais, não é a maximização de lucros, mas o cumprimento de objetivos sociais (o que não inclui o lucro, necessário para o reinvestimento).

Comunicação e advocacia

Como referido anteriormente, nos aspetos qualitativos, as atividades de comunicação e advocacia levadas a cabo por algumas das práticas selecionadas mostram as deficiências desta dimensão, embora a abordagem e o compromisso variem significativamente de prática para prática. Na realidade, algumas das experiências consideram a implementação de atividades de comunicação e advocacia como estratégias de posicionamento no mercado da ESS local. Contudo, este campo de ação deve ser exponencialmente aumentado quando a lógica da Economia Solidária crescer, como se deseja, de forma a tornar-se suficientemente ampla para mudar o panorama económico nacional. Neste âmbito, é crítica a interação entre autoridades locais, universidades e organismos públicos para PME, por um lado, e a realidade individual da ESS, por outro.

Portanto, será difícil para um movimento, empresa ou organização crescer e, simultaneamente, respeitar um modelo sustentável e alcançar uma dimensão notável. Isto pode resultar na criação de uma constelação de numerosos pequenos negócios sem uma rede comum que os ligue entre si. É por este motivo que é crucial criar ligações entre iniciativas que estão a ter sucesso, levando-as a partilhar boas práticas de gestão e a usar novas tecnologias para ultrapassar condicionamentos geográficos.

Perspetivas e estratégias económicas

Na maioria dos países desta região, não existem referências a uma política pública articulada de acordo com as necessidades dos diferentes setores da ESS. Em alguns países, foram tomadas recentemente algumas medidas específicas na regulamentação e apoio a setores e atividades específicas da ESS. Uma primeira indicação, para um futuro próximo, é que seria muito útil que os governos e as autoridades locais preparassem e partilhassem regulamentos públicos capazes de estimular a criação de novos negócios de ESS e, por outro lado, que incentivassem e apoiassem as atividades existentes, que, frequentemente, são originais e interessantes, podendo ser imediatamente reproduzidas noutras regiões e noutros países. Várias experiências analisadas já oferecem soluções valiosas para questões sociais que devem ser abordadas e demonstram formas de resolução de diferentes problemas adaptadas aos territórios.

Uma possível sugestão a retirar desta investigação é a elaboração de um enquadramento legal para a ESS, em que sejam levadas em consideração as atividades existentes e potenciais, observando cuidadosamente as experiências atuais de outros países europeus com tradições culturais semelhantes. Podem ser elaboradas medidas importantes na criação de emprego de pessoas desfavorecidas em atividades relacionadas com a sustentabilidade ambiental e as migrações. Estas medidas seriam capazes de pôr os países europeus em contacto direto com países que ainda procuram definir a sua própria estratégia para um desenvolvimento sustentável. Sob este enquadramento legal, as fases iniciais de criação de redes e de cadeias de fornecimento de entidades de ESS podiam ser apoiadas, interligando as boas práticas existentes e incentivando a sua multiplicação e integração horizontal.

Finalmente, é óbvio que esta regulamentação apenas será efetivamente aprovada, se as entidades de ESS exercerem a pressão adequada em setores que já são considerados necessários e urgentes para todo o planeta, como é o caso de todas as experiências que dedicam atenção a questões ambientais e de inclusão social.

Pontos de interesse

Estes tratam de diferentes ideias e reflexões que surgem da análise das práticas identificadas nesta região e enumeradas na pesquisa.

Atividades produtivas inovadoras e ecológicas

Várias práticas inovadoras da região estão relacionadas com a produção ecológica de bens e de bens alimentares enquanto fator potenciador do desenvolvimento social. Além de produzirem pão e produtos de panificação, o *Bakery Social Club*, na **Bulgária**, e a *Concordia Bakery*, na **Roménia**, organizam eventos culturais, instituem programas educacionais para jovens e adultos com necessidades especiais ou não. Estas experiências promovem, de diferentes maneiras, a integração socioprofissional dos jovens nas suas comunidades, procurando, tanto quanto possível, basear-se em matérias-primas locais (mais de 80% provêm de mercados locais), reduzindo, desta forma, a pegada ecológica, já que os materiais são transportados de/para destinos muito próximos. Assim, também a quantidade de gases de efeito de estufa emitidos devido ao transporte é limitada. Adicionalmente, dedicam-se à recuperação de tradições culturais e culinárias da região, oferecendo produtos de qualidade e saudáveis. Com a mais-valia destes produtos, os clientes participam conscientemente na criação de condições para que pessoas desfavorecidas tenham uma vida digna e contribuam para o bem-estar geral da comunidade local. A “Terapia do Pão” surge como uma ferramenta relevante, apesar de básica, para a transformação social. Portanto, a sustentabilidade económica destas empresas é assegurada pela produção de pão, um produto que é uma necessidade de todos os dias, e pela recuperação de receitas antigas, que o tornam atraente para pessoas de rendimentos médios e altos que valorizam as tradições.

Da mesma forma, a cooperativa *ROH*, na **Hungria**, com o seu café, e a *Skuhna* ou “Cozinha do Mundo Eslovena”, na **Eslovénia**, alimentam processos inovadores de reunião social com serviços alimentares alternativos, criando um espaço onde pessoas de diferentes grupos sociais podem conhecer-se, partilhar ideias e debater assuntos nacionais e globais.

Outros exemplos semelhantes são o mercado de agricultores *Szimpla*, na Hungria: um mercado de Comércio Justo extremamente popular no centro de Budapeste, que permite aos agricultores locais vender os seus produtos em stands de rendas acessíveis e aos habitantes locais comprar diretamente aos produtores. O objetivo central do projeto era oferecer aos pequenos produtores uma oportunidade estável e *low-cost* de vender os seus produtos e promover circuitos alimentares curtos, bem

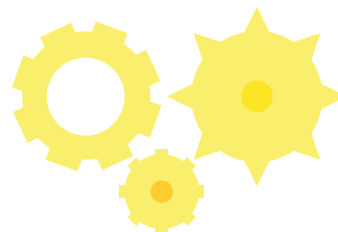
como a agricultura local e sustentável, e ainda oferecer aos clientes uma fonte de alimentação de confiança.

Reduzir, reutilizar e reciclar pode ajudar comunidades

Reduzir, reutilizar e reciclar – todas ajudam a cortar na quantidade de desperdícios que deitamos fora. São também formas de conservar recursos naturais e de poupar espaço em aterros e dinheiro. Reduzir, reutilizar e reciclar é o melhor caminho para ajudar o ambiente. Um produto reciclável é transformado de novo numa matéria-prima que pode ser usada para criar um produto novo e diferente. A recolha e venda de bens recuperados de lixeiras urbanas constitui uma espécie de medida “natural” de proteção social e uma fonte de rendimento para estratos da sociedade marginalizados pelo mercado de trabalho, especialmente em períodos de dificuldades económicas. Além disso, a reciclagem de objetos usados contribui para a diminuição de aterros, aliviando, desta forma, a crise ambiental nos territórios.

Nesta região, algumas iniciativas excelentes, que mostram elementos de inovação social, são a cooperativa social *Prijateljica*, na **Croácia**, e o *Ateliere fără Frontiere*, na **Roménia**. Estas duas experiências abordam a questão da inclusão social e do ambiente, incentivando e promovendo o emprego de pessoas portadoras de deficiências e de outras pessoas socialmente excluídas através da produção e venda de produtos feitos de barro, gesso, parafina reciclada e têxteis, ou através da recolha, reutilização e reciclagem de equipamentos eletrónicos. Desta forma, as cooperativas contribuem ativamente para o desenvolvimento sustentável das comunidades locais, para a proteção do ambiente e para a melhoria da autoestima e da qualidade de vida de pessoas portadoras de deficiências e das suas famílias.

No que respeita ao desperdício de comida, é preciso ter em atenção que a maioria das pessoas não se apercebe da quantidade de comida que desperdiça diariamente – desde sobras alimentares a produtos frescos estragados. Cerca de 95% da comida que deitamos fora acaba em aterros ou incineradoras. Em 2015, desperdiçámos, globalmente, mais de 37 milhões de toneladas de desperdícios alimentares. Uma vez nos aterros, a comida degrada-se produzindo metano, um gás com um forte efeito de estufa, que contribui para as alterações climáticas. Uma das boas práticas selecionadas – a *Fundação do Banco Alimentar da Bulgária* – dedica-se a reduzir este desperdício alimentar, usando-o como potenciador do desenvolvimento.



Sustentabilidade das atividades

Tal como foi sublinhado em relação à região anterior, todas as experiências analisadas e enumeradas na investigação têm um impacto importante na sustentabilidade global e local. A maioria destas realidades, na verdade, é sustentável quer ambientalmente, quer social e economicamente. Não usam substâncias químicas nem organismos geneticamente modificados, têm uma dimensão de pequena escala e não estão orientadas para a maximização dos lucros, mas antes para a satisfação das necessidades das pessoas e da natureza.

A agricultura urbana está a promover uma redescoberta ativa da auto-organização e da autogestão e estas iniciativas representam também um forte elemento de inclusão social. O mercado de agricultores *Szimpla*, na **Roménia**, é um grande exemplo de cooperação transectorial na promoção da ESS, difundindo uma forte mensagem a outros atores, enfatizando as vantagens de uma abordagem participativa. O projeto contribui ativamente para o desenvolvimento sustentável de produções agrícolas em pequena escala e de comunidades locais, promove os conceitos de circuitos curtos na alimentação e de agricultura local sustentável e oferece aos clientes uma fonte de comida de confiança. Desta forma, são também fomentadas e cultivadas a proteção ambiental e a redução da pobreza.

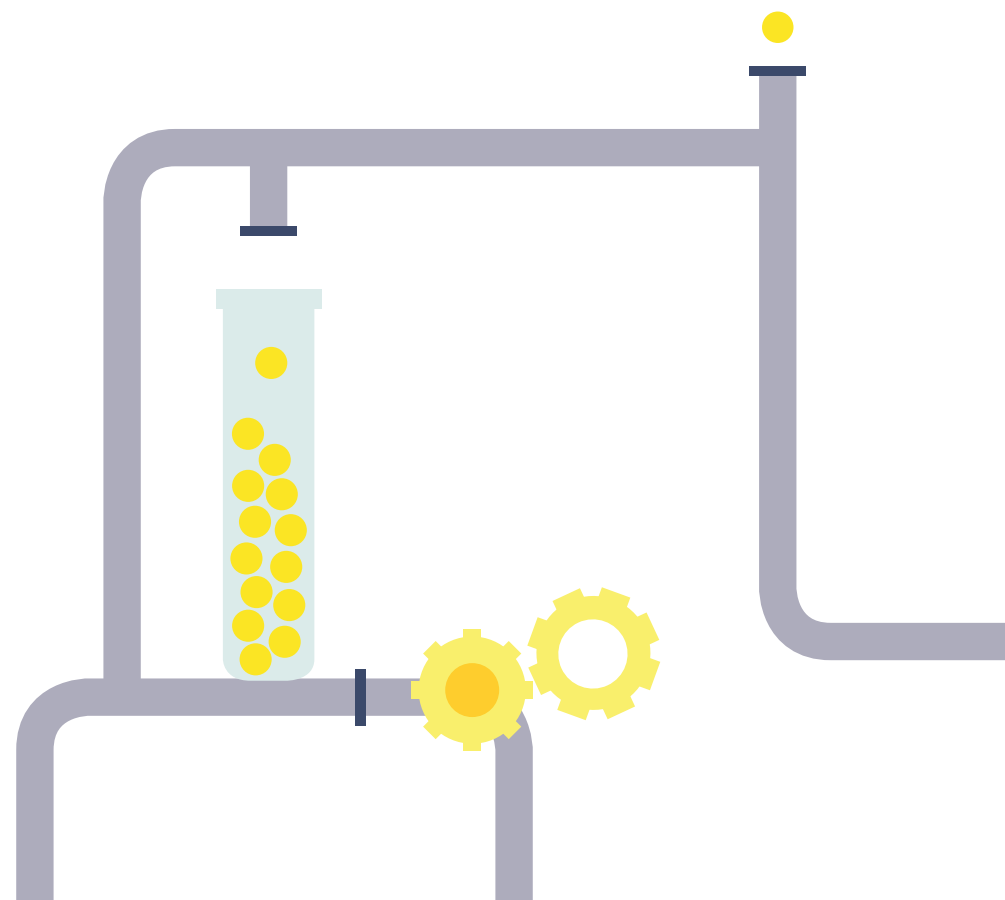
Os exemplos selecionados revelam que as iniciativas de ESS requerem um nível elevado de maturidade política e capacidade de visão e estratégia.

Comércio Justo e Solidário e inclusão social

Nesta região, o papel do Comércio Justo está em destaque nas práticas da **República Checa** (*Fair & Bio Pražirna*) e **Eslováquia** (*Lyra Chocolate sro*), que se centram na produção e transformação justas, bem como no empreendedorismo social. Com o emprego de pessoas portadoras de deficiências, a cooperativa *Fair & Bio* é um exemplo único de uma boa prática nesta região.

A sua ligação consciente a países do Sul global torna-a excecional, vistas as condições atuais dominantes na **República Checa**, onde as empresas sociais se sentem responsáveis apenas pelo desenvolvimento do território onde trabalham. Ao promover a criação de redes e a organização entre os produtores locais de pequena escala, ao atribuir um valor mais elevado ao trabalho e à proteção ambiental e ao apelar junto dos consumidores para escolhas de consumo quotidianas responsáveis, o Comércio Justo oferece uma base de apoio às relações envolvidas na produção, vendas e consumo. É importante frisar que, mais de 40 anos após a sua primeira experiência, este setor ainda se encontra em expansão e em diferentes países,

onde representa agora uma nova fórmula de cooperação com o hemisfério sul (frequentemente em articulação e enriquecido com diferentes países). Assim, podem ser estabelecidas relações intranacionais que alargam as fronteiras da solidariedade dentro dos fluxos do comércio internacional.



Mundo

O contexto da ESS nos países das boas práticas

Esta região inclui países muito distantes entre si e com tradições culturais diferentes, o que significa que, mesmo quando alguns projetos económicos parecem semelhantes, podem ter poucos conteúdos comparáveis. Por exemplo, na América Latina, o conceito de “Economia Solidária” implica uma perspetiva diferente da “Economia Social”, que é a definição dominante comum na Europa para definir atividades semelhantes. Enquanto o paradigma europeu se centra em formas organizacionais (cooperativas, mutualidades, associações), o da América Latina centra-se na substância, nomeadamente no modo como diferentes participantes podem atuar na economia. A Economia Solidária, nesta perspetiva, é uma forma alternativa de economia, na teoria e em práticas fortemente associadas à mudança social e económica. Esta visão específica viu-se especialmente estimulada quando a **Bolívia**, o **Brasil**, o Equador e a Venezuela eram governados por forças estreitamente ligadas a movimentos populares.

A **Bolívia** parece ser deveras organizada e ter uma forte presença institucional na ESS de forma geral. Apresenta atividades económicas comunitárias reconhecidas pelo Estado (particularmente, as pertencentes às duas principais organizações de camponeses, *Oecas* e *Oecom*), ao passo que a recolha e análise de dados, bem como as políticas e os processos do setor, são regularmente verificadas, além de serem frequentemente implementados planos plurianuais de apoio a intervenções e de regulamentação. No **Brasil**, um dos países mais ativos e desenvolvidos no âmbito da ESS, as primeiras práticas de ESS tiveram início no princípio da década de 1980, mas só nos anos 90 foi explicitamente reconhecida a Economia Solidária e começou a multiplicar-se a recuperação e gestão direta de empresas pelos trabalhadores. Uma das entidades de apoio à ESS mais eficazes, que se dedica também à coordenação, é o Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES), um espaço promovido pela sociedade civil, com o apoio de financiamento público, que reúne produtores, empresas, associações, ONG e as suas redes.

O **Brasil** é o país que apresenta a mais variada gama de medidas públicas de promoção das economias solidárias. A primeira experiência surge como uma iniciativa da Universidade de Porto Alegre, apoiada pelos governos local e nacional. Em 2004, o governo de Lula da Silva criou a Secretaria Nacional da Economia Solidária, dependente do Ministério do Trabalho. Esta secretaria foi criada com o objetivo de “promover o fortalecimento e a divulgação da Economia Solidária, mediante políticas

integradas, visando a geração de trabalho e renda, a inclusão social e a promoção do desenvolvimento justo e solidário”. Dedicar-se à gestão de entidades, associações empresariais, feiras comerciais e redes de distribuição solidárias e de Comércio Justo. Mais de 1 milhão de trabalhadores pertencem atualmente a empresas autogeridas. O trabalho de mapeamento levado a cabo pela secretaria de ESS contabilizou um total de 33.518 entidades de ESS no país, entre 2004 e 2013 ¹³.

No **Uruguai**, os movimentos de ESS tiveram um forte impulso após a crise financeira que atingiu o país em 2001. As redes de ESS consistem, geralmente, em grupos informais ou pequenas cooperativas que se dedicam sobretudo ao artesanato ou à agricultura em modo de produção biológico, embora sejam também muito ativas no turismo responsável e no Comércio Justo. Neste país, a ESS inclui também OSC tais como associações, ONG e universidades, que apoiam e promovem estas experiências nos territórios. Um exercício de mapeamento lançado pela Universidade da República, apresentado recentemente, identificou cerca de 600 práticas de Economia Solidária (60% das quais eram informais, 40% organizadas em coletivos) em que participam mais de 5000 pessoas. Existem múltiplas oportunidades de discussão com instituições nacionais e locais e, em algumas regiões, os governos locais têm departamentos administrativos específicos de apoio à ESS.

A primeira loja que vende produtos biológicos abriu em 2005, e, em 2007, abriu a primeira loja de produtos do Comércio Justo. No ano seguinte, foi criada a coordenação nacional para a Economia Solidária, com a missão de promover eventos e mercados de ESS em todo o país. Hoje, o movimento está algo diminuído e mais centrado na agricultura biológica e no consumo responsável. Nos últimos anos, a questão da autogestão voltou a tornar-se um tema quente para os movimentos nacionais.

No continente asiático, há uma enorme variedade de experiências e de movimentos de ESS, frequentemente pouco conhecidos e fortemente ligados à dimensão local. Na **Índia**, as organizações de ESS, devido aos princípios que defendem, revestem-se de grande valor e importância para largas faixas da população desfavorecida, com um acesso muito limitado a recursos, em particular de capital, permitindo-lhes tornarem-se proprietários das suas próprias pequenas empresas. Frequentemente, através da participação coletiva, estas ganham uma maior influência face às

¹³ Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES), *La Economía Solidaria en Brasil: un análisis de datos a nivel nacional* (2013)

instituições, graças a cooperativas e redes que garantem a equidade e uma partilha justa da gestão pelos membros, com sistemas de governo participativos. As atividades sociais e solidárias incluem perto de 300 milhões de pessoas, organizadas sobretudo em cooperativas, dois terços das quais ativas na agricultura (principalmente na produção de açúcar e laticínios) e com uma presença limitada das mulheres. Nos anos 90, acompanhando a lógica global de liberalização económica e financeira, foi introduzida uma lei para o setor cooperativo, incluindo as entidades que podem estar relacionadas, mesmo que de forma menos definida, com a Economia Solidária. O país apresenta também uma atividade intensa nos campos do Comércio Justo e da agricultura biológica.

Na **Malásia**, o leque alargado da ESS está dividido em quatro setores: cooperativas, empresas sociais, finanças éticas e OSC. As últimas praticam atividades económicas frequentemente para serem autossustentáveis. De forma geral, as iniciativas pertencentes ao setor do Comércio Justo não se consideram uma parte do movimento mais inclusivo. O campo das iniciativas de finanças éticas e mútuas, reconhecido num registo nacional, contabiliza cerca de 3800 unidades, mas conhecem-se poucos números em relação às atividades específicas realizadas. Sublinhe-se que as OSC, ONG e entidades sem fins lucrativos se encontram em expansão, apesar de atrasos devido a algumas medidas restritivas que foram recentemente introduzidas. No continente africano, os últimos vinte anos foram de crescimento das experiências e do impacto da ESS.

Nas **Maurícias**, não existe uma definição legal ou popular que sugira a presença do conceito de ESS. A região é praticamente desconhecida, o que leva a que se encontrem algumas experiências verdadeiramente interessantes que, infelizmente, não estão identificadas nem são reconhecidas – daí não existir uma recolha de dados específica. Neste país, a ESS compõe-se, fundamentalmente, de três setores: cooperativas, OSC com atividades económicas e empresas sem fins lucrativos. Mais de 30 atividades socioeconómicas diferentes são praticadas pelas cooperativas. Nas cooperativas das ilhas Maurícias e Rodrigues participam 95.012 membros, reunidos em 1052 sociedades cooperativas, com um volume de negócios anual de cerca de 5,5 mil milhões rupias indianas (mais de 70 milhões de euros). As principais atividades económicas praticadas pelas sociedades cooperativas são a produção e venda de cana-de-açúcar (10% da produção nacional), cultivo de batatas (45%), cebolas (70%), vegetais frescos (80%), gado, peixe, proprietários de autocarros, lojas de distribuição destinadas ao consumo, artesanato, crédito e poupanças. Embora existam numerosas OCS e instituições de beneficência que apoiam algum tipo de atividade económica, tal como a produção de colchas e artesanato de retalhos (*Magic Fingers Association*), a produção de cartões de boas-festas e postais (*Centre d'Accueil de Terre Rouge*), a produção de artesanato

(*Medine Horizons*), e outros tipos de angariação de fundos (*CARITAS* e outras ONG), não há um registo sistemático e um tratamento estatístico das receitas geradas por tais atividades e da sua aplicação. Estão a surgir, na região, experiências interessantes em cooperativas do setor agrícola, que estão a iniciar processos de conversão para modos de produção biológicos, também sob a influência de importadores do Comércio Justo que insistem crescentemente na certificação biológica de produtos agrícolas.

Relativamente à **Palestina**, as experiências de ESS estão enraizadas na economia dos mecanismos de resistência, de emprego e de autoemprego. Uma visão cristalizada da ESS no país ainda está por conceptualizar. Atualmente, a economia e a sociedade palestinas são caracterizadas pela instabilidade política crónica e pela dependência económica da potência ocupante e dos dadores internacionais. É também visível uma deterioração dos valores e padrões de solidariedade e sociais, juntamente com a falta de políticas públicas que abordem os problemas estruturais que afetam os setores económicos e o mercado de trabalho. Apesar destas tendências e da situação geral, podem ser identificadas ainda algumas boas práticas no terreno, que representam uma tentativa significativa e interessante de resistir e criar formas alternativas de produção, participação, criação de emprego, consumo, investimento, etc. Alguns exemplos são as organizações sem fins lucrativos ou ONG no campo da capacitação e empoderamento do papel de cooperativas e grupos informais que se dedicam à agricultura biológica. Na Tunísia, as experiências consideradas no âmbito da ESS são muito limitadas, mas existe uma sociedade civil estruturada que está ativa em diferentes campos relacionados com alguns valores da ESS. Segundo uma outra investigação (de março de 2015), cerca de 18.000 organizações realizam atividades de ESS em comunidades locais, embora nem todas possam ser consideradas ativas. Há também, pelo menos, 80 ONG internacionais que levam a cabo projetos e que denunciam também a excessiva dependência de donativos estrangeiros, lutando, simultaneamente, para criar empregos estáveis e para aumentar as oportunidades de emprego nos contextos em que estão envolvidas. Existe ainda um número considerável de grupos informais, ativos maioritariamente em zonas suburbanas e regiões interiores, onde se estima que representem mais de um terço da economia local. Os setores maioritários são o comércio, artesanato, agricultura e gastronomia tradicional. Estas entidades não são legalmente reconhecidas, apesar de garantirem uma continuidade das práticas tradicionais de solidariedade. Finalmente, uma lei de 2005 protege atividades do tipo mutualista para empresas de serviços na agricultura.

A economia de **Moçambique**, um país situado na costa sul-oriental africana, baseia-se principalmente na agricultura. É considerado um dos países menos desenvolvidos do mundo, apesar de gozar de abundantes recursos naturais. Além de recursos agrícolas, tais como terra, florestas e água, possui minerais como carvão, gás natural e grafite.

Estes minerais, porém, pouco contribuíram para a riqueza da população em geral, já que a sua extração exigiria, em primeiro lugar, um investimento considerável na infraestrutura do país. A agricultura desempenha um papel determinante: é o pilar da economia do país. Hoje em dia, a agricultura e a pesca representam cerca de 25% do PIB moçambicano. Simultaneamente, aproximadamente 80% dos moçambicanos em idade ativa estão empregados no setor agrícola, a larga maioria em explorações em pequena escala, cultivando terrenos de até dois hectares por agregado familiar. Estas pequenas quintas produzem praticamente todos os produtos frescos de **Moçambique**.

Uma boa parte das experiências de ESS fazem parte deste setor, sendo representadas, sobretudo, pelas cooperativas que lutam contra as políticas de industrialização e padronização do setor agrícola, mas os caminhos potenciais para a criação de um modelo agrícola sustentável e a melhoria do acesso das pessoas à alimentação são muito variados, assim como as perspectivas das pessoas sobre este tema. Embora o governo acredite no reforço do papel das multinacionais da agricultura, as organizações de agricultores e as associações cooperativas exigem a melhoria do enquadramento político e um maior apoio aos pequenos produtores. O que está em jogo é nada mais, nada menos do que o futuro da agricultura do país. E é por isso que as ONG moçambicanas e associações de camponeses como a *UNAC (União Nacional de Camponeses)* são extremamente críticas do Plano Nacional de Investimento do Sector Agrário (PNISA) e da Nova Aliança para a Segurança Alimentar e Nutricional em África. Em alternativa, propõem modelos que trazem para primeiro plano a agricultura em pequena escala e o fortalecimento da circulação económica regional, para tornar efetiva a Soberania Alimentar.

Análise de dados

Nesta secção, desenvolvem-se alguns indicadores quantitativos e qualitativos desenvolvidos a partir da informação coligida nos relatórios de pesquisa, oferecendo dados comparáveis sobre as boas práticas identificadas. Os indicadores qualitativos baseiam-se em critérios comuns da ESS: impacto ambiental, impacto social, participação, autogestão/gestão partilhada, capacidade de estabelecimento de redes e atenção à comunicação e advocacia. Relativamente aos indicadores quantitativos, a análise aborda os setores e atividades de ESS, estima o número de pessoas direta ou indiretamente envolvidas nas práticas (trabalhadores, membros, voluntários), do volume de negócios gerado pelas atividades realizadas e tece considerações sobre a forma legal/estrutura informal adotada pelas práticas. Estes indicadores permitem construir um sistema eficaz de monitorização e avaliação das práticas consideradas, não só para criar um instantâneo dos dados atuais, mas também para consolidar o processo, rumo a uma maior eficácia dos elementos analisados.

Setores

As 9 boas práticas selecionadas dedicam-se a diferentes setores ou áreas de competência da ESS. Um primeiro resultado que se evidencia nesta investigação é a prevalência das práticas identificadas no setor agrícola/da alimentação (4 práticas) e do artesanato ecológico (2 práticas) em relação a outras tipologias. Entre os outros setores, estão a reutilização e reciclagem, o turismo/viagens sustentáveis e os serviços multissetoriais.

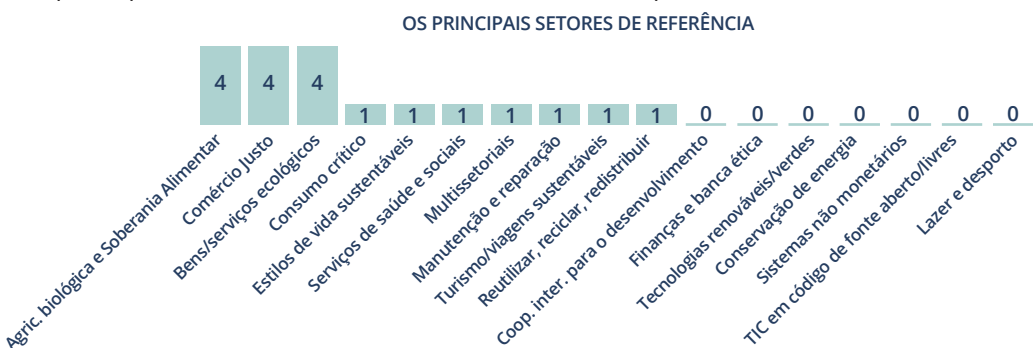


Nesta região, o setor agrícola continua a ser uma parte integral do desenvolvimento inclusivo, sendo mais eficaz na redução da pobreza, quando comparado com outros setores. No entanto, nota-se um aumento da preocupação com a prática convencional da agricultura enquanto causa de poluição dos solos e da água, da emissão de quantidades significativas de gases de efeito de estufa, da redução da biodiversidade, sendo ainda responsável por deixar para trás os camponeses mais pobres, particularmente em zonas húmidas. Adicionalmente, a qualidade e segurança da alimentação produzida através da agricultura convencional são, crescentemente, alvo de dúvidas dos consumidores. Logo, é urgente uma transformação fundamental no sentido de sistemas alternativos de produção que sejam mais ecológicos, contribuindo menos para as alterações climáticas, e inclusivos e que produzam bens alimentares mais seguros. Entre os sistemas agrícolas alternativos, a agricultura biológica tem recebido muita atenção, com o setor a ter taxas de crescimento de dois dígitos nos últimos anos. As experiências que surgiram neste campo dão indicações claras de estar em linha com estes requisitos.

São já muitos os processos de transformação de explorações agrícolas para o modo de produção biológico e há cada vez mais experiências comunitárias centradas na qualidade da alimentação e numa relação direta entre produtores agrícolas e consumidores. Já as experiências baseadas em atividades de artesanato e na reutilização de matérias-primas, produções orientadas para necessidades básicas

para além da alimentação, são criadas mais com o fito de reduzir as atividades de mineração e para a proteção e criação de emprego, especialmente importantes em zonas recentemente industrializadas.

Analisando as diversas atividades realizadas pelas práticas selecionadas, os principais setores de referência são: agricultura biológica e alimentação, Comércio Justo e artesanato ecológico, seguidas pelo consumo crítico, a reutilização e reciclagem, e multissetoriais. Há também experiências em setores de produção (de bens e serviços). Esta categorização é claramente limitada e sintética, já que existem práticas que implementam atividades em vários destes campos.



Dada a heterogeneidade dos contextos em que se integram as boas práticas, não é possível generalizar a sua capacidade de interligação sistemática. Em países onde formas de ESS existem há décadas, como acontece na América Latina, a presença de agrupamentos e outros métodos de estabelecer redes estão bem implantados. Por outro lado, nos contextos africano e asiático, onde a ESS é um conceito algo novo, as tentativas de criar ligações estão frequentemente numa fase mais preliminar.

Analisando as funções económicas tradicionais levadas a cabo pelas práticas selecionadas, é observável uma preponderância das funções relacionadas com o **comércio e serviços** (44%), seguidas pelas funções de produção e transformação (17%), consumo (33%) e distribuição (6%).

Nesta região, é dada uma maior atenção às funções de produção e transformação, que são mais predominantes do que nas restantes áreas geográficas analisadas.



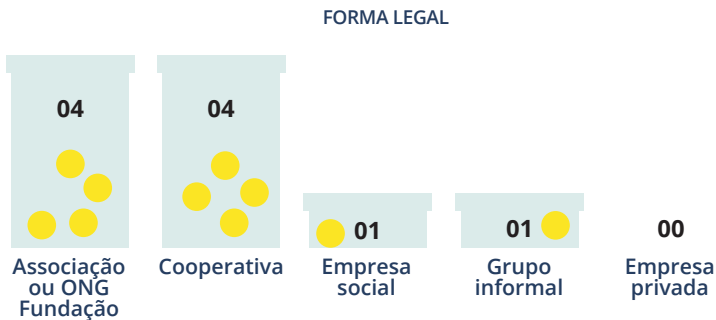
Participação

Nas práticas analisadas na América Latina, África e Ásia participam, de formas diferentes, milhares de pessoas, demonstrando a sua grande capacidade de gerar adesão e, simultaneamente, de construir uma economia alternativa, criar emprego, assegurar direitos, alargar a consciência individual e coletiva acerca de processos sociais e económicos em curso, pensar numa comunidade composta por cidadãos e pessoas, e não por consumidores, clientes e produtores. No total, existem mais de 100.000 pessoas envolvidas de diferentes formas, ao passo que mais de 558 pessoas são, direta ou indiretamente, empregadas pelas iniciativas.

É uma das regiões analisadas com um maior número de participantes envolvidos, mas as capacidades de gerar adesão e de criação de emprego variam: há realidades que empregam poucas unidades de trabalho, enquanto outras empregam vários trabalhadores ou membros, como é o caso da *Petite Savanne Cooperative Credit Society*, que emprega 274 pessoas, ou a *Central Cooperative*, que emprega 150 pessoas.

Outro exemplo é a organização de **Moçambique** *União Nacional de Camponeses*, com 100.000 membros organizados em cerca de 2500 associações ou cooperativas de camponeses. Este caso tem uma forte influência no número total de participantes, já que a natureza deste movimento, popular entre os agricultores, incentivou a formação de uma base de apoio alargada.

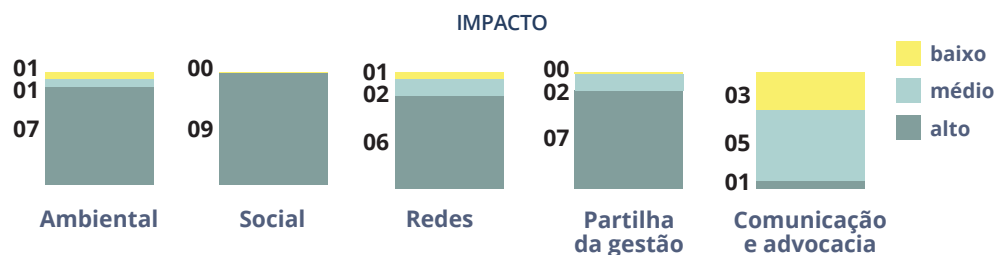
No que diz respeito à forma legal destas organizações, destaque-se que a maioria das práticas corresponde a: **cooperativas** (4), **associações**, **ONG** ou **fundações** (4) ou empresas sociais (1). Além disso, há um grupo informal escolhido como boa prática na Tunísia.



Impacto

Como sabemos, estas práticas de ESS estão orientadas para a persecução de objetivos de interesse coletivo. A promoção de relações entre diferentes entidades, uma justa alocação de recursos, o respeito e salvaguarda do ambiente e os objetivos sociais são características presentes em todas as experiências analisadas. Estas experiências centram-se, portanto, na criação e no crescimento de iniciativas dedicadas à produção e troca de bens e serviços, trabalhando segundo princípios de cooperação, reciprocidade, subsidiariedade, sustentabilidade e compatibilidade energética e ambiental. Particularmente, observando as práticas identificadas nesta pesquisa, é possível avaliar qualitativamente alguns indicadores de impacto de alguns critérios.

O gráfico seguinte mostra o impacto de alguns valores no âmbito das práticas. Por exemplo, é visível o valor elevado atribuído à dimensão social e ambiental na maioria das práticas analisadas. É importante frisar a atenção acrescida que merece o aspeto da gestão, o que se traduz em processos de decisão participativos, na troca de ideias e na governança democrática. Todas estas práticas procuram melhorar iniciativas coletivas e a capacidade de trabalhar em cooperação entre diferentes organizações, mesmo que este aspeto já mereça uma maior atenção do que noutras áreas geográficas. De forma geral, relativamente ao impacto das práticas, até aqui existe uma relativa dificuldade na comunicação e advocacia, embora se possa ainda observar que várias destas experiências estão a dedicar uma maior atenção a estas atividades, particularmente com o objetivo de defender os direitos das pessoas envolvidas, ou para influenciar políticas nacionais nos seus campos de atuação, no sentido de aumentar o seu impacto social e ambiental.



Volume de negócios

No que toca ao rendimento gerado por estas práticas, é possível uma estimativa, apenas, já que os números não estão completos ou adequadamente determinados, mas, no cômputo geral, referimo-nos a um volume de negócios total de mais de 4 milhões de euros. Esta é a região onde se contabiliza o maior volume económico. Além disso, neste caso, é útil diferenciar as práticas cujos volumes de negócios

são de dimensão considerável, como no caso da indiana Central Cooperative, que contabiliza 3,9 milhões de euros. Adicionalmente, não é possível ter em conta, neste total dos volumes de negócios, a contribuição da moçambicana União Nacional de Camponeses, que, com 2500 associações de camponeses ou cooperativas, gera decididamente um volume económico de importância considerável.

Soluções para a crise económica

No Sul global, um número crescente de pessoas em idade ativa encontra emprego na economia informal, frequentemente em condições de trabalho precárias e com fortes défices de trabalho digno. A prevalência do trabalho informal em muitas zonas do mundo afeta os atuais níveis de vida das populações, constituindo também um forte constrangimento ao aumento da produtividade e ao fim da pobreza. De acordo com as estimativas mais recentes, o emprego não-agrícola na economia informal chega a 82% do total do emprego no Sul Asiático, 66% na África Subsariana, 65% no Extremo Oriente e Sudeste Asiático (excluindo a China) e 51% na América Latina. De forma geral, o papel e o desenvolvimento da ESS nestes países tem sido vital para proteger a maioria destes contra a pobreza, a marginalização urbana, taxas elevadas de desemprego e o pior do impacto ambiental da crise.

A ESS oferece meios para enfrentar o emprego vulnerável e para fazer a transição entre a economia informal e a economia formal, com condições de trabalho dignas. Integrada numa política e num ambiente institucional favoráveis, a ESS pode desempenhar um papel fundamental no cumprimento da meta de trabalho digno, incluindo nas suas componentes de geração de emprego, diálogo social e padrões laborais associados tanto aos direitos dos trabalhadores como à proteção social. A organização de trabalhadores e produtores da economia informal sob várias formas de associação e cooperativas pode desempenhar um papel-chave na resposta às falhas do mercado. Estas organizações podem facilitar o acesso a recursos financeiros, informação de mercado, materiais, tecnologia, serviços de apoio e mercados, além de aumentarem a capacidade dos produtores na negociação de melhores preços e rendimentos. As iniciativas de ESS podem reduzir as assimetrias de poder e informação nos mercados de trabalho e de produtos e aumentar o nível e a regularidade dos rendimentos. Isto é particularmente importante em setores como os da agricultura e alimentação, que atravessam um período de competição global e de insegurança. Os baixos requisitos de capital necessários para a formação de certos tipos de cooperativas podem beneficiar trabalhadores do setor informal que querem envolver-se na atividade empresarial. Numa perspetiva geral, as cooperativas encontram-se entre os maiores empregadores em muitos países, tanto no Norte como no Sul global. As instituições solidárias de microfinanças e grupos de autoajuda facilitam, frequentemente, o acesso a estes recursos, essenciais para o arranque e o desenvolvimento de atividades geradoras de

rendimentos. Por exemplo, a Economia Solidária floresceu na América Latina dos anos 90, quando os países atravessavam crises económicas, com as taxas de desemprego a disparar. As pessoas que procuravam fontes alternativas de rendimentos começaram a agrupar-se em coletivos, cooperativas e associações. O modelo não está muito divulgado, mas começa a ser mais conhecido, com o **Brasil** a surgir como o líder deste novo movimento. O país conta hoje com 20.000 entidades neste modelo e, segundo um estudo governamental, 1,8 milhões de pessoas estão empregadas na ESS. No Brasil, a experiência da *Coopamare*, em São Paulo, tem sido assinalada como um exemplo muito importante de iniciativa de ESS, devido ao seu papel pioneiro, identificando âmbitos de ação. Hoje em dia, 5% dos participantes na ESS do país trabalham em iniciativas de catadores. Como é reconhecido nas entrevistas realizadas durante o processo de mapeamento, a geração de rendimentos (um desafio vital para 74% dos trabalhadores da ESS) e a manutenção da competitividade no mercado (64%) foram identificadas como os dois maiores desafios que enfrentam os trabalhadores da ESS brasileira ¹⁴.

No setor da agricultura, as práticas da **Bolívia, Moçambique, Maurícias e Palestina** demonstram, de formas diferentes, como as políticas de defesa da Soberania Alimentar e as práticas agroecológicas têm o potencial de criar sistemas alimentares e agrícolas que são justos e funcionam em harmonia com o ambiente. Elas centram-se naqueles que cultivam a maior parte da comida do mundo: os pequenos agricultores. Para perceber porque precisamos tão desesperadamente desta ideia no desenvolvimento das políticas e da investigação internacionais para e sobre a agricultura, basta olhar para o nosso sistema alimentar atual, no qual as empresas multinacionais alimentares e agrícolas são as únicas a ter uma voz, e a produção, transformação e distribuição alimentares são indissociáveis da exploração de pessoas e do ambiente. Apesar da pobreza e da fome endémicas no país, os pequenos agricultores de Moçambique lideram e mostram o caminho, como se prova em vários estudos de caso. Participando em associações coletivas de agricultores, em organizações de produtores e em campanhas políticas, exercem o seu direito a organizar os seus sistemas agrícolas de uma forma que lhes permita viver com dignidade e assegurar a sua alimentação. Ao fazê-lo, enfrentam os desafios da fome e da pobreza, além dos efeitos devastadores das alterações climáticas sobre um país cuja economia depende fortemente do setor agrícola. Apesar das provas da eficácia dos métodos agroecológicos, que permitem aos camponeses recuperar a sua autonomia e adaptar-se à proteção dos ecossistemas locais, limitando os danos para o ambiente e para os recursos disponíveis, o seu governo ainda promove a agricultura industrial, ao serviço dos lucros e interesses do agronegócio. Nas associações de produtores, os agricultores organizam-se para, por exemplo, garantir o acesso às suas terras ou

mesmo para ampliar as áreas que usam para fins agrícolas. Através da interajuda no cultivo e da partilha de recursos e ferramentas, tais como variedades regionais de sementes, por exemplo, os membros da associação moçambicana União Nacional de Camponeses podem melhorar as suas condições de vida. A situação alimentar local também melhora, devido ao aumento da oferta de produtos comestíveis. Este modelo tem tido sucesso na aplicação de práticas de cultivo agroecológicas adaptadas, que incluem usar fertilizantes biológicos e evitar pesticidas químicos e tóxicos, bem como de cortes e queimadas indiscriminados. A maioria destas técnicas é testada, nos campos de cultivo de demonstração da associação, pelos membros, que depois transferem as práticas para os seus campos, pelo que os métodos são transmitidos independentemente “de camponês a camponês”. As associações ajudam também a criar unidades de transformação independentes, bem como novos mercados locais e regionais para os produtos. Isto tem permitido aos membros passar de uma agricultura exclusivamente dedicada à subsistência para a geração de uma renda com a venda dos seus excedentes, de modo independente da ajuda de doadores e de projetos externos.

Outras sugestões interessantes de resposta a uma crise no comércio local emergem dos contextos da Malásia e da Tunísia. Tanto a economia informal como a formal dependem de canais comerciais que, por sua vez, estão dependentes da importação de bens para aumentar os rendimentos, o que coloca em jogo formas de resistência contra a invasão de produtos estrangeiros, que são competitivos, mas que oferecem muito pouco em termos das suas qualidades sociais e ambientais, trazendo escassos benefícios à economia local.

Intercâmbios Sul-Norte

Somente 3 das práticas selecionadas nesta região têm contacto direto com o hemisfério norte e participam em projetos de Comércio Justo. O Comércio Justo desempenha um papel decididamente importante na resposta a diferentes disparidades de desenvolvimento em muitos países do Sul global e pode ser considerado um domínio grande da ESS, por exemplo nos casos das Maurícias, Bolívia e Malásia, onde é visto como uma parte da cooperação para o desenvolvimento. Como é sublinhado numa das pesquisas, “as metas do aumento dos prémios pagos pelos produtos de Comércio Justo são a melhoria de condições de trabalho e o aumento de rendimentos que permitam retirar indivíduos e comunidades de situações de pobreza, pôr fim ao uso de trabalho infantil e limitar os danos ao ambiente. Alguns destes objetivos são alcançados graças, simplesmente, aos preços mais elevados que os produtores recebem e aos prémios destinados a projetos comunitários. Outros fazem parte do contrato de certificação. Os agricultores participantes, por exemplo, devem inscrever os seus filhos na escola. Isto garante que estão a ter acesso à educação, mas

¹⁴ Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES), *La Economía Solidaria en Brasil: un análisis de datos a nivel nacional* (2013)

também que não estão a trabalhar nos campos”¹⁵. Os mecanismos do Comércio Justo servem para aumentar a estabilidade dos pequenos produtores agrícolas de muitas formas diferentes: “Em primeiro lugar, os preços mais elevados pagos aos agricultores oferecem uma maior estabilidade financeira. Em segundo lugar, o sistema de Comércio Justo procura criar e fortalecer laços duradouros entre produtores e consumidores. Espera-se, de quem compra, que participe em algo mais do que relações oportunistas e de curto prazo. Em terceiro lugar, o sistema procura fornecer aos agricultores acesso ao crédito. Os consumidores devem fornecer, à entrada, crédito – até 60% do preço final – se os produtores precisarem de apoio. Da mesma forma, as cooperativas oferecem frequentemente crédito aos seus membros, com uma fatia dos prémios a ser frequentemente usada para este propósito. Em quarto lugar, o limiar mínimo de preços assegura um preço mínimo, abaixo do qual não pode ser vendido um produto certificado do Comércio Justo.”¹⁶ “Talvez a mais importante ferramenta através da qual o Comércio Justo procura oferecer uma maior estabilidade aos agricultores seja o limiar mínimo de preços, que deve providenciar uma rede de segurança aos produtores, mesmo no caso de uma queda acentuada dos preços. Contudo, apesar de o preço dos produtos vendidos como de Comércio Justo ser garantidamente igual ou superior ao limiar mínimo, não há a garantia de que vão conseguir vender o seu café como Comércio Justo. É um facto bem conhecido que estabelecer um preço abaixo do preço de mercado resulta num excesso de oferta do produto. Quando o limiar mínimo de preços vincula, isto pode potencialmente ocorrer, e a quantidade do produto de Comércio Justo fornecida é maior do que a quantidade pedida.”¹⁷

Outras boas práticas em **Moçambique, Ilhas Maurícias e Bolívia** dedicam-se à cooperação internacional, tendo ainda em comum o apoio a projetos de agricultura sustentável nos dois hemisférios. Alguns projetos nasceram, na verdade, como alternativas na área da agricultura no Norte, sendo depois oferecidas e transferidas para países do Sul global através de acordos de cooperação específicos, especialmente no que diz respeito a técnicas e a culturas mais avançadas em conflito com processos de contaminação ambiental na agricultura.

A experiência de turismo responsável selecionada no Uruguai é, por seu lado, uma oportunidade de intercâmbio cultural entre o Norte e o Sul através de itinerários turísticos sustentáveis que permitem novas formas de conhecer pessoas, além de um meio de ajuda mútua para muitas comunidades marginais.

15 S. Harvey, Fair Trade: History, Purpose, and Why You Should Support it – <http://gogreenplus.org/green-sustainable-business-tips-resources-ideas/fair-trade/>

16 R. Dragusanu, D. Giovannucci and N. Nunn, The Economics of Fair Trade (2014)

17 *Idem, ibidem.*

Aspetos críticos

Definição de ESS

Os investigadores relatam que, nesta região, o conceito de “Economia Social e Solidária” é visto de formas diferentes. Expressões como “Economia Solidária” e “cooperativas” são mais relevantes na América Latina do que na África e Ásia, onde a “Economia Social” ou as “empresas sociais” são termos reconhecidos, relevantes e entendidos pelo público em geral. Todas as entidades de ESS que trabalham nestes continentes estão enraizadas em contextos cujas características variam enormemente, embora todas partilhem o mesmo compromisso em relação à satisfação de necessidades sociais e à contribuição para o desenvolvimento local das comunidades.

Comunicação e advocacia

Os resultados positivos da ESS nestas regiões não estão bem difundidos entre o público em geral, já que o tema é frequentemente ignorado pelos principais meios de comunicação social. Adicionalmente, as administrações públicas não fornecem, com frequência, o apoio adequado à implementação de atividades de informação e educação, o que deixa as novas empresas sociais em dificuldades para continuar no mercado. Devem ser assinalados os obstáculos enfrentados por estas práticas aquando da elaboração de campanhas de comunicação para combater os efeitos negativos de certas políticas sobre o ambiente em que se movem e, simultaneamente, para identificar novas formas de produção, distribuição e consumo que permitam às populações locais ganhar um rendimento digno e oportunidades conscientes e participativas de trabalho a tempo inteiro. Neste sentido, as atividades de comunicação e advocacia devem ser ampliadas e apoiadas por esforços conjuntos de entidades diversas, tais como as autoridades locais, universidades, organismos públicos, organizações de PME e de ESS, para atingir um maior impacto a nível nacional.

Perspetivas e estratégias económicas

Na maioria dos países desta região, não podemos tomar como referência uma política pública geral articulada de acordo com as necessidades dos diferentes setores de ESS. Em alguns países, foram tomadas, recentemente, medidas de ajuste e apoio a algumas das atividades levadas a cabo. Seria muito útil que os governos e autoridades locais elaborassem e partilhassem um enquadramento legal capaz de estimular, por um lado, a criação de novas organizações e, por outro, incentivar e

apoiar as atividades existentes que podem desempenhar um papel de modelos para outras regiões e outros países: as experiências de ESS já oferecem soluções valiosas para questões sociais, que podem ser adaptadas de modo a abordar especificidades territoriais.

Uma lição interessante que se aprende com as experiências das práticas selecionadas é a importância do trabalho a longo prazo com as comunidades locais na elaboração de uma proposta global alternativa relativamente a paradigmas económicos. Em países que sofrem pressões económicas relevantes por parte dos capitais internacionais, que continuam a propor “business as usual” e a financiar atividades de cooperação para o desenvolvimento implementadas através de formas de intervenção tradicionais e não adaptadas à realidade, as experiências concretas e a luta das comunidades locais, apoiadas pelos governos, pode fazer a diferença, desempenhando um papel positivo em inovadores processos sociais e económicos de autonomia e autodeterminação.

A chave para o sucesso é um caminho trilhado pelas comunidades locais, que podem demonstrar e testar as abordagens apropriadas à cooperação para o desenvolvimento e desenvolver instrumentos sustentáveis para criar ligações relevantes e resilientes entre o Norte e o Sul globais, preservando a sua herança e recursos naturais, além de promover atividades económicas que sustentem, a longo prazo, uma verdadeira estratégia de desenvolvimento local. Este tipo de configuração exigiria do governo a capacidade de desenvolver políticas e estratégias que permitam a estes agentes tornarem-se protagonistas destes processos, assim como monitorizar o desempenho de cada intervenção para evitar erros. Estas condições ideais estão longe de ser alcançadas em todos os países da região, mas a identificação destas questões constitui o primeiro passo para encontrar soluções apropriadas de acordo com as condições específicas.

Pontos de interesse

Existem várias ideias e considerações que podem ser destacadas a partir dos dados da pesquisa realizada nesta região.

Políticas de apoio à Soberania Alimentar e práticas agroecológicas

Os métodos usados na agricultura industrial exaurem os solos, reduzem a diversidade biológica e produzem altos níveis de metano, óxido nitroso e dióxido de carbono, contribuindo para as alterações climáticas. Continuar a apoiar um sistema de produção alimentar industrializado pode ser perigoso para todos os países que prefeririam beneficiar de uma maior independência face às cadeias de fornecimento multinacionais. Mesmo hoje em dia, cerca de 1,7 mil milhões de pequenos agricultores são responsáveis por produzir a maioria da comida consumida no mundo, o que conseguem com apenas 500 milhões de explorações agrícolas. Isto significa que, se queremos suprir as necessidades nutricionais das pessoas, hoje e no futuro, de uma maneira socialmente justa e ambientalmente sustentável, as exigências e necessidades dos pequenos produtores devem estar no centro de todas as formas de políticas agrícolas, comerciais e de desenvolvimento. Um elemento crucial disto seria o reconhecimento do modo como as suas práticas contribuem para um sistema alimentar sustentável – ou seja, de Soberania Alimentar e com métodos agroecológicos – e a defesa destas medidas nas políticas, a todos os níveis.

Portanto, é importante assinalar que todas as experiências analisadas aqui se baseiam numa economia alternativa e em projetos de produtos biológicos e métodos de fixação de preços que levam em consideração as necessidades de agricultores, produtores e consumidores. Na verdade, as estratégias e políticas detetadas nestas experiências inspiram-se nos princípios de Soberania Alimentar e agroecologia. Defender a Soberania Alimentar significa empenhar-se em generalizar a consciência de que todas as pessoas têm direito a uma alimentação saudável, culturalmente adequada e produzida de forma sustentável. Isto inclui os países, regiões e, acima de tudo, as populações locais, que devem poder escolher independentemente os aspetos dos seus sistemas agrícolas e alimentares, em vez de deixar estas decisões nas mãos dos mercados globalizados e dos interesses das empresas multinacionais. Este conceito coloca no seu cerne as pessoas que produzem, transformam e consomem a comida. O acesso justo a recursos como a terra, água, sementes e diversidade biológica formam a base que garante que os lares são capazes de produzir alimentos socialmente justos e ambientalmente sustentáveis. A proteção

e recuperação de mercados alimentares locais – em detrimento de uma evolução unilateral no sentido de um mercado global – é um elemento crucial numa estratégia de longo prazo para responder aos problemas da fome e da pobreza. Para o desenvolvimento sustentável da produção e transformação local de alimentos, seria necessário manter intactos os estilos de vida rurais e criar novas oportunidades de emprego. Isto significa também opor-se politicamente a um sistema alimentar e agrícola que explora as pessoas e o ambiente. A agroecologia é, simultaneamente, um movimento que utiliza práticas agrícolas comprovadas e um domínio científico que estuda o design sustentável de sistemas agrícolas. Por vezes, é confundida com a agricultura ecológica ou com a ideia de “intensificação sustentável da produção” (ou seja, produzir mais com menos recursos). O conceito de agroecologia aproveita a riqueza das experiências e dos conhecimentos tradicionais dos pequenos agricultores. Portanto, a agroecologia não é uma abordagem “de tamanho único”; pelo contrário, baseia-se na ideia de que os sistemas agroecológicos são complexos e variam de local para local.

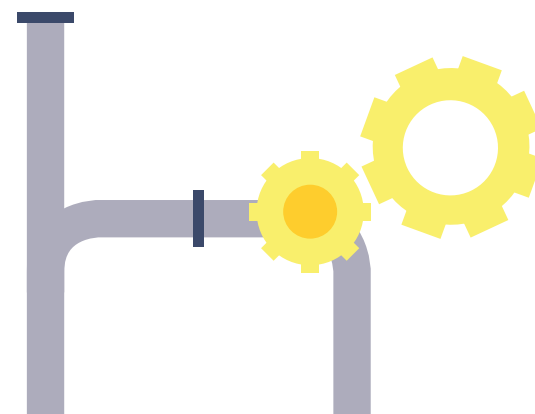
Todas as práticas analisadas em **Moçambique, Palestina, Bolívia e Maurícias** se viram confrontadas com a questão da agricultura sustentável e da soberania local. Estas experiências caracterizam-se pela mesma opção, apesar de operarem em contextos diferentes: colocam no centro das suas estratégias de desenvolvimento os agentes sociais pela mudança social, investem na agricultura e no reforço da relação entre produção local e consumo local, constroem ligações de confiança e de conhecimento recíproco entre os projetos já existentes em campo nas diferentes regiões e estão a fomentar um ambiente local e nacional, a nível político e legal, para este tipo de organizações.

Reduzir, reutilizar e reciclar pode ajudar comunidades e combater a pobreza

Reduzir, reutilizar e reciclar pode ajudar comunidades e o ambiente, ao poupar dinheiro, energia e recursos naturais. A maneira mais eficaz de reduzir o desperdício é não o criar logo à partida. Fazer um produto novo requer muitos materiais e energia, os materiais em bruto são extraídos da terra e o produto é manufaturado e depois transportado para onde será vendido. Em resultado, a redução e reutilização são as formas mais eficazes de poupar recursos naturais, proteger o ambiente e poupar dinheiro. Hoje em dia, a reutilização e reciclagem desempenham um papel central na resposta à crise ambiental global. Enquanto continuarem a ser geradas, pela nossa sociedade consumista, toneladas de desperdícios, sem uma eliminação e tratamento finais apropriados, lidar com o problema no início do ciclo do desperdício torna-se essencial. Nesta perspetiva, uma Economia Social sobre este tema deve

considerar duas questões principais: por um lado, a consciência do consumidor, que pode ajudar a reduzir a produção de lixo e separá-lo em casa; por outro lado, devemos considerar o ciclo do desperdício quando este sai da casa, no mercado da reutilização e reciclagem.

Neste sentido, um papel particularmente importante é desempenhado pelos catadores de materiais reaproveitáveis: pelo menos 4 milhões de catadores estão organizados em associações e cooperativas. Nesta área, há uma excelente iniciativa que se dedica a estes princípios, promovendo ainda uma significativa inovação social: a cooperativa *Coopamare*, no **Brasil** – e, de uma forma geral, as iniciativas de ESS dos catadores de materiais recicláveis. As atividades das cooperativas de catadores, tais como a *Coopamare*, são de central importância para o desenvolvimento económico e ambiental. A reciclagem do lixo é um dever muito importante, já que é uma alternativa a práticas muito menos sustentáveis ambientalmente, tais como enterrar o lixo no solo ou queimá-lo. O organismo governamental IPEA estima que 80% de todo o lixo reciclável no país foi recolhido pelos catadores de materiais recicláveis, que assim exercem uma atividade muito importante para o desenvolvimento sustentável do país. O empoderamento, encarado como a transformação de relações sociais para empoderar pessoas até então excluídas, é visto como uma contribuição muito valiosa pelos catadores dos setores de ESS. A *Coopamare* desempenhou um papel especial no movimento dos catadores, já que foi a iniciativa pioneira na oferta de melhores condições de trabalho, melhores preços pelos materiais vendidos, bem como na luta pelos direitos e estatuto social dos catadores. Esta experiência é um bom exemplo porque demonstra como uma estratégia que inclui este tipo de trabalhadores pode ser fundamental para a redução da pobreza, um dos objetivos principais de desenvolvimento da maioria dos governos nos últimos anos. Recentemente, a influência dos catadores foi determinante na



definição da mais importante política elaborada neste campo: a nova política para os resíduos sólidos (PNRS), elaborada através de um método participativo, com os catadores a representarem o grupo mais influente.

No **Brasil**, a lei que emanou do processo participativo em 2010 incluiu os catadores não apenas na sua elaboração, mas também na execução das políticas. A PNRS foi convertida em lei nacional (n.º 12/305, de 2 de agosto de 2010) e lida com os princípios, objetivos, instrumentos e diretivas da gestão integrada de resíduos, incluindo as responsabilidades de quem gera os resíduos e das entidades públicas.

Sustentabilidade das atividades

Todas as experiências analisadas e selecionadas nesta investigação têm um impacto positivo na sustentabilidade. A maioria destas realidades é, aliás, sustentável quer ambientalmente, quer social e economicamente, pois, além de evitarem o uso de substâncias químicas e de organismos geneticamente modificados, atuam em pequena escala e não se orientam para a maximização do lucro, mas antes para a satisfação das necessidades das pessoas desfavorecidas e da natureza. A sua gestão é autodeterminada e trabalham de acordo com as capacidades e as possibilidades dos participantes.

Iniciativas autogeridas e de propriedade coletiva

Nesta região, muitas das práticas identificadas obedecem a um regime de propriedade coletiva e dedicam uma atenção especial, no seu trabalho, à comunidade. Nos países em causa, utilizam-se diferentes termos quando se referem à propriedade coletiva e às estruturas de gestão, mas todas as experiências veem a sua abordagem como democrática e centradas nas pessoas.

Dado que a propriedade e a gestão democrática e coletiva são valores-chave da ESS, a questão que surge da análise das práticas é saber se se pode incluir ou não empresas de autoemprego na categoria mais lata de ESS quando estas entidades se pautam pelos princípios da ESS, mas se dedicam a outros campos de atividades, tais como serviços de transportes, serviços de turismo, limpezas, e por aí fora.

Igualdade de género

Um conceito-chave na ESS é a igualdade de género, tanto no que diz respeito aos salários como no incentivo e apoio à progressão na carreira. Nesta região, dedica-se a este valor uma atenção especial. No caso da *Coopamare*, no **Brasil**, um fator importante do seu impacto transformador reside no género. Na entrevista realizada por ocasião desta investigação, o secretário de Estado brasileiro para a ESS, Paul Singer, declarou: “Hoje, as mulheres são a vanguarda do movimento.” Este é o caso, em particular, dos catadores de materiais recicláveis, dos quais, de acordo com Singer, 70% são mulheres. No caso da *Coopamare*, um dos participantes entrevistados afirmou que 62% dos trabalhadores são mulheres e que são elas que sustentam o negócio, já que é mais provável que elas fiquem a longo prazo do que os homens. Um dos entrevistados explicou ainda que, ao ter em conta as necessidades especiais de algumas mulheres – reservando, por exemplo, algum tempo para cuidar de membros da família – uma organização de ESS pode ser muito mais favorável do que uma empresa convencional. Este respeito pelo equilíbrio entre a vida privada e a profissional pode ser uma razão importante para o papel mais ativo das mulheres.

Também na **Bolívia**, graças às estruturas democráticas da cooperativa *Agrocaine*, as mulheres têm uma participação efetiva nos espaços de deliberação e decisão e têm o mesmo peso que os homens no processo de tomada de decisões. A experiência contribui para a valorização da produção local e para a sua apreciação por habitantes locais e por turistas, ajudando a manter a relação entre estas pessoas e a sua terra e limitando, consequentemente, a migração do campo para a cidade.

Na **Malásia**, a prática *H.Gareh* é uma marca que representa o conhecimento das mulheres tecelãs da comunidade indígena *Iban*, em Rumah Garie. Esta marca foi criada para preservar os direitos de propriedade intelectual tradicionais da produção de *pua kumbu*, os têxteis tradicionais *Iban*. A organização inclui 35 tecelãs ativas, que produzem os *pua* tingidos de forma natural – conhecidos como *ikat* – tecidos manualmente num tear de pente liço. As mulheres não são contratadas, trabalham de forma independente e gozam da liberdade de ficar ou ir embora conforme desejam. As decisões dentro da comunidade são tomadas coletivamente, baseando-se na discussão coletiva e pesando cada hipótese, especialmente na determinação dos preços, valores e volumes de produção. As tecelãs não qualificadas, na fase de aprendizagem, são ensinadas por uma tecelã-mestre com muita experiência. O empoderamento das mulheres na comunidade *Iban* de Rumah Gare é apoiado por um fluxo contínuo de rendimentos e o preço justo dos *pua kumbu* pela venda dos têxteis.



Mercados locais

Os projetos locais são sempre (e de muitas formas diferentes) uma forma de resistência contra os poderes avassaladores dos mercados internacionais, na defesa dos direitos legítimos das pessoas que participam nestas práticas à determinação do seu próprio futuro. Mas local não significa, necessariamente, pequeno, fraco ou confinado a um contexto específico. Este conceito leva em consideração as necessidades e os limites de um certo território e implica a conformidade com dinâmicas sociais e económicas que o caracterizam.

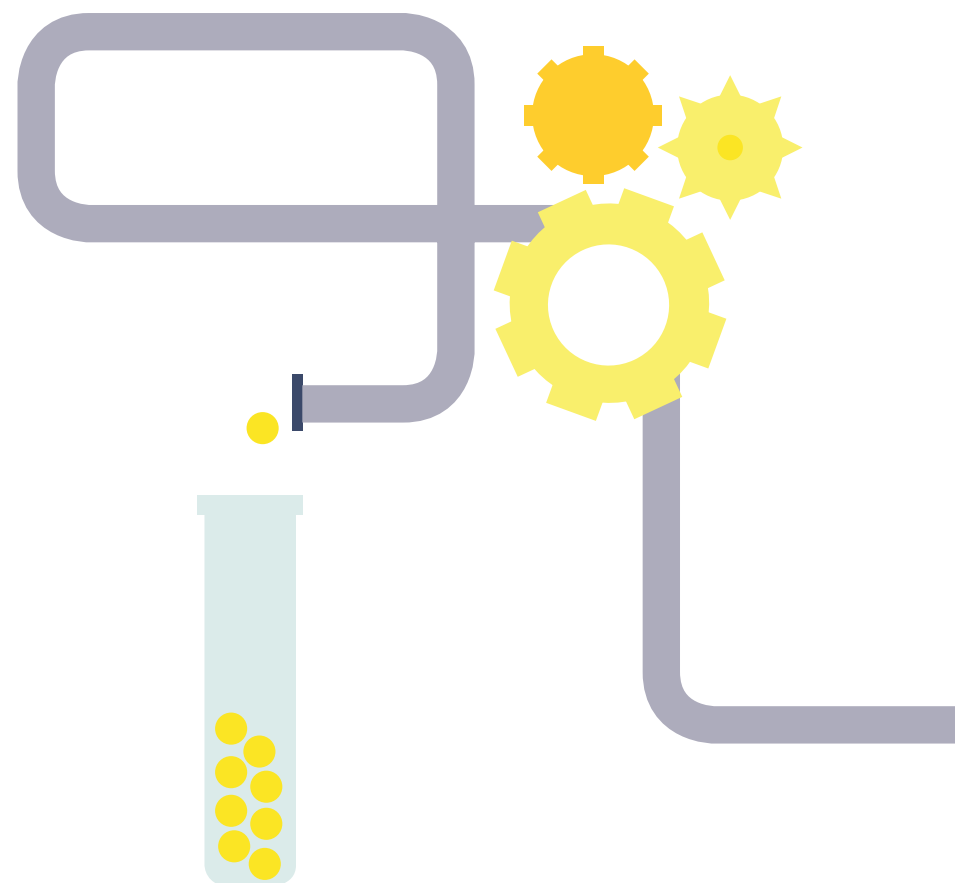
Um bom exemplo está patente na prática analisada na **Malásia**, onde as tecelãs estão ligadas a uma plataforma de venda direta (rhgareh.com), que permite a visualização e a compra dos seus *pua kumbu*. Os *pua kumbu* são altamente valorizados nos mercados internacionais, embora não sejam reconhecidos com um nível de preços adequado devido à competição injusta de produtos tingidos com substâncias químicas e tecidos mecanicamente, que são vendidos a preços de saldo como autênticos em mercados locais e mercados para turistas. A “partilha justa”, no contexto da estrutura deste negócio, é uma alternativa ao comércio tradicional e ao Comércio Justo, baseada numa parceria dentro da cadeia de fornecimento que inclui o fornecedor de matéria-prima, as tecelãs e o investigador como distribuidor e responsável pelo planeamento de mercado. Uma vez que as tecelãs têm uma escolaridade mínima, o papel do investigador na cadeia de distribuição é realmente crucial no estabelecimento de redes e na compreensão do acesso a uma plataforma de vendas mais alargada. Usando a investigação e redes, o investigador construiu um ecossistema que amplia a produção das tecelãs, refina a qualidade e a utilização dos *pua kumbu* como matéria-prima através do feedback e das exigências do mercado. Este projeto pretende fornecer às tecelãs uma oportunidade de serem independentes e de acederem diretamente ao mercado.

Na **Índia**, a experiência selecionada nas ilhas de Andaman e Nicobar – a *Central Cooperative Marketing Society* – é a primeira e única sociedade cooperativa tribal central do território, dedicando-se a diferentes áreas: vendas, bens de consumo, indústrias caseiras e de pequena escala, pesca, transportes, crédito, supervisão, educação e formação cooperativas, serviços de correio, turismo, construção, atividades recreativas, etc. Isto é, um mercado local integral, de singular interesse para o público, mas controlado maioritariamente por empresas cooperativas que lidam com um leque alargado de necessidades, acumulando receitas enormes e redistribuindo-as na comunidade.

Preservando heranças e culturas

O turismo responsável segue os princípios da justiça social e económica e pratica o respeito total para com o ambiente e as culturas. Reconhece a centralidade da comunidade local anfitriã e o seu direito a agir como protagonista no desenvolvimento de um turismo sustentável e responsável. O turismo responsável preconiza uma interação positiva entre a indústria do turismo, as comunidades locais e os viajantes. Este tipo de desenvolvimento turístico exige a participação informada de todos os agentes relevantes, bem como uma liderança política forte que assegure a participação alargada e a construção de consensos.

A experiência descrita no Uruguai alcança estas metas e constitui um bom exemplo de como o turismo responsável pode transformar de forma sustentável o contexto local, oferecendo às comunidades locais oportunidades de ligação com o resto do



mundo sem perderem os seus valores culturais, a sua identidade e o direito a decidir o destino dos seus territórios. A procura orientada para este tipo de turismo está a crescer a nível mundial e, enquanto as agências de turismo continuarem a desprezar as vantagens do desenvolvimento local para os habitantes locais e a negarem-lhes os benefícios justos, a rede de turismo responsável pode crescer e sustentavelmente ligar as vidas destes às dos turistas.

Existem externalidades económicas e culturais positivas para os territórios envolvidos no turismo responsável. Os lares economicamente desfavorecidos podem diversificar as suas atividades ao alojar turistas, bem como apreciar e valorizar a sua herança cultural na partilha com hóspedes sensíveis. É também necessário um enquadramento legal para este contexto, para que estes lares possam sair da dimensão informal e para os ajudar a não serem varridos de cena pelas explorações de um turismo “ecológico” que não o é realmente, unidades que frequentemente lucraram com essa informalidade e reclamam agora um estatuto de legitimidade dos seus hotéis ou estruturas insustentáveis, instalados nestes ecossistemas frágeis, expulsando as populações nativas ou transformando-as, de proprietários em pequena escala, em empregados.

A boa prática analisada na **Tunísia** procura valorizar as técnicas artesanais e a herança na província de Kasserine, através da preservação e melhoria das tradições locais de artesanato. Outro dos seus objetivos é organizar uma coleção de peças de artesanato e apresentá-las aos mercados, não apenas em Kasserine, mas também fora do país. Esta ação pretende intercetar uma procura local acentuada pelo turismo, ambicionando igualmente divulgar e preservar estas tradições antigas, fundamentalmente em zonas rurais.

Comércio Justo e Solidário e direitos internacionais de Soberania Alimentar

O papel do Comércio Justo na transformação das relações comerciais é destacado na boa prática de Moçambique. O conceito de Comércio Justo surgiu no Norte da Europa como uma tentativa de introduzir princípios de justiça e solidariedade no comércio entre os países do Norte e do Sul. Para milhares de produtores nos países do Sul, tem sido – e continua a ser – uma excelente oportunidade de conseguir uma produção de melhor qualidade, melhores preços, melhores condições laborais e uma melhoria das condições de vida para si e para as suas famílias. O Comércio Justo não deve ser reduzido a uma simples estratégia de vendas, já que também pode contribuir para uma produção local sustentável, empregos dignos, a igualdade entre os géneros, etc.

Conclusões

Modelos emergentes que funcionam

Alguns modelos de intervenção destacados pelos investigadores com base na sua experiência direta são interessantes, especialmente dado que todo o projeto de investigação aponta para uma perspetiva de futuro. Recordamos alguns deles, localizando-os nas quatro áreas geográficas.

Agricultura inovadora

A **agricultura apoiada pela comunidade** (CSA, na sigla em inglês) é uma abordagem inovadora à agricultura, que procura produzir alimentos numa harmonia entre produtores, consumidores e natureza. A CSA é uma parceria entre os agricultores e os consumidores em que as responsabilidades, riscos e recompensas da agricultura são partilhados. A CSA ajuda a responder às preocupações crescentes com a falta de transparência, sustentabilidade e resiliência dos nossos sistemas alimentares. Numa CSA, a comida não é distribuída através do mercado, mas num ciclo económico transparente que é organizado e financiado pelos próprios participantes.

Os **mercados de agricultores** são espaços públicos onde múltiplos agricultores se reúnem para vender os seus produtos diretamente aos consumidores. Os mercados de agricultores podem ser geridos pelo município ou por privados e podem ser sazonais ou funcionar durante todo o ano. Em Itália, existe uma rede em Salento, a *Oltre Mercato Salento*, e, em Espanha, encontramos o *Mercado de Agricultura Agroecológica de Zaragoza* (MAZ). Estas experiências apoiam circuitos de distribuição curtos, estabelecendo relações diretas entre produtores e consumidores. Além disso, realizam-se, em simultâneo com a implementação da prática, numerosas atividades: workshops, provas gastronómicas e balcões de informação sobre produtos locais da região e sobre a biodiversidade regional. Um exemplo semelhante é o mercado de agricultores *Szimpla*, na Roménia: um mercado de Comércio Justo muito popular

no centro de Budapeste, que oferece aos agricultores locais a oportunidade de vender os seus produtos em bancas mediante um aluguer acessível, e, aos locais, a oportunidade de comprar diretamente aos produtores.

Hortas urbanas, hortas partilhadas, quintas coletivas – criadas e cultivadas por associações de bairro em pequenos terrenos disponibilizados pela cidade ou ocupados – são um pedaço de campo no tecido urbano, com um papel que não acaba na oportunidade de os cidadãos poderem “sujar as mãos com terra”. A criação de espaços partilhados permite que as hortas urbanas se transformem num espaço de geração e promoção de laços sociais e culturais, um instrumento que pode criar uma situação de bem-estar mental, físico e relacional e, ao mesmo tempo, uma oportunidade de fazer exercício e, talvez, ter legumes apropriados a uma alimentação saudável.

Mudar as práticas alimentares e reduzir o desperdício de comida. No setor agrícola, certas práticas contribuem para os danos gerados pelo sistema alimentar global, que se baseia nos interesses económicos das empresas globais e que está a afetar seres humanos, animais e o ambiente. A concentração da quota e do poder do mercado no setor agrícola contribui para o alargamento do fosso entre ricos e pobres e entre o Norte e o Sul globais. Para conseguir uma mudança nas políticas, temos de ultrapassar este desafio: garantir que a produção, a distribuição e a eliminação dos desperdícios da nossa comida sejam ambientalmente sustentáveis e socialmente justas. Os mecanismos de injustiça e dano são numerosos e muitos estão relacionados com a predominância de culturas para fins industriais, produtos que exigem fertilizantes químicos e que, portanto, não são saudáveis para a alimentação humana ou animal. Finalmente, há todo o lixo, num total de vários milhões de toneladas – 88 t só na Europa¹⁸ –, gerado não apenas no início de uma cadeia marcada pela excessiva concentração de poder nas mãos dos supermercados, mas também resultante do consumo em lares e comunidades (hospitais ou cadeias de restaurantes). Estas práticas também geram uma abordagem social inovadora e uma apropriação política de espaços públicos locais para uma transição social e ecológica. Entretanto, foi criado um contexto económico sustentável que permite a muitos produtores locais e regionais, que já tinham começado a investir na agricultura biológica, autoempregarem-se. O sucesso da produção sustentável e ética está provado, levando também a uma maior preferência por modelos de produção biológica e natural que podem mudar os sistemas convencionais de produção e distribuição. Estas experiências estão a construir novas relações económicas

¹⁸ European Commission, Stop food waste – http://ec.europa.eu/food/safety/food_waste/stop_en

baseadas na confiança e na troca direta, assim influenciando positivamente a consciência dos cidadãos do seu papel na proteção do ambiente e na importância da proatividade no desenvolvimento local. Por sua vez, isto aumenta o capital social e impulsiona os processos de inovação social.

Sustentabilidade energética

A maioria destas práticas é realmente sustentável ecologicamente, mas também social e economicamente. A sua gestão é autodeterminada e cada participante trabalha de acordo com as suas capacidades e possibilidades. Em França, por exemplo, a *SCIC* (associação cooperativa e participativa) *Enercoop*, criada em 2005, está ativa em todo o país. A *Enercoop* é a única cooperativa fornecedora de eletricidade 100% renovável em contacto direto com os produtores. Foi criada por um grupo de trabalho de pessoas envolvidas na área das energias renováveis, associações de cidadãos e da ESS, que se reuniu em 2004 para inventar um novo modelo energético. A *Greenpeace*, *Biocoop*, *Hespul*, *CLER* e *Friends of the Earth* e *La Nef* são os fundadores da entidade.

Tal como outros fornecedores de energias alternativas, esta trabalha com agentes locais para implementar as unidades e as fases da produção (desde a manufatura das máquinas até à montagem), simultaneamente incentivando o emprego local. Dedica-se também a ações de sensibilização como debates, conferências e projeções. Com a sua proposta de fornecer energia não poluente e de fonte cooperativa através de um circuito de distribuição curto, tem um forte impacto ambiental na região.

Reduzir, reutilizar e reciclar

Reduzir, reutilizar e reciclar pode ajudar as comunidades e o ambiente ao poupar dinheiro, energia e recursos naturais. A forma mais eficaz de reduzir o desperdício é não o criar logo à partida. Fazer um produto novo requer muitos materiais e energia, os materiais em bruto são extraídos da terra e o produto é manufaturado e depois transportado para onde será vendido. Em resultado, a redução e a reutilização são as formas mais eficazes de poupar recursos naturais, proteger o ambiente e poupar dinheiro. Além disso, permitem gerar receitas a partir da revenda e da reciclagem. A ESS inclui o setor da reciclagem ambiental, mas acrescenta-lhe fins sociais, respondendo a necessidades das comunidades e financiando projetos comunitários. As atividades das cooperativas de catadores são tão relevantes que é estimado, pela agência governamental brasileira IPEA, que 80% de todo o lixo reciclado no Brasil é recolhido pelos catadores de materiais recicláveis, que assim desempenham um papel muito importante no desenvolvimento sustentável do Brasil. O empoderamento, encarado como a transformação de relações sociais para

empoderar pessoas até então excluídas, é uma conquista muito valiosa do trabalho dos catadores.

Comunidades autogeridas

Nos últimos anos, na Europa, os governos têm introduzido numerosas medidas de privatização e externalização de serviços públicos a empresas privadas, também no contexto de políticas de austeridade. No Reino Unido, além de isto ter causado um forte descontentamento entre uma boa parte da opinião pública britânica, devido a preocupações relativamente à qualidade dos serviços e ao pior tratamento de trabalhadores e utentes dos serviços, também constituiu uma oportunidade para mutualidades, cooperativas e empresas sociais emergirem como uma alternativa às empresas tradicionais, orientadas para o lucro.

Muitas autoridades locais e instituições públicas, enfrentando cortes e privatizações, preferiram externalizar serviços a cooperativas ou mutualidades devido à sua dimensão democrática e centrada nas pessoas, em vez de se voltarem para empresas mais tradicionais, orientadas para o lucro. Frequentemente, os trabalhadores podem participar nas decisões que afetam o seu trabalho e podem receber uma parte dos lucros gerados pela empresa, dependendo do desempenho no território e dos lucros do grupo empresarial. A agricultura urbana está a promover uma forte redescoberta da auto-organização e autogestão, e estas iniciativas representam também um forte elemento de inclusão social. Os exemplos selecionados e analisados deixam bem claro que, obviamente, este tipo de iniciativa exige um nível muito elevado de compromisso político e público no desenvolvimento da ESS.

Governança e qualidade de emprego

Em ESS as práticas de boa governança têm de estar ancoradas numa abordagem democrática e centrada nas pessoas. Como já referido, a propriedade e a gestão democrática e coletiva são valores-chave da ESS. Outro elemento a destacar é a importância atribuída à qualidade do emprego, um fator fundamental que, em muitos casos, permite que as pessoas sejam protagonistas da sua vida económica e social. Trabalhar numa ESS promove a inclusão, avanços sociais, equidade, reconversão ambiental e inovação social.

Finanças éticas

As organizações de finanças éticas e de investimento solidário oferecem serviços financeiros e apoio à atividade empresarial para melhorar a subsistência e as condições de vida de comunidades desfavorecidas em algumas das comunidades e dos países mais pobres do mundo. Várias organizações promovem uma abordagem justa e cooperativa às finanças e procuram uma estratégia de investimento sustentável que assegure um resultado positivo. Outras instituições, tais como a boa prática *Shared Interest*, no Reino Unido, proporcionam formação de base a novas cooperativas, principalmente em África, aumentando os seus níveis de conhecimento e de competências em áreas como a contabilidade financeira e a construção de redes. O impacto transformador nos países do Sul global é demonstrado pelo aumento no bem-estar e nos rendimentos dos produtores que estas entidades apoiam, bem como no aumento da confiança e dignidade dos agricultores que beneficiam destes empréstimos. Eles podem orgulhar-se de ganhar dinheiro para sustentar as suas famílias e de não estarem dependentes de caridade ou de doações.

Inclusão social inovadora

Para várias práticas, a Economia Social e o empreendedorismo social são, em primeiro lugar, iniciativas que empregam pessoas desfavorecidas. Assim, são chamadas entidades sociais de integração pelo trabalho. O empreendedorismo social é considerado um instrumento para a resolução de problemas no território e não é compreendido em todo o seu potencial. A atenção de muitas práticas de inclusão social é um fator importante a considerar, porque existem diferentes práticas tanto nos países da Europa Mediterrânea como do Leste Europeu que têm um impacto enorme no apoio a grupos desfavorecidos. Todas estas práticas desempenham um papel único na educação e formação dos territórios, o que pode ser aproveitado como uma oportunidade para interligar as oportunidades da economia da ESS com as necessidades do território.

Redes em ação: clusters regionais e agrupamentos

Existem exemplos bastante interessantes de redes organizadas que já foram descritas como “clusters de Economia Solidária” ou “agrupamentos regionais de Economia Solidária”: consistem em redes de associações, produtores e consumidores que trocam bens e serviços, regendo-se pelos princípios da solidariedade. A gama varia entre a rede informal e a organização-chapéu, estão ativas em diversos setores, mas todas apresentam como objetivo específico a introdução, nos seus territórios locais, de relações, parcerias e cooperação mais próximas entre organizações locais, grupos e autoridades locais, no sentido de formas inovadoras de desenvolvimento

local sustentável. Organizam-se em estruturas legais diferentes, mas todas partilham certas características, tais como um forte foco sobre formas inovadoras de produção e consumo, e a capacidade de fornecer produtos, cuidados e serviços que respondem às necessidades de pequenos negócios dinâmicos e inovadores.

Atualmente, algumas redes estão envolvidas na formação de “*distretti*” de Economia Solidária (SED) em várias áreas da região, captando intervenientes económicos, associações e instituições que trabalham em campos diversos. Mais especificamente, as atividades mais significativas são: atividades de estabelecimento de redes, atividades culturais, tentativas de constituir SED, e “*distretti*” biológicos, advocacia, mecenato e a promoção de um novo sistema económico. Existem ainda redes informais que ligam várias iniciativas dedicadas à agricultura, numa tentativa de criar um ciclo virtuoso desde a produção à distribuição. Estas redes representam uma cadeia de distribuição alimentar básica sustentável, ética e solidária com uma visão partilhada do desenvolvimento local, baseada na Soberania Alimentar.

Igualdade de género

Um valor-chave na ESS é a igualdade de género, tanto no que diz respeito aos salários como no incentivo e apoio à progressão na carreira. A ESS pode contribuir para o desenvolvimento sustentável e afirmar-se enquanto alternativa ao atual funcionamento (disfuncional) económico, ao oferecer formas inovadoras de produção, consumo, troca e financiamento, mas só pode ser realmente transformadora se também abordar a questão da reorganização da reprodução social, integrando as metas políticas de igualdade de género e de igualdade nas relações de poder. Na entrevista realizada por ocasião desta investigação, o secretário de Estado brasileiro para a ESS, Paul Singer, declarou: “Hoje, as mulheres são a vanguarda do movimento.” Este é o caso, em particular, dos catadores de materiais recicláveis, dos quais, de acordo com Singer, 70% são mulheres.

Graças às estruturas democráticas da maioria das entidades de ESS e cooperativas, estas prestam uma atenção especial à igualdade de género e as mulheres têm uma participação efetiva nos espaços de deliberação e decisão, além de terem o mesmo peso que os homens no processo de tomada de decisões. Estes elementos

encontram-se também presentes em algumas das práticas identificadas na Bolívia, Tunísia e Malásia, nas quais os processos de tomada de decisões estão estruturados de forma participativa, o que se traduz no empoderamento das mulheres, graças também ao fluxo contínuo de novas competências e a um rendimento mais justo que resultam da participação das mulheres.

Mercados locais

Na ESS, os projetos locais são sempre (e de muitas formas diferentes) uma forma de resistência contra os poderes avassaladores dos mercados internacionais, na defesa dos direitos legítimos das pessoas que participam nestas práticas à determinação do seu próprio futuro. Mas local não significa, necessariamente, pequeno, fraco ou confinado a um contexto específico. Este conceito leva em consideração as necessidades e os limites de um certo território e implica a conformidade com as dinâmicas sociais e económicas que o caracterizam.

Preservando heranças e culturas

Na ESS, o turismo responsável segue os princípios da justiça social e económica e pratica o respeito total para com o ambiente e as culturas. Reconhece a centralidade da comunidade local anfitriã e o seu direito a agir como protagonista no desenvolvimento de um turismo sustentável e responsável. O turismo responsável preconiza uma interação positiva entre a indústria do turismo, as comunidades locais e os viajantes. Este tipo de desenvolvimento turístico exige a participação informada de todos os agentes relevantes, bem como uma liderança política forte que assegure a participação alargada e a construção de consensos. A procura orientada para este tipo de turismo está a crescer a nível mundial e, enquanto as agências de turismo continuarem a desprezar as vantagens do desenvolvimento local para os habitantes locais e a negarem-lhes os benefícios justos, a rede de turismo responsável pode crescer e ser sustentável, ligando as vidas destes habitantes às dos turistas. Outra opção interessante apresentada pela ESS é a valorização das técnicas artesanais e a herança de várias comunidades, através da preservação e melhoria das tradições locais de artesanato. É possível intercetar uma procura local, acentuada pelo turismo, com a ambição de divulgar e preservar estas tradições antigas, mesmo nas zonas remotas onde vivem hoje muitas das pessoas nascidas nestas aldeias.



Desafios para o futuro próximo

O projeto de investigação SSEDAS, entre outros objetivos, deve definir ações conjuntas para fortalecer as experiências de ESS envolvidas no processo de pesquisa e, de uma forma mais geral, promover modelos de desenvolvimento territorial alternativos ao sistema dominante. Os resultados da investigação assumem agora a sua forma final e cabe aos parceiros do projeto, nos vários países, aprender com o que resultou e o que não resultou. As experiências acumuladas em muitas das práticas descritas podem servir como um guia e um incentivo para outras pessoas que enfrentam problemas e dificuldades semelhantes, mas não idênticas.

O projeto selecionou 55 realidades emergentes particularmente interessantes e socialmente relevantes, após ter identificado e analisado um número muito maior de práticas sociais e solidárias e de relações internacionais que existem, com uma vitalidade diferente, em quase todos os países envolvidos no projeto.

Agora, a União Europeia conta com um mapa detalhado e de alguma profundidade de uma miríade de alternativas factuais, pequenas e grandes, que seguem princípios – de um elevado valor humano e coletivo, frequentemente comuns a vários territórios – que já não podem ser esquecidos ou negligenciados. Partindo do conhecimento-base do projeto, podem ser abertos novos caminhos de mudança e melhoria de cada país, nas várias áreas de pesquisa, que conduzam a novas iniciativas (estudos, investigação, divulgação, sensibilização, promoção e propagação) ou à criação de empresas.

Algumas das experiências referem-se à importância da criação de redes que liguem as entidades que trabalham em cada área para partilhar informação sobre o seu trabalho e os métodos adotados. Isto não é apenas uma necessidade de comunicação, mas de partilha repetida e sistemática, capaz de melhorar e ampliar as atividades de cada grupo, ultrapassando falhas de conhecimento que, por vezes, inibem o desenvolvimento das iniciativas. Corresponde também a uma necessidade de aumentar a adesão e a sensibilização de mais atores dos setores público e privado. As redes consideram, muitas vezes, que partilham princípios comuns, encarando-se como os elos que combinam as atividades a montante ou a jusante das iniciativas das várias entidades.

Uma vez partilhada a consciência de que este processo não é um fardo, mas sim um objetivo comum, cujo cumprimento beneficiaria todos os atores envolvidos, há já muitas iniciativas a realizar que podem ser levadas em consideração por todas as práticas selecionadas por este projeto. Devem também ser apoiadas outras formas de interligação, tais como consórcios, federações, redes locais, etc. Algumas destas podem também realizar tarefas de representação, levadas a cabo por organizações, membros ou grupos, junto de instituições regionais ou estaduais e organizações

internacionais como a União Europeia.

Como foi mencionado no capítulo “Desafios e pontos a reter”, um potencial nível adicional de colaboração em territórios específicos e com objetivos que não podem ser definidos previamente diz respeito à possibilidade de estabelecer formas de colaboração territorial e relações interpessoais que ligam atores que partilham os mesmos fins.

Estes sistemas integrados podem assumir formas diferentes, desde agrupamentos regionais solidários a planos locais para o desenvolvimento agrícola, que podem dedicar-se a pôr em prática modelos alternativos de desenvolvimento local. Na atual situação de crises múltiplas prolongadas, está a aumentar o número de regiões nas quais apenas a ação coordenada de cooperativas sociais, atividades económicas solidárias, grupos informais e organizações de cidadãos podem responder às necessidades das comunidades empobrecidas. Mais concretamente, as experiências analisadas estão a promover ações nucleares, de caráter não eventual, de apoio às comunidades locais que tentam proteger a sua herança comum e assegurar o futuro das suas crianças, especialmente quando os governos estão distantes ou imersos em conflitos internacionais.

As experiências eficazes nestes campos de ação não são muitas, mas a necessidade de começar rapidamente este tipo de ações (por exemplo, de lidar com as alterações climáticas ou com os refugiados) está a tornar-se crescentemente óbvia e urgente e, em alguns países, estas práticas constituem o único caminho de saída da crise global.

Em muitos territórios, recolhemos, descrevemos e avaliamos as leis e regulamentos que afetam as atividades sociais e solidárias e relacionadas com a cooperação internacional, mas muitos países ainda não possuem qualquer legislação *ad hoc* ou intervêm apenas em áreas de regulação específicas. No entanto, já é possível juntar uma coleção praticamente completa de enquadramentos legais e institucionais, particularmente ao nível das instituições públicas regionais. No entanto, é claro que qualquer país que queira adotar regulamentos específicos para incentivar e apoiar a ESS deve rever os exemplos à luz das suas próprias tradições jurídicas e adaptar as medidas económicas ao contexto específico, servindo-se também de informação que tenha resultado da aplicação de legislações a outros contextos.

Há mais um aspeto a não descurar, relativo às estratégias e táticas a serem seguidas com o fito de multiplicar e disseminar as experiências sociais e solidárias dentro de cada país envolvido na investigação, especialmente nos que não pertencem à União Europeia. Na fase inicial da pesquisa, os investigadores frisaram repetidamente o caráter espontâneo e original de quase todas as experiências; a seleção de boas práticas destacou também estas características, identificando práticas significativas que estão enraizadas e consolidadas nas regiões examinadas. Hoje, porém, devido

à crise prolongada, o atraso com que se lida com os problemas ambientais e o aumento da pobreza até em países de rendimentos superiores são questões cada vez mais evidentes. É, portanto, cada vez mais clara a necessidade de promover e incentivar estas atividades, que atingiram agora uma fase de maturidade e devem tornar-se, em breve, um fenómeno viral que poderá certamente intervir nas sociedades para transformar formas de marginalização social e exclusão e, simultaneamente, resolver problemas ambientais. A reflexão sobre os métodos a seguir está apenas a começar, mas, nos próximos anos, devem ser formuladas e exploradas propostas; os materiais elaborados para este projeto constituem uma contribuição essencial para a definição das estratégias mais apropriadas e eficazes.

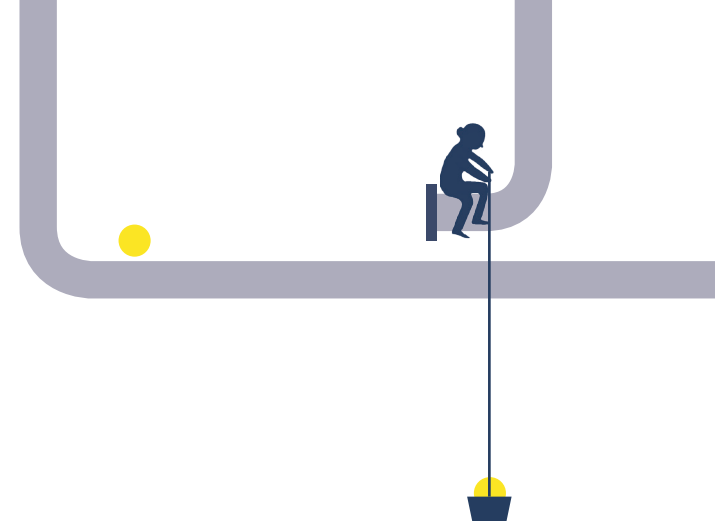
ESS e uma visão comum para todos

Todos os resultados e os processos que fazem parte deste projeto de investigação, num largo número de territórios, parecem esboçar uma perspetiva, alcançável num futuro próximo, de grande interesse social e humano. Seria um erro deixá-la cair no esquecimento.

Tanto a identificação como o mapeamento de realidades sociais, bem como das relações internacionais e de solidariedade, e toda a análise subsequente (que envolveu não apenas os investigadores e as organizações responsáveis pelo projeto, mas também muitas personalidades com experiência no setor da ESS) destacaram o potencial do modelo de desenvolvimento numa fase inicial. Estão já presentes raízes fortes, mesmo que em embrião, que podem representar a base da futura germinação de uma linha de evolução que inclui toda a sociedade.

A ESS não é, claramente, um projeto orgânico bem definido, especialmente quando se comparam diferentes contextos, territórios e países, separados por distâncias mais do que geográficas. Contudo, não se pode ignorar o surgimento, em poucos anos, de organizações, em sociedades distantes, semelhantes e caracterizadas – nas suas atividades económicas e em termos de conteúdos e objetivos – por valores profundamente humanos.

Estas estão a criar algumas das relações interpessoais e coletivas mais inovadoras, comuns em muitas regiões diferentes do mundo. A ESS, tão pouco convencional, tão frágil, mas tão facilmente partilhada apesar das barreiras linguísticas e culturais, é, de facto, formada por realidades cristalizadas nas sociedades em que se inserem, mas cuja existência assinala a presença de pontos de contacto fortes em termos de valores e de perspetivas transformadoras que procuram modelos económicos e sociais alternativos.



Já estamos na presença de um modelo social embrionário, capaz de responder a tantas necessidades humanas que têm sido ignoradas há muito tempo. O seu apoio gerou, num curto espaço de tempo, medidas, ações, atividades, novos empregos e mudanças nunca antes alcançadas.

A ESS não faz isto simplesmente ao estimular a elaboração de propostas teóricas ou políticas, ou ainda inventando novas formas de relações construtivas entre as autoridades públicas e as necessidades sociais.

A ESS está a descobrir cuidadosamente os processos de ligação e dedica-se também à imitação, reprodução e multiplicação das boas práticas que já demonstraram amplamente que sabem sobreviver e mesmo evoluir em ambientes difíceis e hostis. Um tal potencial pode vir a ser o objeto de futuras reflexões e desenvolvimentos, se estes processos se dissociarem da análise económica convencional, frequentemente elaborada pelas disciplinas académicas e teóricas.

Qualquer “modelo” de evolução não deve vir do exterior, muito menos ser imposto, mas será produzido apenas pela germinação espontânea de muitas práticas que já provaram a sua viabilidade e utilidade.

A simples mostra, em cada território, de todas as “boas práticas” identificadas em alguns deles, expondo a multiplicação ilimitada destas práticas em todos os territórios, ou a realização de testes de algumas regras e medidas que já provaram a sua utilidade em algumas regiões constituem, logo à partida, uma base muito sólida para este eventual “modelo”.

Mas o potencial que está implícito na interação e nos intercâmbios entre as experiências originais é apenas imaginável e não se podem desperdiçar as oportunidades de as apoiar e estimular

Este relatório final foi elaborado pelo
grupo de coordenação de investigação FAIRWATCH:

Riccardo Troisi – FairWatch

Monica di Sisto – FairWatch

Alberto Castagnola – FairWatch

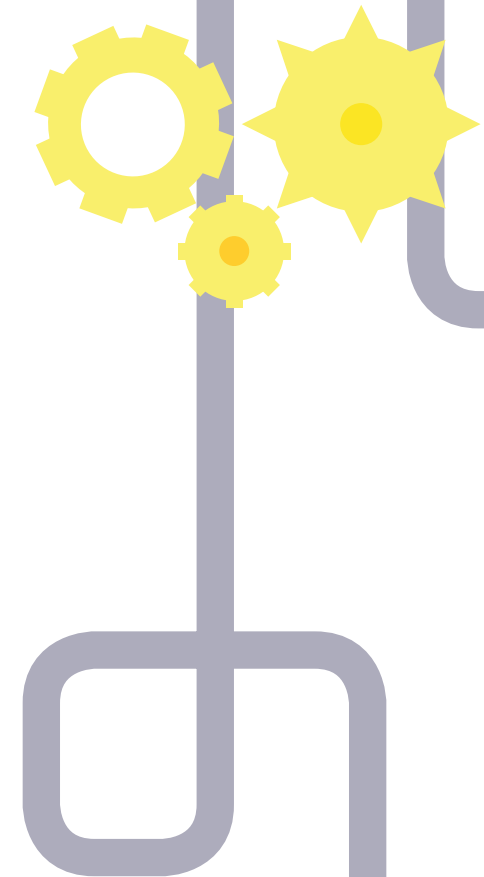
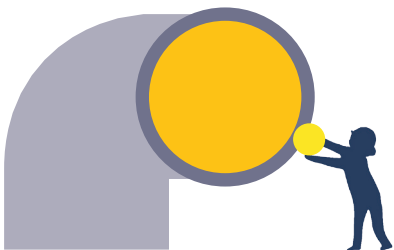
Investigadores:

PAÍS

Áustria
Bélgica
Bolívia
Brasil
Bulgária
Croácia
Chipre
República Checa
Estónia
Finlândia
França
Alemanha
Grécia
Hungria
Índia
Irlanda
Itália
Letónia
Malásia
Malta
Maurícias
Moçambique
Palestina
Polónia
Portugal
Roménia
Eslováquia
Eslovénia
Espanha
Tunísia
Reino Unido
Reino Unido
Uruguai

NOME e APELIDO

Andreas Exner
Annabel Maisin
Jennifer Locatelli, Juan Carlos Alarcón
Bernhard Leubolt
Marina Stefanova, Galina Mihneva
Romana Tomić, Jany Hansal, Ana Grgić
Alexander Apostolides
Petra Francová, Eva Dorňáková, Lenka Parkánová
Diana Tamm
Maija Lumme
Adèle Rivet, Martine Combemale
Jan Urhahn, Christine Pohl
Iriní Kareta, Kelly Garyfalli, ATN (Alternative Trade Network)
Eva Bordos, Peter Oroszvari, Aniko Nemeth
Veena Nabar
Jennifer Harris
Samanta Musarò, Arianna Blasi, Virginia Meo, Chiara Pagni
Evija Caune
Adèle Rivet, Martine Combemale
Maria Di Domenico, Michelle Calleja Chehab
Ram Jutliah
Jan Urhahn, Christine Wiid
Valentina Verze, Bisan Centre for Research and Development
Marysia Marciniak, Kristor Peel
Catarina Maciel
Lavinia Andrei, Mihai Enescu
Gabriela Dubcová
Lana Zdravković
Pedro Lloret, Piergiuseppe Carucci
Alessia Tibollo, Sarra El Idrissi, Wassim Abidi
Ruth Holtom
Faaria Ahmad
Adriana Goni Mazzitelli



Este documento é o resultado da Pesquisa Economia Transformativa: oportunidades e desafios da Economia Social e Solidária em 55 territórios na Europa e no Mundo, produzido no âmbito do projeto “Economia social e Solidária como abordagem de desenvolvimento para a sustentabilidade (SSEDAS) no e pós AED 2015” - Contrato: DCI-NSAED / 2014 / 352-248”

Para mais informação, por favor, visite o site do projeto:

www.solidarityeconomy.eu

www.cospe.org

Mapa on-line ESS

Existem diversas ALTERNATIVAS. Vamos torná-las visíveis

Através da pesquisa mapeámos 55 práticas de Economia Social e Solidária, mas existem mais práticas!

Em colaboração com a TransformMap, o projeto ESS (SSEDAS) produziu um mapa on-line que permite o reforço da visibilidade das iniciativas de Economia Social e Solidária na Europa e no Mundo.

Descubra estas iniciativas em www.solidarityeconomy.eu/susy-map/



Este documento foi elaborado no âmbito do projeto Economia Social e Solidária (DCI-NSAED/2014/352-248) com a ajuda financeira da União Europeia. O conteúdo deste documento é da exclusiva responsabilidade dos parceiros e não pode, em caso algum, ser considerado como expressão das posições da União Europeia. Em Portugal este projeto é apoiado pelo Camões - Instituto da Cooperação e da Língua.